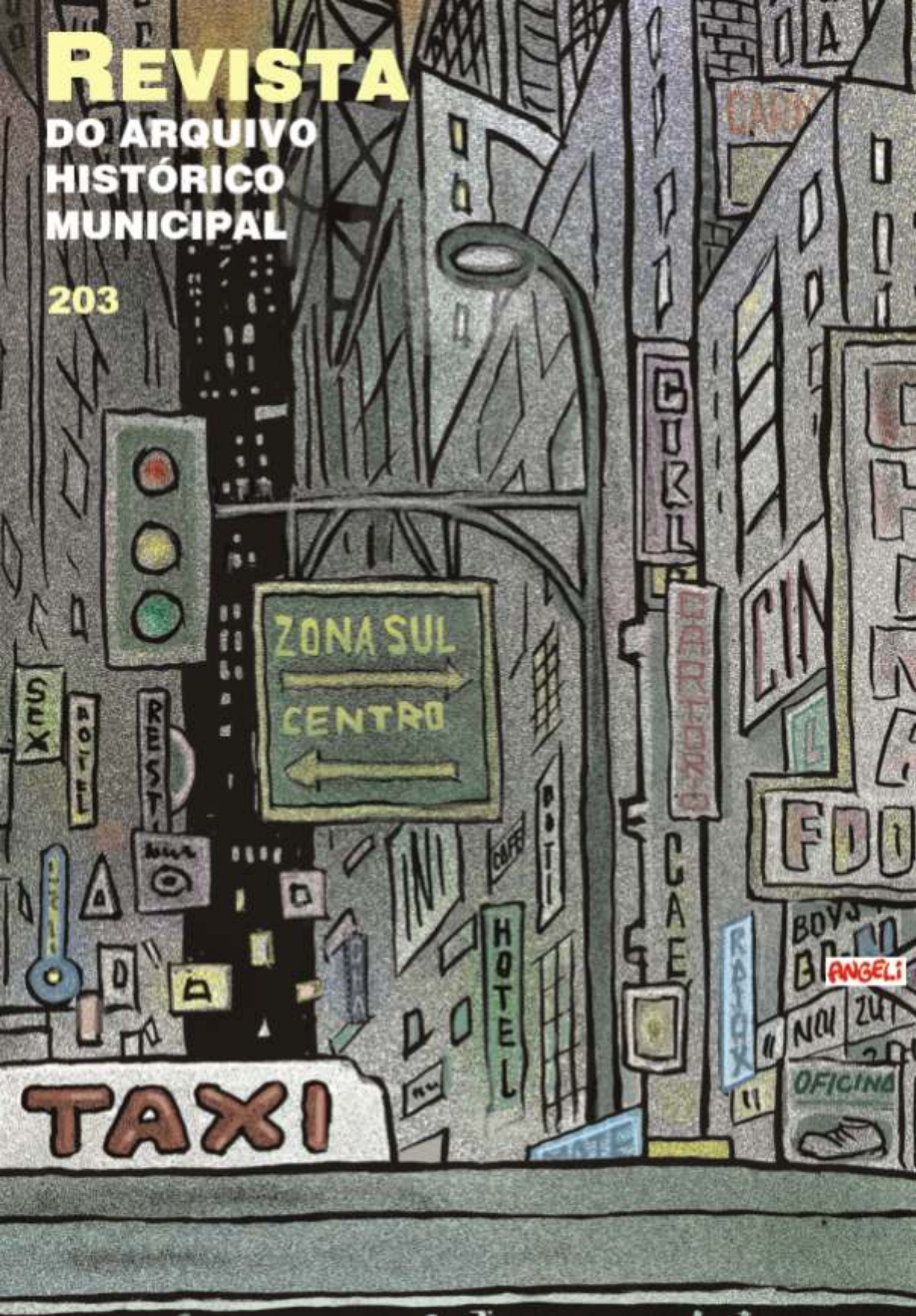


# REVISTA

DO ARQUIVO  
HISTÓRICO  
MUNICIPAL

203



**Revista  
do Arquivo  
Histórico  
Municipal**

**203**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
Prefeita Marta Suplicy

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA  
Secretário Celso Frateschi

Chefe de Gabinete  
Neli Aparecida de Faria

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO  
Diretor Fernando José Martinelli

DIVISÃO DO ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL  
Diretora Liliane Schrank Lehmann

**Revista  
do Arquivo  
Histórico  
Municipal**

**203**

**Departamento do Patrimônio Histórico  
São Paulo  
2004**

© Copyright

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO/DPH

Av. São João, 473/ 8º andar

01035-000 - São Paulo - SP

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Diretor Fernando José Martinelli

DIVISÃO DO ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL

Diretora Liliane Schrank Lehmann

Praça Coronel Fernando Prestes, 152 - Luz - São Paulo/SP

REVISTA DO ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL

FICHA CATALOGRÁFICA PREPARADA PELA SEÇÃO TÉCNICA DE CLASSIFICAÇÃO E CATALOGAÇÃO/DIVISÃO DO ARQUIVO HISTÓRICO

ISSN 0034-9216

Rev. Arq. Mun.	São Paulo	v. 203	p. 1-176	2004
----------------	-----------	--------	----------	------

Revista do Arquivo Municipal / Departamento do Patrimônio Histórico. Ano 1, nº 1  
(1934) - São Paulo: DPH, 1934 -  
v.; 23 cm.

Irregular.

I. São Paulo (SP). Departamento do Patrimônio Histórico.

CAPA:

Desenho, Angeli

TIRAGEM: 3000 exemplares

IMPRESSO NO BRASIL – PRINTED IN BRAZIL

DEPÓSITO LEGAL NA BIBLIOTECA NACIONAL, CONFORME  
DECRETO nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907.

# Sumário

<b>Apresentação</b> . . . . .	<b>9</b>
<b>Introdução</b> . . . . .	<b>11</b>
<b>Depoimento sobre a cidade de São Paulo</b> . . . . .	<b>15</b>
Aziz Ab’Saber	
<b>Abastecimento de água na cidade de São Paulo (1554-1960).</b> . . . . .	<b>37</b>
Antonio Augusto da Costa Faria	
<b>Teatro: de arte de resistência à arte do cidadão.</b> . . . . .	<b>57</b>
Beth Néspoli	
<b>Caderno de fotografias de São Paulo</b> . . . . .	<b>65</b>
Cristiano Mascaro	
<b>Vida e morte dos chafarizes na cidade de São Paulo</b> . . . . .	<b>81</b>
Denise Bernuzzi Sant’Anna	
<b>Os crimes que abalaram São Paulo no século XX</b> . . . . .	<b>91</b>
Edgard Luiz de Barros	
<b>Quatro Quadros Paulistanos</b> . . . . .	<b>111</b>
Fernando Bonassi	
<b>O esporte em São Paulo.</b> . . . . .	<b>117</b>
Flavio Prado	
<b>450 anos de comida em São Paulo: da aldeia pacata à Megalópole asfixiante</b> . . . . .	<b>119</b>
Gabriel Bolaffi	
<b>Emancipação e colapso: 50 anos de literatura brasileira</b> . . . . .	<b>133</b>
Manuel da Costa Pinto	
<b>São Paulo de todas as novelas.</b> . . . . .	<b>141</b>
Maria Adelaide Amaral	
<b>Uma trajetória pela Arquitetura Paulista</b> . . . . .	<b>143</b>
Mônica Junqueira de Camargo	
<b>A publicidade de São Paulo precisa parar. E pensar.</b> . . . . .	<b>155</b>
Washington Olivetto	
<b>A música de São Paulo.</b> . . . . .	<b>157</b>
Zé Rodrix	



# Apresentação

A Revista do Arquivo Municipal de São Paulo foi criada em 1934 com a intenção de publicar os documentos históricos que constituíam os acervos do Arquivo Municipal da Prefeitura. Contudo, rapidamente a sua linha editorial foi ampliada, abrangendo, além da História, os campos do conhecimento da Antropologia, Etnologia e Sociologia. Nas décadas seguintes, consolidou-se como uma revista de história e cultura, de abordagem diversificada, tornando-se uma das mais importantes fontes de referência da cidade de São Paulo e do Brasil.

A Revista sempre contou com ilustres colaboradores, expoentes da cultura paulista, nacional e até internacional, tais como: Antônio Cândido, Claude Levy-Strauss, Florestan Fernandes, Gilberto Freyre, Guilherme de Almeida, Jorge Amado, Manuel Bandeira, Mario de Andrade, Roger Bastide, entre muitos outros.

Inicialmente mensal, a Revista foi publicada com constância até 1952. A partir de então, sua frequência alternou-se entre trimestral e anual. Infelizmente, parou de ser editada em 1992, deixando uma lacuna no cenário cultural. Desde 2002, faz parte da política deste Departamento dar continuidade a esta publicação, sendo este o terceiro volume recém editado.

Os dois últimos retomaram os anteriores. O penúltimo apresentou um índice remissivo de todos os artigos publicados, enquanto o último consistiu numa



homenagem aos 70 anos da Revista, contendo uma antologia de vários artigos significativos. O presente número homenageia o aniversário de 450 anos da cidade de São Paulo, retomando a publicação de novos textos, fotografias e ilustrações que reflitam a nossa contemporaneidade.

Neste sentido, enfoca aspectos relevantes de sua história, contando com a colaboração de personalidades importantes no meio cultural da arquitetura, “cartoonismo”, fotografia, gastronomia, geografia, literatura, música, publicidade, sociologia e teatro.

Fernando José Martinelli  
Diretor do Departamento do Patrimônio Histórico  
Secretaria Municipal de Cultura

# Introdução

A Divisão do Arquivo Histórico Municipal do Departamento do Patrimônio Histórico é responsável pelo recolhimento e preservação dos conjuntos documentais de reconhecido valor probatório e cultural produzidos pela administração pública municipal.

A administração pública do município de São Paulo, no cumprimento de seus objetivos e atribuições produz imensa quantidade de documentos e informações nos mais variados suportes. Toda esta imensa gama de informação precisa ser compreendida e racionalizada para que os cidadãos, a administração e a história sejam atendidos. Seu acervo atualmente é composto por documentos textuais, iconográficos que abrangem o período de 1555 a 1920, além de cerca de 10.000 plantas, projetos arquitetônicos e mapas da cidade.

O Arquivo Histórico Municipal através do desenvolvimento das atividades de recolhimento da documentação, processamento técnico, conservação e disponibilização, e da integração em atividades educativas e culturais como: cursos de especialização, exposições, concursos sobre história de bairros paulistanos e publicações garante o direito de acesso dos cidadãos à informação e à memória.

A Revista do Arquivo Municipal, foi criada em 1934 com a função de divulgar o acervo documental e histórico do Arquivo Municipal. No ano seguinte foi incorporada ao recém criado Departamento de Cultura e Recreação e passou

a circular mensalmente com edições cada vez mais amplas, diversificando sua linha editorial e publicando artigos de autores estrangeiros e pesquisas sobre história, etnologia, sociologia, antropologia e questões voltadas à preservação da memória nacional.

Dentro da política de publicações e divulgação do DPH, a Divisão do Arquivo Histórico Municipal comemorando os 450 anos da cidade, lança mais uma publicação fundamental para a discussão da produção cultural e do cenário intelectual paulistano. Instrumento de divulgação de ensaios, criações, debates e idéias a Revista do Arquivo Municipal nº 203 repensa a cidade e sua cultura. A Revista, apesar de ao longo de sua existência, ter sido publicada muitas vezes com uma periodicidade irregular, sempre se caracterizou como veículo para pensar e discutir a história e a cultura da cidade de São Paulo. Acreditando na importância de retomar essa publicação com artigos sobre temas paulistanos, aprofunda os debates pertinentes às diversas manifestações culturais da nossa cidade.

Cumprindo mais uma meta estabelecida para o ano de 2004, o Arquivo Histórico lança neste final de ano uma edição comemorativa aos 450 anos de São Paulo, com artigos de especialistas convidados para discutir a cidade sob os mais variados aspectos (alimentação, propaganda, história, meio ambiente, arquitetura, música, teatro, entre outros). Instrumento de debates de idéias os seus ensaios e imagens repensam a cultura de São Paulo e reproduzem o desejo de preservar as memórias desta cidade.

Alguns artigos são na realidade formas de testemunho, como do Prof Aziz e sua particular e sensível visão da cidade. Outros “artigos-depoimentos” como de Maria Adelaide Amaral em *São Paulo de todas as novelas*, Zé Rodrix e sua vivência musical em São Paulo são verdadeiros registros da vida cultural paulistana. Outros artigos têm característica diversa: Antonio Augusto da Costa Faria traça a história do abastecimento da água em São Paulo de 1554 a 1960, Denise Sant’Anna relata a questão dos chafarizes na cidade e Edgard Luiz de Barros resgata os grandes delitos e criminosos famosos da história paulistana ao longo do século XX. O texto de Mônica Junqueira traça um perfil da Arquitetura Paulistana nas décadas de 1940 a 1960 através dos trabalhos do arquiteto Carlos Bratke.

O teatro brasileiro, tema do artigo de Beth Néspoli, provoca uma reflexão sobre a situação da atividade teatral atual. Fernando Bonassi nos apresenta com *Quatro Quadros Paulistanos: Ladainha do assassino frio, Cesta básica, Natureza morta com fim de festa e Engenharia Genética*.

Flávio Prado fala dos atletas na cidade e Washington Olivetto ressalta a importância de São Paulo na história da publicidade brasileira. Os 50 anos da literatura brasileira são analisados por Manuel da Costa Pinto e Gabriel Bolaffi relata 450 anos da comida em nossa cidade. A Revista tem ainda um caderno de

fotografias de São Paulo sobre Cristiano Mascaro, e tudo envolto na belíssima capa de Angeli.

Agradeço ao Secretário Municipal de Cultura Celso Frateschi pela confiança e empenho na viabilização dos projetos do Arquivo Histórico Municipal, a Chefe de Gabinete de SMC Neli Aparecida Faria que com sua sensibilidade apoiou as iniciativas desta Divisão, a todos os funcionários da Divisão do Arquivo Histórico Municipal, a Comissão Editorial da Revista e a Seção Técnica de Divulgação e Publicação do DPH.

Aos autores desta Revista que se dispuseram a colaborar com esta publicação e nos honraram com suas contribuições. E por fim agradeço a Marcos Oliva meu grande companheiro de todas as horas pelo apoio e incentivo.

Liliane Schrank Lehmann  
Diretora do Arquivo Histórico Municipal “Washington Luiz”  
DPH/SMC



# Depoimento sobre a Cidade de São Paulo

Prof Aziz b'Saber

## I

Através de memórias de menino e adolescente, muitos de nós podemos avaliar como o nosso conhecimento de novas terras, cidades e contatos humanos se ampliaram gradativamente. Memórias recuperadas, sincopadas, entranhadas de sofridas saudades. Eu ainda era menino quando meus pais me levaram à Aparecida do Norte e Guaratinguetá, à partir de minha querida cidadezinha, São Luiz do Paraitinga.

Na última semana de nossa permanência em São Luiz, meu pai organizou uma viagem para que nós conhecêssemos o mar. Eu não sabia que aquela viagem, de São Luiz a Ubatuba, representaria uma espécie de transecto embrionário de exceção entre o planalto, a Serra do Mar e o litoral norte paulista.

Correu então o ano de 1930, quando mudamos do alto Vale Paraitinga para o colinoso Vale do médio Paraíba, onde existia a passagem de uma estrada de ferro e melhores recursos para a educação das crianças.

De uma cidade que possuía duas corporações musicais (as famosas bandas de paisanos dedicados), passei para uma cidade um pouco maior, movimentada aos domingos e feriados por uma corporação de bandas de militares. São Luiz possuía apenas três pontos de encontro: a pracinha, a igreja e o mercado. Caçapava

possuía tudo isso mais três clubes freqüentados por classes sociais diferentes, a estação por onde passavam trens de passageiros em horas bem marcadas, uma associação atlética dotada de um bom campo de futebol e quadra de basquete.

E um dia, terminado o curso secundário em Caçapava vim para São Paulo me preparar para enfrentar o vestibular na Faculdade de Filosofia. Sair de cidades pequenas, onde se conhece todo mundo, e viver em uma cidade grande: não era fácil. Morar em uma pensão simples. Comer pouco. Adaptar-se a uma nova rotina. Ouvir aulas. Infundáveis leituras em bibliotecas. Sentir frio na noite de São Paulo. Conviver com as tardes e dias chuvosos. Fazer o serviço militar obrigatório para obter um certificado de reservista de segunda categoria. Longe de amigos e entes queridos. Repercussões agudas na saúde. Foi quando meus pais empobrecidos resolveram vir para São Paulo e, assim, de algum modo me salvaram.

Desses enfrentamentos surgiu uma compensação salvadora: conhecer as múltiplas faces de uma cidade que marchava rápido para ser uma verdadeira Metrópole. Aos sábados: a biblioteca municipal. Para variar, aos domingos, a mesma coisa. Éramos uma geração de ratos de bibliotecas. À noite o *footing* provinciano na Rua Barão de Itapetininga, Praça Ramos e Rua 24 de maio; raras visitas ao salão do Trocadero, onde hoje está o MASP. Aprendi logo que os processos da noite no centro de São Paulo se dividiam em dois conjuntos de moradores: a negritude entre a Praça da Sé, a Rua Direita e a Praça Ramos de Azevedo. Os branqueles na longa quadra além Barão, Praça Ramos, trechos da Praça da República e Avenida Ipiranga, e 24 de maio. Um trânsito híbrido pelo Viaduto do Chá. Algumas exceções: visitas à freguesia do Ó e ao Horto da Cantareira. Incurções às diferentes “portas” da cidade, além Tietê e além Pinheiros; Lapa, Penha, Santo Amaro/Interlagos, Santana, Pirituba, Taipas, Franco da Rocha. Mais tarde, Pico do Jaraguá. Anos 40 do século XX. Uma ampliação sofrida do círculo espacial do conhecimento geográfico: Toda uma história de trabalho de iniciação no ensino em colégios e eventuais faculdades particulares, no intervalo entre as aulas e cursos, na Faculdade. Em 1947, a oferta ocasional de um cargo simples no Departamento de Geologia e Paleontologia. E assim uma primeira fase de uma carreira que se estendeu até 1983, e continua até hoje através de uma participação voluntária e graciosa no Instituto de Estudos Avançados da USP- campus da Cidade Universitária Armando Salles de Oliveira.

Mas é tempo de deixar de falar da gente e fazer registros sobre os principais acontecimentos que transformaram a cidade grande de 1940 em uma excepcional e complexa metrópole.

Quando foram construídos e organizados os primeiros grandes *shoppings*, tudo mudou em relação à permanência ou multiplicação de cinemas. Por diversas razões os *shoppings* puderam obter um novo complexo de salas de cinema, quase todos eles se transformaram em verdadeiras praças de visitação, bem mais

seguras do que parques grandes e praças boscosas inseguros ou até fechados, durante a complexa noite de São Paulo. Nessa conjuntura, e sem prejuízo de novos e diversificados restaurantes, surgem e se diversificam as chamadas praças de alimentação, existentes em quase todos os grandes ou modestos *shoppings* multi-diversos, ainda que freqüentados por classes sociais diferentes.

E, daí porque, as classes médias altas e pequeno burguesas, deixaram de freqüentar os dois núcleos do Centro Velho, dando preferência para os *shoppings* onde ocorrem boutiques e comércio especializado, restaurantes famosos, pontos de encontro de jovens e espaços adorados pelas crianças. Qualquer democratização da classe média afugenta as classes ricas em ruas comerciais tradicionais, seduzidas por grifes de moda.

Nos meados dos anos 40 do século XX, consolidou-se uma espécie de Cinelândia além Anhangabaú, nos arredores da então famosa esquina da São João com a Ipiranga. No eixo da Avenida São João e adjacências, oito salas de cinema. Na Avenida Ipiranga o contraste entre grandiosos e pequenos cinemas, destacando-se o cine Ipiranga e o cine Marabá. Cumpre salientar que algumas dessas grandes salas construídas com muita criatividade eram superiores a maior parte dos cinemas de Paris ou Berlim. Era como se fosse uma presença híbrida de Hollywood e a 5ª Avenida; com uma superfilial em São Paulo. Enquanto isso se dava além Anhangabaú, velhos cinemas sobreviviam temporariamente no Centro Histórico, na Rua Direita, Rua São Bento e quarteirão inicial da Brigadeiro Luís Antonio. O Teatro Municipal, na Praça Ramos de Azevedo, em frente ao *Mappin Store* constituiu-se num marco definitivo no coração da cidade. Alguns teatros foram fechados e logo, o bairro da Bela Vista foi reativado pela fundação de importantes salas de teatro. Cantinas e teatros deram uma nova feição a um bairro dominado anteriormente por pensões, vilas, porões e cortiços utilizados por trabalhadores braçais.

Para se entender a somatória de acontecimentos que transformaram a grande cidade que era São Paulo na fantástica metrópole de hoje, há que listar alguns fatos essenciais. A saber: advento do processo de migração interna, com a chegada de legiões e legiões de trabalhadores braçais, adaptáveis a todos os tipos de serviços, a preço aviltado de salários. Implantação de um complexo hidroelétrico regional que se projetou na oferta de energia abundante e barata; melhorias fundamentais nas infra-estruturas de transportes viários; nas ligações entre planalto e litoral, no eixo Rio-São Paulo; excelente leque de rodovias implantadas para os planaltos interiores e porções dos Estados vizinhos (Norte do Paraná, Triângulo Mineiro) e no embrionário Mercosul. Instalação progressiva de cidades industriais satélites no planalto e sopés da Serra do Mar (ABCD e Cubatão/Piassaguera); e no jogo das importantes rodovias recém-construídas, em substituição às faixas industriais pioneiras que nasceram vinculadas as três faixas ferroviárias históricas (Brás,



Moóca, São Caetano, Santo André e Barra Funda - Lapa). Implantação das avenidas marginais do Tietê e Pinheiros, com forte intensificação dos fluxos de circulação. De forma que, nos últimos 25 anos do século XX, a cidade ganhou cenários inusitados ao longo de diversas artérias (Paulista, Faria Lima, Rebouças, Avenida dos Bandeirantes, Vinte e três de Maio, entre outras) .

A multiplicação de distritos centrais de negócios forçou o advento diferenciado de funções bancárias, empresariais, profissionais e institucionais. A mudança do Banco Central para a Avenida Paulista possibilitou a descoberta de uma nova função para a artéria das mansões dos enriquecidos direta ou indiretamente pelo ciclo do café. Paralelamente ocorreu a descoberta de pontos hoteleiros nas transversais e paralelas da notável avenida transmutada. Raros hotéis do Centro Histórico foram abalados pela concorrência e sedução projetada pela rede de hotéis do bairro de Cerqueira César e vizinhanças. Muitos hotéis estabeleceram centros de convenção que se tornaram referência no mosaico urbano da Metrópole. É verdade que durante o processo de modernização arquitetônica aconteceram muitas bizarras: edificações pedantes, prédios por demais altos com heliportos semi-suspensos. A isso se juntou a bizarra iluminária dos bingos. Em compensação grandes e respeitáveis hospitais adquirem novos blocos, ora volumosos, ora magníficos (Clínicas, Einstein, Sírio Libanês, Beneficência Portuguesa, Edmundo Vasconcelos). A sucessão de estilos arquitetônicos que marcou o cenário construtivo da cidade, exigiria um capítulo à parte em qualquer estudo mais aprofundado. Há que trabalhar com os agrupamentos diversificados de edificações que pontilham o corpo urbano metropolitano, tais como igrejas, museus, escolas, estações e quartéis. Passando logo, para os sobrados e sobradinhos, ruas de mansões em rápida modificação, prédios de apartamentos do passado e altos edifícios do presente, imitando Paris, Londres e alhures. Uma exceção no período inicial de verticalização foi a construção do volumoso, alto e pesado prédio Martinelli, copiando na década de 20 (século XX) o multivariado estilo dos edifícios-torres de Manhattan. Por dezenas de anos, porém, predominou o estilo dos edifícios europeus ocidentais, incluindo construções sucessivas “parede-meia”. Um fato que continuou presente em faixas de edifícios mais altos, em numerosos pontos da região sub-central (Avenida Nove de Julho, Avenida São João e outras). Sucederam-se os grandes edifícios, altamente criativos, projetados por Oscar Niemeyer, Vilanova Artigas e discípulos. O máximo alcançado por essa fase arquitetônica diversificada e criativa aconteceu quando houve a relocação das funções de *CBD* para a Avenida Paulista, Faria Lima e Berrini/Morumbi de baixo.

Nas periferias existem bons edifícios hospitalares; alguns quais com enormes deficiências de recurso humano, aparelhamento clínico e capacidade de atendimento para a população pobre e carente . Os parques da Cidade têm uma razoável distribuição na Metrópole Central, sendo que alguns parques do passado tem sido

prejudicados pela vizinhança, muitos dentre eles não tendo condições de serem abertos à noite. Tais remanescentes do passado ocupam áreas sub-centrais exibindo modificações e interferências desastrosas. Tendo como exemplo o Parque da Luz, Parque Dom Pedro, Parque do Anhangabaú e Parque Siqueira Campos. Alguns sofreram a passagem de viadutos entrelaçados, popularmente designados “cebolões”. Outros foram perfurados por túneis e transpostos por velhos e novos viadutos. O extraordinário projeto do Parque do Ibirapuera compensou as interferências que marcaram o destino dos velhos parques transformados em espaços públicos especializados. Ou terminais rodoviários, pois utilizados pela população metropolitana. O Parque Villa-Lobos produziu uma inovação e complementaridade em relação ao Ibirapuera. Um deles no centro leste da cidade e o outro no centro norte, à margem do pontal Tietê-Pinheiros.

É fácil falar dos estádios que a cidade possui; como também é costumeiro citar a presença de túneis e “minhocões” (sem registrar que uma das faixas de túneis foi projetada para servir a um bairro de gente abastada...). É certamente importante fazer referência aos aeroportos que servem a Metrôpole (Guarulhos, Congonhas, Campo de Marte). Ou, um comentário sobre os heliportos que pontilham os altos de alguns edifícios, ou se instalaram no meio de bairros carentes, onde estrategicamente se instalaram indústrias que se aproveitam do exército regional de mão de obra braçal.

A rede de escolas primárias é razoável quanto a localização, possuindo porém edifícios precários de difícil ampliação, e o que é pior, uma deplorável qualidade de ensino. Daí porque Saúde Pública e Educação ficam muito a desejar no conjunto da Metrôpole.

Existem alguns excelentes clubes para classes altas na cidade e muito poucos nas periferias extremas. No passado clubes sociais ou esportivos estavam localizados à beira dos rios Tietê e Pinheiros. Além Tietê, ao lado da Marginal fez-se o Sambódromo - uma originalidade brasileira - Aí se encontram também os galpões das Escolas de Samba - alguns muito singelos. Todos eles porém transformaram-se em verdadeiros clubes das comunidades, atendendo complementarmente jovens e crianças pobres.

São Paulo termina o século XX com três linhas de metrô (uma questão que pede tratamento especial), permanecendo em grande atraso em relação à feitura de uma verdadeira rede metropolitana, bem estudada e planejada. Pior do que isso foi a linha nova construída inteiramente sobre *pilotis* sob a forma de um minhocão gigantesco: linha Capão Redondo - Largo treze (Santo Amaro). Um projeto que envolveu o maior gasto com cimento em obras públicas desconectadas com a geografia dos fluxos, em comparação com qualquer outro projeto existente em qualquer parte do mundo. O dinheiro gasto com especuladores contumazes poderia ter sido aplicado ao esboço de uma verdadeira rede de total interesse

social. Nunca será possível esquecer que as poucas linhas existentes constituíram o maior “presente” que as classes médias e sofridas receberam em termos de obras essenciais na cidade de São Paulo nos últimos trinta anos. Mesmo assim a especulação não parou, centrada em projetos de edifícios verticalizados, alguns deles agrupados em pontos terminais do metrô. Resta-nos fazer uma referência à funcionalidade, criatividade e beleza de muitas estações do metrô paulistano, com destaque para a grandiosidade da Estação Sé, onde se cruzam as linhas Leste-Oeste e Sul-Norte. Mesmo assim, convém lembrar que as montadoras estabelecidas nos últimos 40 anos tiveram e têm grande interesse em acelerar a implantação de uma verdadeira rede.

O setor universitário mereceria um trabalho inteiro a ser feito, levando em conta os “campus” em relação ao corpo urbano da Metrópole, centrando-se obrigatoriamente na qualidade do ensino. E, sobretudo conseqüências para as aplicações de ciências e técnicas a favor de São Paulo e do Brasil, visto em seu todo. É de todo lamentável a proliferação de faculdades e universidades particulares culturalmente fracas, projetadas para ganhar dinheiro e destituídas de qualquer preocupação com o futuro de seus formandos, sem levar em conta os gastos intoleráveis que as famílias destituídas de recursos e orçamentos têm que agüentar. E alguns governantes idiotizados procuram incentivar ao máximo as múltiplas unidades pré-existentis, sinalizando para novos investimentos de outros tantos especuladores.

O crescimento demográfico, rápido e incontrolável, derivado de migrações internas de gente saídos de distantes regiões rústicas e sofridas é o maior problema enfrentado pela cidade de São Paulo. Já houve idiotas e desumanos que através de um pensamento linear e demagógico advogavam a devolução dos migrantes para sua área de origem. Num atestado demoníaco de insensibilidade humana. E, alguns desses arautos da ignorância social tornaram-se membros de governos. Que tristeza!

Fazer comparação entre a grandiosidade da Avenida Paulista e os cenários rústicos dos bairros periféricos mais pobres, é um ato que provoca incontrolável indignação psíquica. [Razões pela qual dessa vez deixaremos de tratar do assunto fundamental, que envolve alguns milhões de excluídos que somente sobrevivem em São Paulo devido a estratégias de sobrevivência que puderam obter, para resistir a todo tipo de desigualdades sócio-econômicas e sócio-culturais]. Não foram mostradas para dois visitantes ilustres a crueza da grande desigualdades sociais e habitacionais. Tanto a Charles De Gaulle quanto para a Rainha da Inglaterra. Convém lembrar.

Ao cruzar o túnel da Avenida Nove de Julho, Charles De Gaulle um tanto admirado com os cenários da porção central de São Paulo comentou: “*La ville c’est bien batie!*”. Agora se procura mostrar os espetaculares edifícios dos CEUS

para outros visitantes ilustres e atenciosos. Ainda que se saiba que as aludidas instituições híbridas de escola e clube não pode resolver em quase nada o destino de 5 milhões de carentes que a Metrópole possui. Na noite de São Paulo os mais pobres, sobretudo as mulheres, apelam para as igrejas improvisadas das religiões neo-cristãs, enquanto seus filhos se reúnem em salas apertadas para assistir televisão. Muitos deles, viventes das ruas e ruelas são abordados por membros do narcotráfico para vender drogas e ampliar clientelas.

Por todas essas razões quero dizer que meu pensamento mais permanente se dirige para todos os excluídos singelos e sofridos de meu país.

## II

Durante meados da década de 40, comecei a estudar o sítio urbano com bastante cuidado e consegui desenvolver esse trabalho durante vários anos, inclusive com dificuldades, porque viajava de ônibus até o ponto final e depois ainda percorria um pedaço a pé, isso pela cidade inteira, porque não tinha recursos. Aliás, sempre trabalhei com recursos próprios no Brasil inteiro.

Nesse período inicial eu estava querendo entender o sítio urbano da cidade. Estudo desde há muitos anos a cidade de São Paulo, os seus diversos quadros, a planície do Tietê, do Pinheiros, (margem direita do Tamanduateí e esquerda do Tietê) seus afluentes principais, os baixos terraços que sempre eram esquecidos, embora muito bem utilizados pela estrada de ferro Santos-Jundiaí, que identifiquei que nas margens das planícies existia um sítio mais firme, uma terra firme baixa, através da qual foram feitas as instalações dos trilhos. Os proprietários da estrada de ferro trouxeram especialistas que perceberam que tais terraços fluviais receberam depósitos de cascalho numa outra época que lhes dava solidez relativa. Isso foi muito importante para a implantação dos trilhos nos traçados, sobretudo, margem direita do Vale do Tamanduateí, margem esquerda do Tietê, cruzando entre o Pari e a Barra Funda, após cruzar a colina da Luz.

Toda vez que se trabalha exclusivamente pensando na natureza física, ou seja, nos diversos componentes de um sítio urbano: nas planícies, nos terraços, patamares intermediários... Toda vez que se pensa nisso, está se fazendo só geomorfologia, mas eu não queria fazer apenas geomorfologia, eu sentia que precisava entender dos solos e da paisagem original que a região como um todo tinha. A partir dessa necessidade de entender a fitogeografia primária da região, comecei a rever as observações dos viajantes antigos, sobretudo, Martius e Saint Hilaire que nos princípios do século XIX conseguiram obter uma compreensão de como teria sido a paisagem do sítio geográfico inicial da região de São Paulo.

É conveniente lembrar que Saint Hilaire e outros quando tinham que observar a região, a partir da colina histórica, iam até o sobrado da Marquesa e de lá tinham uma idéia exata do Vale do Tamanduateí, do Brás, da Mooca até aproximadamente o Pari e, lá longe, a Serra da Cantareira. As observações foram interessantíssimas, porque ao longo dos cenários observados eles registraram diversos aspectos da variabilidade do sítio geográfico do Vale do Tamanduateí: florestas pela beira descontínua nas margens do rio, depois um setor brejoso, com alguns hectares de áreas de brejo – que é outro ecossistema – depois uma ascensão lenta lateral das planícies recentes que tinham uma floresta de várzea. Pelo menos três componentes ficaram documentados. Em relação aos patamares médios e altos, a região era totalmente desconhecida. No entanto a planície paulistana tinha o caráter de “terras firmes” colinosas no alto Tietê, com predominância de até 90% de florestas. Mas existiam algumas exceções que foram observadas exatamente das janelas da casa da Marquesa. No Cambuci, ocorriam bosquetes de araucárias, no entremeio das florestas biodiversas. Aqui na região de Pinheiros, sobrou o nome de Pinheiros porque era outra pequena área de vegetação com araucária. Aí o documento é o nome, mais do que a visão.

Em um evento que houve no Teatro São Pedro, na Barra Funda (São Paulo), eu apresentei um quadro que saiu na Imprensa Oficial do Estado, onde estão registradas araucárias bem mais para leste, e um cidadão esclarecido que estava presente, chegou e me disse:

- “Professor, mas essas são as araucárias de Suzano”.

Então existiam em Pinheiros, no Cambuci, em Suzano e talvez em São Miguel. Ocorre que, no espigão central (810/820 metros), onde existia a Caaguaçú - a grande mata densa, biodiversa - onde hoje se encontra a Av. Paulista, o Paraíso, a Av. Dr. Arnaldo, também lá existiam araucárias emergentes brotando e surgindo acima do céu da mata. O índio sempre chamou aquela mata como a verdadeira Caaguaçú, a grande mata da região.

Sabendo disso tudo, tendo por base o quadro do relevo regional, eu superpus o quadro das paisagens vegetais, através de várias formas de recuperar os cenários do passado, ou pela visão dos viajantes naturalistas, ou pela visão dos desenhos, das plantas da cidade, e também da toponímia, no caso dos bairros de luxo. Convém lembrar que durante três séculos o principal cenário que os paulistanos podiam observar era do Alto da Boa Vista, onde hoje tem uma avenida plena de edifícios bloqueadores do longo e velho belvedere. Um fato interessante, que pouca gente conhece. Dentro desse espaço, além da colina central tinha uma série de cercadinhos com muita produção agrícola, fruticultura etc.

Os bordos escarpados da colina histórica onde foi implantada a cidade de São Paulo obrigaram a feitura de ladeiras para atingir as planícies do Tamanduateí e aquelas do Anhangabaú. Daí porque os paulistanos reconhecem localmente

todas as principais ladeiras que interligam a cimeira do sítio histórico aos fundos dos vales que a enquadram. O destino da estrutura urbana de São Paulo devido ao crescimento da cidade até o espigão central (Av. Paulista) fixou um destino especial para o surgimento de outras tantas ladeiras nos bordos do divisor de águas Tietê/Pinheiros (protótipo da Rua Manuel da Nóbrega). De tal forma que a cidade de São Paulo se caracteriza pelas suas mais variadas ladeiras e pelos viadutos para transposição dos patamares intermediários, acima dos vales (Av. Nove de Julho, 23 de Maio, Pacaembu e Av. Tatuapé).

Mais tarde o Anhangabaú passa a ser a área do Chá, e essa expressão chá sobrou até para o primeiro grande viaduto que foi construído nos últimos anos do século retrasado. Foi uma sucessão de períodos arquitetônicos, com algumas mudanças, mas permaneceu, do tempo da Boa Vista, o Pátio do Colégio e a Igreja do Carmo e, lá longe, a igreja onde depois foi construído o Mosteiro de São Bento e o Largo de São Bento. A cidade de São Paulo de Piratininga era sempre representada em cima de um morro, ela está no Alto Tietê, um sistema de colinas, que tem uns 60km de Norte para o Sul e 90km, aproximadamente, de Carapicuíba até Mogi das Cruzes. Alguns de nós denominam o relevo regional como sendo as Colinas do Alto Tietê, ou o sistema de colinas da bacia de São Paulo, planalto de Piratininga, ou enquanto Fernando Prado Marques de Almeida usa uma expressão muito feliz, que o termo: Planalto Paulistano, um compartimento do planalto atlântico paulista. Então tem vários nomes aplicados a região de São Paulo: São Paulo de Piratininga, Planalto de Piratininga, Bacia de São Paulo, Região do Alto Tietê e, posteriormente, Planalto Paulistano.

O que me impressionou foi o fato da cidade ter nascido sempre voltada para leste da planície do Tamanduateí, que depois passava o terraço da Mooca e do Gasômetro e lentamente subia para a região na qual hoje se localiza a Estação Roosevelt. Era para leste que estava o corpo principal da ocupação da cidade de São Paulo, até os meados do século XIX. Da outra banda para oeste, o sertão por muito tempo começara a partir do Vale do Anhangabaú. Tudo isso vai se modificando porque a cidade teve que se expandir à partir de 1830, um pouco para leste, um pouco para oeste, e ao sul em direção ao espigão. No século XIX, todos os rios que vinham do espigão central para a cidade eram fornecedores de água potável. Para garantir a qualidade da água dos pequenos rios afluentes que vinham para o Tamanduateí, era importante manter a vegetação das cabeceiras lá de cima.

É interessante lembrar um trabalho fundamental (que deveria ser reeditado) de autoria de Sérgio Milliet, no qual o autor reuniu plantas históricas da cidade de São Paulo e teceu excelentes comentários sobre o seu significado para acompanhar o crescimento da cidade. Foi possível entender que a chegada da estrada de ferro em 1867/70 constituiu um marco fundamental para a segunda fase do cres-

cimento da cidade de São Paulo, para além da colina histórica. Muitos estudiosos anotam que a construção da estrada de ferro Santos-Jundiaí marcou um segundo crescimento da cidade de São Paulo, em plena era do ciclo do café, acrescentando os primórdios de uma industrialização ao término do século XIX e princípios do século XX. Nota-se que as faixas onde as planícies do Tamanduateí mais se individualizam vem, aproximadamente, de Mauá até São Paulo. O primeiro núcleo da industrialização foi a margem direita do Tamanduateí e além da Luz, a margem esquerda do Tietê até o Bairro da Lapa. Os mesmos sítios descobertos pelos engenheiros ferroviários ingleses. Essa segunda fundação de São Paulo está, portanto, relacionada com a chegada de uma estrada de ferro que é um componente modernizante, importante, com muita influência inglesa, e que continuou tendo influências fundamentais na história da cidade. Ainda hoje se encontram em Paranapiacaba as múltiplas instalações dos ingleses: o clube, as casas dos funcionários, que até hoje vem sendo utilizadas por moradores pobres, conscientes da importância desse patrimônio histórico dos arredores de São Paulo. Em uma conjuntura atual, a prefeitura de Santo André vem pressionando por diversas maneiras os residentes mais carentes sobre a alegação que pretende produzir um turismo especial para a região.

No passado pré-histórico a rota principal de acesso ao planalto de Piratininga se iniciava no fundo do estuário de Cubatão, transpondo a garganta suspensa da Serra do Mar, em Paranapiacaba atingindo depois o Vale do Tamanduateí. Os colonizadores aproveitaram-se desta rota para penetrar no planalto a dentro e atingir o sítio escolhido pelos Jesuítas através de uma pequena ladeira até a pequena Praça da Liberdade. Essa rota é até interessante, porque o desemboque faz com que tudo venha pela planície do Tamanduateí, com alguma dificuldade, e de repente eles cruzam o Vale. O rio era todo com canais um pouco entrelaçados entre o Glicério e a frente de onde hoje está o centro do Parque Dom Pedro. Eles cruzavam o rio em dois pontos, começavam a subir para as colinas intermediárias, que estão na Liberdade – na Praça da Liberdade – descendo para ao Pátio do Colégio, cujo nível altimétrico é muito parecido com o nível intermediário da atual Praça da República.

Quando fiz o estudo do sítio urbano de São Paulo, pude caracterizar os patamares planos mais significativos das colinas paulistanas, tendo como protótipo a esplanada que se estende desde os arredores da Praça da República até os confins da Avenida Ipiranga, na área da Sala São Paulo (745/750 metros). Foi a partir deste patamar intermediário que os rios se encaixaram. Só que do lado mais próximo da planície do Pinheiros, ficou ondulado, muito suave nas colinas, não tem nenhum vale bem encaixado, do tipo do Anhangabaú. O encaixamento maior foi do outro lado, talvez porque a estrutura geológica das camadas sedimentares obrigou os riachos, afluentes que saíam do espigão central e que se reuniam atrás

da Praça da Bandeira; o rio Itororó, o Saracura e o do meio que o nome foi pouco fixado e aqui designamos, provisoriamente, de Riacho do Bexiga, esses três rios que se reuniam, cruzaram o nível intermediário através do Vale do Anhangabaú. O processo de levantamento da bacia de São Paulo pós níveis intermediários deu origem ao simétrico e encaixado Vale do Anhangabaú. O Prof. Francis Ruellan chamava de '*Valle en auche*'. Quer dizer um vale bem escavado, simétrico localizado entre o patamar da Praça da República e a colina histórica, onde por quase três séculos cresceu e ficou abrigada a cidadela fundada pelos jesuítas. Um dia desses fui em um prédio da Rua Líbero e reobservei esse conjunto, e é certamente, hoje, um dos espetáculo arquitetônicos de todo o mundo.

O ano de 1870 marca um momento importante do crescimento e do desdobramento de São Paulo. Inicialmente, a cidade cresceu de colina em colina, o que pode ser verificado nos mapas: colina central, de um lado o Vale do Anhangabaú e do outro lado o largo patamar intermediário da Praça da república (Antigo Largo dos Curros). De início a cidade subiu até a Bela Vista, poupando a região do espigão central. Após a construção da Avenida Paulista, no espigão central, multiplicaram-se as mansões dos ricos em São Paulo.

No tempo que meus pais moravam em São Luiz do Paraitinga, meus familiares tinham que vir para São Paulo para fazer consultas nos hospitais que ladeavam a importante artéria da região de Cerqueira César. Os médicos das casas de saúde existentes na região eram muito conhecidos e experientes. Convém lembrar, que esses profissionais foram solicitados para o tratamento das pessoas durante toda principal fase do ciclo do café. A história da ocupação do espigão central como avenida de interflúvio, incluindo os dois lados de suas vertentes, constituiu-se em um momento importante da história arquitetônica e urbanística da cidade de São Paulo. Foi a hora em que a cidade se desdobra funcionalmente através de vários pequenos bairros residenciais mais modestos, entre os quais se fixaram imigrantes europeus e, mais tarde, asiáticos: tem os operários na Bela Vista; os italianos no Brás, também, principalmente italianos, no Belenzinho; a classe média e no espaço entre a Praça da República e a Estação da Luz alguns bairros de classe média, entremeados por pequenos hotéis; árabes na Rua 25 de Março e judeus no Bom Retiro. Mais tarde japoneses nos arredores da velha praça da Liberdade. É sabido que em muitas cidades do mundo a burguesia não gostava de residir próxima das estações. Entretanto, em São Paulo, em função das relações entre campo e cidade muitas famílias migrantes do interior paulista se fixaram, por algum tempo, em bairros adjacentes às estações. Pouco além delas, surgiram bairros de grande originalidade tais como: Campos Elíseos, Higienópolis, Perdizes e Santa Cecília. De certa forma, no início da formação dos núcleos subcentrais, bairros dos enriquecidos no ciclo do café, constituíram-se bairros residenciais



de um valor arquitetônico, na época, superior a de muitos setores similares de outras grandes cidades de mundo.

Eu não sabia disso. Quem me disse foi um colega francês que encontrei um dia. - “Como é que se fez um bairro com esses traços?” Se bem que quando ele o viu já não existiam mais as mansões, já estavam começando os edifícios de apartamentos, que ainda estão lá, e que hoje tem um resquício de ligeira degradação comparado com as mansões que ocuparam os terrenos mais distantes e acidentados, como Pacaembu e Morumbi. Sobre o ciclo de industrialização não vou falar hoje, mas ele se iniciou bem depois das estradas de ferro e depois que a cidade percebeu que muita coisa poderia ser fabricada aqui mesmo, não precisava importar armações de ferro, por exemplo, que foram trazidas da Bélgica ou França, durante a fase da instalação dos primeiros viadutos paulistanos.

Começa nesse período a existir uma diversificação comercial, centrada, inicialmente, em produtos importados. Isso também força o aparecimento de ruas comerciais que compravam uma parte de seus produtos nas mais variadas regiões do mundo, os quais eram vendidos para todo o estado de São Paulo e áreas do Brasil sudeste. De um lado a Rua 25 de Março, com um variado comércio de fazendas, armarinhos e brinquedos, e de outro a Rua José Paulino e transversais, com uma grande diversidade de confecção. Modificações recentes acrescentaram tipos de produtos as ruas transversais de ambos os bairros aqui referidos. Próximo a Rua 25 de Março construiu-se um mercadão, uma magnífica expressão do desenvolvimento de São Paulo nessa época, décadas primeiras do século XX e cresceram ruas de comércio atacadista para cereais.

Para se ter uma idéia: para comprar qualquer coisa em São Paulo na época em que minha família chegou a São Paulo (1940), o meu pai tinha de sair às quatro horas da madrugada em bondes elétricos destinados a pequenos comerciantes, para vir até a região do mercado e da Rua da Cantareira adquirir produtos hortaliços e outros, para levar para os seus pequenos sacolões. Ele era obrigado a sair às quatro horas de casa e pegar o primeiro bonde que vinha da Penha para a Região da 25 de Março e mercadão municipal para comprar hortaliças destinadas aos trabalhadores da região do Tatuapé. Eu nunca ouvi ninguém registrar este fato, sendo que eu assisti e participei de tudo isso.

Muitas vezes a memória da gente é importante para entender o crescimento e adensamento urbano de São Paulo. [Meu pai quando veio pela primeira vez ao Brasil, com quinze anos, a mando de minha avó, desembarcou no Rio de Janeiro. Para quê? Para encontrar meu avô que já estava aqui junto com um filho, e estava gostando tanto do Brasil que não voltava para a sua aldeia no Líbano, no vale de Beka (Kafara-Homai) e minha avó tinha medo que ele se casasse com alguma brasileira bonita e abandonasse a família libanesa.] Então, quando o meu pai atingiu quinze anos, ela arranjou um pouco de dinheiro, deu a ele uma série de coisas

para sobreviver, até vendeu muitas coisas de ouro lá no mercadão de Beirute. Ele veio com muito pouco dinheiro, com alguma coisa para revender se fosse necessário, e foi procurar o meu avô. Durante a viagem marítima ele funcionou como boy, fazia tudo que era necessário para ganhar uns tostões dentro do navio, que vinha para Rio de Janeiro em 1911. Chegando no Rio de Janeiro, cada passageiro foi para o seu lugar e ele ficou sozinho no meio da praça perto do porto e começou a pensar:

“Como é que vou descobrir um jeito de chegar em São Luiz do Paraitinga?”

Ele só sabia que em algum ponto das roças de São Luiz do Paraitinga que se encontrava o pai dele, meu avô. Então ele começou a procurar nos olhos das mulheres que passavam pela calçada, de repente viu uma pessoa, que inconfundivelmente devia ter origem árabe, uma moça e espertamente se apresentou a ela e lhe pediu que ensinasse onde era a estação para ir até Taubaté. Além de ensinar, ela disse:

“Olha! Você não fala nada de português, então você chega na estação, na Central do Brasil, com o dinheiro que você vai trocar e diz assim: Taubaté! Não fale muita coisa, eles não gostam mesmo que se fale muito, então te vendem uma passagem, te dão o troco e você embarca e vai embora.”

Ele fez exatamente assim e conseguiu chegar até Taubaté. No meio do caminho ele estava morto de fome, porque desde que desembarcara não tinha comido nada. Não sabia falar nada, não entrou em lugar nenhum, não comeu nada e quando chegou perto de Guaratinguetá, ele se aproximou do chefe do trem, deu-lhe um pouco de dinheiro e fez um gesto na boca que era para comprar alimento dentro do seu desejo. O chefe entendeu que era uma propina e disse: - “Muito obrigado!” Depois o chefe passou, ele segurou o chefe e fez um gesto de que queria comer. O chefe sorriu e entendeu a razão de ser da entrega do dinheiro. E foi assim que meu pai pela primeira vez comeu alguma coisa no Brasil. Quando chegou em Taubaté, repetiu-se a mesma cena do Rio de Janeiro. Começou a andar pelos arredores a procura de alguém parecido com árabe. E encontrou por acaso milagroso uma senhora árabe que o orientou para chegar até o centro da cidade. Ela disse:

“Você segue por essa rua das Palmeiras, vai passar perto da Matriz, em seguida, entra numa ruazinha, desce para a região do mercado, lá tem umas casas de sírios que poderão te orientar melhor dentro da nossa língua.”

Então ele chegou lá, falou com o patrício e o patrício disse:

“Não tem problema. Além do mercado tem um lugar onde param tropeiros que são muito bondosos e atenciosos. Você chega amanhã de madrugada, paga alguma coisinha para eles e diz que quer ir para São Luiz do Paraitinga e acompanha a tropa”.

E assim meu pai chegou a São Luiz do Paraitinga, onde Nacib encontrou o irmão Nagib, que já tinha vindo a alguns anos e estava fisicamente bem

diferente. Ele foi falar com o irmão dizendo que queria verificar se não podia instalar um “negócio” em São Luiz. O irmão quase bateu nele dizendo: - “Aqui não dá nem para mim! O que você veio fazer aqui?”, aí ele se apresentou como irmão e foi uma festa de sensibilidade familiar. E assim, no outro dia, bem orientado, ele foi para a roça para encontrar o meu avô, que possuía um armazém de secos e molhados. Seu pai acabou vendendo os produtos, os animais, os arreios e as coisas que possuíam na sua pequena casa comercial rural, e voltaram para São Luiz. De São Luiz para Taubaté e de Taubaté para o Rio. Meu avô nessa época já falava razoavelmente o português, deu tudo certo, muito melhor do que o momento de sua solitária chegada, e voltaram para o Líbano.

Daí se pode me perguntar: - “Como e porque ele voltou para o Brasil?” Tornou a voltar por um motivo muito triste que até hoje, circunstancialmente, é motivo de muitos conflitos na região do médio oriente; com dezesseis anos, como era o mais ativo e experiente da família, acompanhava minha avó até Beirute para comprar as mercadorias que não existiam em Kafara-Homai. Eles não eram donos da terra, trabalhavam para terceiros que moravam nas cidades de Beirute e Zahle. Aí meu pai foi ao mercado de Beirute, que ele conhecia bem, porque antes dos quinze anos ele ficou lá no mercado como boy e aprendiz de muitas atividades. Agora, quando eu fui à Damasco e a Lepo eu procurei ver como se comporta os boys de mercados orientais. Os boys, ainda hoje, induzem os fregueses e os levam até as barracas especializadas em produtos diferentes. Depois carregam as mercadorias e assim ganham um dinheirinho, pra lá, pra cá, fazendo mil coisas. Eu vi isso agora em 1998 e pude compreender como meu pai atuava no antigo mercado de Beirute, hoje arrasado. Meu pai acompanhou minha avó para comprar coisas, estava com dezesseis anos, chegando no mercadão, ele carregando as coisas de peso e minha avó comprando produtos que não existiam na roça. De repente chegaram alguns terroristas Drusos e um deles colocou um revólver na cabeça do meu pai e perguntou para o outro: - “É um cristão que morre?” O outro virou, olhou aquele mocinho e disse: - “Não tenho certeza”, aí ele abaixou o revólver e meu pai foi salvo. A partir daí, minha avó ficou em estado de desespero e ao retornar a aldeia, na presença de meus familiares disse:

“Meu filho, você vai para o Brasil. Seu pai fala tão bem do Brasil que você precisa ir para lá! Você não pode ficar nessa terra onde as questões religiosas provocam essas violências”.

A família inteira era maronita, portanto cristãos. E assim providenciaram uma passagem para que o jovem Nacib retornasse ao Brasil em 1913; por tanto um ano antes do início da catastrófica Primeira Grande Guerra Mundial. Em função do navio escolhido voltou para o Brasil por Santos, subiu pela Santos-Jundiaí, até a antiga estação do norte, atual Rossevelt. Chegando em São Paulo foi morar na zona periférica, onde se podia residir pagando pouco. Em função desta escolha

foi morar no Tatuapé, nas proximidades da 4ª Parada. Tratava-se do final da Zona Leste naquela época, um tanto distanciada do Bairro da Penha. Então, o Tatuapé ficou na vida dele e da nossa família, porque depois ele atendeu um pouco o irmão que foi trabalhar na construção do reservatório de Votorantin, na Serra de São Francisco, hoje no domínio dos Ermírio de Moraes. Sendo conveniente lembrar que o Nagib devido ao pesado trabalho manual de transportar blocos de pedras acabou por perder um dos rins. [Um dia eu vou falar isso para o Antônio Ermírio.] Meu tio largou o serviço de construção da barragem e veio para São Paulo, se operou, perdeu um rim e também, momentaneamente, não quis mais trabalhar. Veja que problema!

Dessa forma, meu pai trabalhava sozinho para garantir a vida dele e do irmão, e o irmão dizia: - “Mas aqui não se precisa trabalhar. A gente dorme, sonha e joga no bicho e assim ganha dinheiro”. Era o bingo da época, era o “bicho”. Isso foi uma coisa muito ruim na história dos árabes de São Paulo, eles gostavam muito de jogo. Os baralhos, o “bicho”, ou então uns joguinhos árabes que vieram para cá, que era com dados chamado *Táule*.

Durante sua estada no Tatuapé, o meu pai trabalhava na Rua do Gasômetro como marceneiro para sobreviver: era um bairro sub-central de trabalho, e por muito tempo ficou assim. E o que dominava lá? Marcenaria. A feitura de portas, janelas, vigas e ripas, e outras coisas mais. Até hoje tem um pouco disso, é um dos lugares de casas comerciais diversificadas remanescente do passado. Ele aprendeu marcenaria em Beirute, profissão simples que garantiu um pouco sua sobrevivência em São Paulo e Caçapava.

Não sei como, não sei de que jeito que ele se deslocava. Nunca perguntei a ele, infelizmente, perdi essa memória. Lá em Beirute ele ficava no mercado junto com aqueles velhos muito inteligentes e educados que lhe transmitiram uma parte da cultura árabe. De certa forma foi reeducado por eles, conseguindo escrever e falar bem o árabe; fez treinamento de esgrima oriental nessa época. Eu vim a assistir uma inesperada cena com ele num hotel pertencente a sírios-libaneses na Rua Florêncio de Abreu, em 1935, quando os hóspedes começaram a falar em esgrima salientando a originalidade dessa atividade no oriente. Na ocasião meu pai disse: - “Me arranja um taco aí de vocês que mostro a esgrima oriental”. Fiquei boquiaberto. Porque ele nunca tinha me mostrado essa sua habilidade.

Após alguns meses de estado em São Paulo, os dois irmãos resolveram voltar para São Luiz do Paraitinga, porque tinham uma grande sentimentalidade pela região onde vivera o meu avô. Chegando lá se dedicaram a atividade de mascate e pequeno comércio urbano. Meu pai, sobretudo, percorreu as fazendas dedicadas ao cultivo do café, assim como sítios e sítios de gente simples e trabalhadora. As fazendas não estavam totalmente decadentes, mas já não eram de modo algum o que foram nos fins do século XIX, já se iniciava um processo de degradação.

Aconteceu uma coisa terrível! Porque de 1870 a 1910, no auge do ciclo do café, quando entra a estrada de ferro Santos-Jundiaí, as tropas que levavam a importante produção da rubeácea para o porto de Ubatuba perderam sua vez devido a composição do transporte ferroviário recentemente instalado. E os fazendeiros que não podiam avaliar o impacto de tal acontecimento, foram induzidos a construir casarões e sobradões maravilhosos dentro da cidade de São Luiz, sobretudo no Largo da Matriz (hoje praça Oswaldo Cruz). Foi um acontecimento histórico arquitetônico que se fez no auge do ciclo e, ao mesmo tempo, no fim do ciclo regional. Pude ver um dia desses nas bandeiras das portaladas dos sobradões luizenses as datas de construção: 1860/1865/1875/1880... As construções urbanas daqueles que tinham fazendas foram feitas quase que no fim do ciclo economicamente válido do café, no Vale do Paraíba e pouco antes do fim da era do escravismo. Foi assim que meu pai optou pela tarefa de mascate, já que a cidade em 1913 não conseguiu progredir mais em comparação a sua brilhante fase anterior; não tinha muitas lojas e vendas, bares e padarias para o abastecimento dos roceiros que resistiram à crise do café. Entretanto os habitantes das roças que proliferaram ao sabor da decadência do café na região, centraram suas pequenas compras nos sábados e domingos no mercadão da rua nova. Meu pai fazia uma complementação comercial no próprio interior das roças e fazendolas decadentes, vendendo roupas simples, calçados rústicos, botões e fitas para os habitantes simples das roças. Foi assim que ele sobreviveu e foi se tornando importante no cenário comum; todos gostavam dele: mocinho, bastante conhecido e receptivo, um dia encontrou minha mãe, Dona Juventina que adorou o “turquinho”. Quando eles se casaram, ele abandonou a mascateação e abriu uma loja ao lado do mercado em São Luiz. É de se notar que os mercados sempre estiveram na vida do meu pai: Quer em Beirute, quando era menino; quer em São Luiz do Paraitinga, quando se casou e ali se fixou.

Eu nasci em 1924. Em 1930, papai foi para Caçapava, porque lá já existia estrada de ferro e lá também existiam primos e patrícios, já que ele não tinha mais ninguém que falasse a língua árabe em São Luiz. Nagib, Pedro, seus irmãos presentes no Brasil, já moravam em Caçapava. Ele havia se integrado totalmente nessa sociedade simplória de São Luiz, tratando com as pessoas mais diversas da cidade: escrivãos, promotor e muito contato com fazendeiros que iam também comprar coisas na sua loja. Sua decisão de ir para Caçapava centrava-se no pensamento de que iria ter mais amigos e patrícios. Mas ao chegar na cidade, a maioria dos patrícios não eram maronitas, e houve dificuldades de contato social. E, de novo, meu pai se integrou na Sociedade Brasileira de Caçapava, no clube principal, frequentado por militares amigos, inclusive. De tempos em tempos ele se deslocava para São Paulo para comprar mercadorias na Rua 25 de Março e adjacências, e foi assim que pela primeira vez eu vim a São Paulo um dia com ele.

Fiquei encantado com as coisas que vi na Rua 25 de Março, cheia de brinquedos e de outras mil coisas mais... Fiquei conhecendo São Paulo ainda muito menino.

Os outros capítulos para falar sobre São Paulo seriam: a especulação do espaço, deixando cortiços, casas pobres, o loteamento da Av. Paulista e de Cerqueira César, a construção da Faculdade de Medicina na Dr. Arnaldo que mudou todo o esquema do Sumaré, a desativação relativa dos cemitérios que estavam muito próximos do centro, como é até hoje o caso do Cemitério da Consolação, e ao mesmo tempo a descoberta que os ingleses fizeram, que foi a última fase das grandes descobertas comerciais dos ingleses, de fazer bairros oitavados na área mais acidentada. Ultimamente eu tenho tratado muito dessa questão da tipologia das estruturas das ruas de São Paulo, reconhecendo três modelos de núcleos e bairros na metrópole: o padrão triangular, o padrão reticulado e por fim o padrão oitavado. No centro histórico, há uma tipologia muito paulistana e muito portuguesa, que é o triângulo. Rua Boa Vista, Rua São Bento e os confins da Rua Líbero Badaró, tudo isso fecha, mais ou menos, no Largo de São Bento. A formação do primeiro parque para incorporar as planícies do sistema urbano de São Paulo, foi o parque Dom Pedro. Depois o parque da Luz. O traçado reticulado predominou em muitos outros setores da cidade em crescimento devido a comodidade de sua feitura por especuladores de terrenos que anteriormente possuíam chácaras e sítios (exemplo da área do entorno da Praça de República, Santa Cecília e Higienópolis) Sei que numa das plantas históricas comentadas por Sérgio Milliet, aparece o belo traçado integrado do Parque da Luz que destoa de todas as praças e pracinhas preexistentes. O conjunto dos sistemas de loteamentos reticulados formam discrepâncias e descontinuidades porque os eixos das ruas de cada um deles não puderam ter continuidade. Alguns faziam o loteamento assim, outro assim, outro “assado”, e entre eles iam ficando com pequenos e médios largos, praças e pracinhas. Então, do triangular passou para o reticular e através da Companhia City alguns núcleos da cidade adquiriram o esquema oitavado que aconteceu primeiramente no Pacaembu, desdobrando-se nos bairros dos Jardins e se ampliando nas acidentadas colinas do Morumbi. O oitavado foi feito para ser lógico, racional com a topografia acidentada da região do Pacaembu, mas que também foi projetado para um bairro rebaixado, de um nível intermediário ondulado e baixo, onde se instalaram os bairros Jardins.

Esse ideário continua existindo, há muitos bairros na cidade que se desenvolveram até Butantã, em trechos do Alto da Lapa e no Jardim Japão. No conjunto da Metrópole porém perdura o tradicional modelo reticulado muito embora com eixos divergentes. Sendo de se lembrar que velhos caminhos periféricos da cidade se transformaram em ruas sinuosas, desdobradas em núcleos sociais e paisagísticos extremamente desiguais.

### III

Em uma coleta de sugestões sobre os locais e pontos mais expressivos da cidade de São Paulo, dignos de serem conhecidos por visitantes, chegamos à seguinte listagem, útil para Turismo, Lazer e Ecoturismo.

- *Pátio do Colégio*: sítio da velha aldeia (1554) na sua atual conjuntura urbana (2004).0,
- Metrô Sé: criatividade e funcionalidade.
- Largo de São Francisco: a Faculdade de Direito e a Igreja Tradicional.
- Altos do Martinelli e altos do Banespa: visões do verticalizado Centro de São Paulo (2004).
- *Viaduto do Chá*: um belvedere, voltado para os cenários atuais do Vale do Anhangabaú (2004).
- *A parafernália comercial do Centro Histórico*: a diversidade do distrito central de negócios (A Rua Direita e o leque de ruas e becos do Triângulo: comércio, velho centro bancário semi-esvasiado, profissões liberais, instituições públicas, centros culturais; igrejas, mosteiros e igrejinhas; palácios da Justiça; nova sede da Prefeitura Municipal; farmácias e sebos; ambulantes e camelôs.
- *Viadutos interligadores*: Chá, Santa Efigênia. Ladeiras, escadarias e escadas rolantes.
- A Biblioteca Municipal Mário de Andrade e Rua São Luiz.
- *Mackenzie College* – Universidade Presbiteriana Mackenzie.
- Arquitetura inglesa nos prédios centrais da Santa Casa de Misericórdia.
- Esquina da São João com a Ipiranga: coração do núcleo novo do Centro de São Paulo.
- Sala São Paulo e antigo terminal rodoviário transformado em galerias comerciais.
- *Rua José Paulino*: o paraíso das sacoleiras de todo o país (confecções e vestuário). Bairro comercial de judeus e coreanos.
- *Estação da Luz*: patrimônio arquitetônico dos tempos dos ingleses construtores da ferrovia pioneira “São Paulo Railway”.
- *Pinacoteca do Estado*, Museu de Arte Sacra e Parque da Luz.
- Palácio das Indústrias: ex-Assembléia Legislativa, ex-Prefeitura Municipal. Parque Dom Pedro.

- Mercado da Rua da Cantareira: notável edifício de funções múltiplas, estilo neo-clássico: reciclado para conter uma “Praça de alimentação”. Um dos mais diversificados mercados do mundo [visitação obrigatória].
- *MASP* : Museu de Arte de São Paulo, no centro da Avenida Paulista, tendo à frente o Parque Siqueira Campos constituindo-se no mais importante museu de artes nacionais e estrangeiras do país.
- O Ibirapuera: O Parque metropolitano por excelência de São Paulo.
- A galeria artística da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo: à frente do Ibirapuera e ao lado da Estátua dos Bandeirantes.
- O Centro Cultural da Liberdade, tendo no seu entorno a Av. 23 de Maio, igrejas e mesquitas, grandes edifícios hospitalares e instalações do Metrô.
- Altos do edifício da Gazeta: a visão do eixo arquitetônico mais extraordinário das Américas.
- *O edifício neo clássico da Faculdade de Medicina*, na Avenida Dr. Arnaldo, envolvido pelos múltiplos prédios das “Clínicas”, Faculdade de Saúde Pública, INCOR e Centro de Convenções Rebouças (e o inacabado Hospital da Mulher) – 2004.
- *Campus da Cidade Universitária Armando de Sales Oliveira*: um dos mais belos, funcionais e diversificados do mundo.
- *Altos da Freguesia do Ó*: o mais expressivo belvedere da cidade – Rotina, tradição e noitadas singelas, além Tietê
- Horto da Cantareira, no piemonte da Serra florestada biodiversa (Jaçanã). Além Tietê.
- Santana: o bairro comercial por excelência de além Tietê.
- O Centro de Convenções do Anhembi e o Sambódromo Municipal. Além Tietê: barracões das principais escolas de samba de São Paulo.
- Museu do Ipiranga e Praça da Independência [visitação prioritária].
- Memorial da América Latina, no Terminal da Barra Funda [Visitação obrigatória].
- Zoológico (Água Funda).
- Embu das Artes.
- São Miguel Paulista.
- Santana do Parnaíba.



- O CEU e a Avenida do Campo Limpo até a COHAB do Capão Redondo. Núcleos representativos da Metrópole Externa.
- A Metrópole intermediária na região do Rio Pequeno/Jaguareé.
- *Pico do Jaraguá*: alto setor rochoso e entorno florestado [Parque do Jaraguá].
- *Aldeinha de Carapicuíba*: a herança do passado e a (re)vitalização do entorno.
- *Paranapiacaba*: conjuntura atual da área pioneira do ferrovianismo (SPR). [Turismo de visitação]
- *A Serra do Mar e a Baixada Santista*: O Monte Serrat, Morro de Santa Tereziinha e as ruínas do Engenho dos Erasmos.
- *A ilha de Santo Amaro, o Guarujá e a Bertioga*. Velhas fortalezas protetoras do tempo das caravelas.
- *A Serra da Cantareira* e a cidade de Mairiporã.
- *A Serra do Japi* e as colinas de Jundiáí.
- O canyon florestado do Tietê entre Cabreúva e Itú.
- Das serranias de São Roque-Jundiáí até a depressão periférica paulista em Salto.
- Mini-redutos de cactáceas, cerrados preservados e remanescentes de matas biodiversas, em Salto e Itu “palimpsesto” da natureza
- *Salesópolis*: a cabeceira do Tietê e o interflúvio florestado entre o Tietê e o Alto Paraíba.
- *Os cerrados de Ibiúna*, nas colinas que circundam o reservatório.
- A Serra de São Francisco e o “Canyon” de Sorocaba na Região de Votorantin.
- *Guararema e o cotovelo do Rio Paraíba do Sul*. A escola nacional “Florestan Fernandes” do MST.
- As ligações entre o Planalto e o Litoral: o Caminho do Mar, a Via Anchieta e a Rodovia dos Imigrantes.
- A trilha dos Tupiniquins e a trilha dos Tibiriçás.
- O Parque do Varvito em Itu.
- A Serra do Jardim em Vinhedo-Valinhos: Ecoturismo.
- *O bairro do Alphaville*: um enclave de modernidade especulativa na Metrópole Externa.
- *Granja Viana*: cenário de um bairro verde em transformação na época dos condomínios e “comercinhos” da modernidade relativa.  
A multiplicação dos restaurantes, postos de gasolina e supermercados na Granja Viana: impactos sobre os “bairros verdes”.

Instituto Butantã: Uma instituição voltada para os impactos da biodiversidade tropical.

- O SESC Interlagos: Um parque campestre dirigido para todas as comunidades regionais.
- *A Cidade Tiradentes*: distância, problemas e alternativas para (re)vitalização.
- O desenvolvimento cultural/educacional da região de Guarulhos. O Aeroporto internacional da Metrópole (Guarulhos-Cumbica).
- *São José dos Campos* e os cerrados remanescentes do baixo platô intermontano regional.
- Parque Ecológico do Tietê.
- *São Luiz do Paraitinga*: uma pequena cidade remanescente do ciclo do café em São Paulo incrustada no entremeio de um mar de morros. Um exemplo de revitalização inteligente de uma cultura caipira modernizada.
- *Campos do Jordão*: um antigo enclave de araucárias e pradarias de altitude, transformado em importante centro turístico (acesso fácil a partir de São Paulo).
- *O sítio do Pica-Pau Amarelo*: O ambiente de trabalho de Monteiro Lobato. O paraíso das crianças.
- *Ubatuba (uba-tub)*: Do porto canoeiro dos Tupinambás ao centro turístico comedido.
- *A Ilha Bela e a cidade de São Sebastião*: o desenvolvimento cultural recente, incentivado pelo grupo “São Sebastião tem alma”.

*Depoimento gravado em abril de 2004 para os funcionários Eduardo Nobre, Manuella Mariana Andrade e Liliane Schrank Lehmann da Comissão Editorial da Revista do Arquivo Municipal – no Instituto de Estudos Avançados da USP.*

---

**Aziz AB’Saber** é Professor Titular de Geografia Física da FFLCH - USP (apos.). Professor Honorário do IEA-USP, Professor Emérito da FFLCH-USP. Especialização: Geomorfologia, Geografia Urbana, Geografia Regional do Brasil e Planejamento.



# Abastecimento de água na cidade de São Paulo (1554-1960)

Antonio Augusto da Costa Faria

## “Águas muitas, infindas”

A famosa afirmação de Pero Vaz de Caminha, “as águas são muitas, infindas”, feita a partir de suas observações em Porto Seguro, sul da Bahia, que se transformou numa generalização nem sempre apropriada para todo o Brasil, podia muito bem ser aplicada à bacia hidrográfica do Alto Tietê. De fato, mesmo que não exista na bacia nenhum rio excepcional em volume de água, é inegável que a região é irrigada por uma complexa e diversificada rede hidrográfica. Por alguma razão ainda não compreendida, no entanto, Santo André da Borda do Campo foi fundada distante de qualquer rio navegável e piscoso. Os moradores do povoado não podiam socorrer-se de peixe para sua alimentação e água para a criação do gado e para a lavoura. Além disso, Santo André erguia-se na orla da floresta, sem segurança alguma contra os ataques dos indígenas. O povoado foi erigido em 1553 à condição de vila por Tomé de Souza, primeiro governador-geral do Brasil. Em 1560, no entanto, Mem de Sá, terceiro governador-geral, e em razão mesmo desses problemas enfrentados pelo povoado, transferiu para São Paulo a qualidade de vila, mandando evacuar Santo André, que desapareceu sem deixar qualquer vestígio.

Já a aldeia jesuítica estava muito bem situada tanto do ponto de vista do acesso à água quanto da segurança. Segundo Caio Prado Júnior, num texto já clássico sobre a formação e o desenvolvimento da cidade de São Paulo, “a superioridade do sítio de São Paulo é incontestável, e é provável mesmo que os jesuítas o tivessem escolhido exatamente por isso. Em primeiro lugar, com relação à defesa contra as ameaças e ataques do gentio; circunstância importantíssima, primordial, nas condições da época e que não passaria por certo despercebida ao observador de então. A aldeia jesuítica possuía a este respeito uma posição estratégica esplêndida. Ocupava no alto de uma colina – onde hoje está o centro da cidade, precisamente o Largo do Palácio ou Pátio do Colégio – um sítio naturalmente defendido por escarpas abruptas e acessível por um lado apenas. Esta colina, alta de 25 a 30 m acima da planície inferior, forma o espigão divisor das águas do Anhangabaú e do Tamanduateí, hoje canalizados; e dela se divisa um horizonte vastíssimo: a seu pé desdobra-se a planície unida e sem obstáculo algum de vulto que pudesse furtar à vista do observador a aproximação ou os movimentos do inimigo. Aliás, a posição vantajosa de São Paulo havia de se confirmar repetidamente em todo o correr do agitado período das primeiras décadas de sua história”.<sup>1</sup> Em segundo lugar, enquanto Santo André vivia um problema crônico de água, São Paulo tinha à sua disposição as águas do Anhangabaú e, especialmente, as do Tamanduateí. Por este último os colonizadores acessavam o Tietê. Na verdade, mais que ter água com fartura, São Paulo localizava-se no centro natural do sistema hidrográfico da região. Como disse Caio Prado, “sem o saberem, seus fundadores tinham-no estabelecido num ponto donde irradiam em quase todas as direções, ou em pelo menos as principais, estas vias naturais de comunicação que são os cursos de água”.<sup>2</sup> É pelo Tietê e seus afluentes que se inicia o povoamento dessa região, pois os rios representavam na época uma das melhores e mais utilizadas vias de comunicação. Em resumo, e especialmente naquele tempo, os rios, além de vias de comunicação primorosas, são também a certeza de terras mais férteis nas suas várzeas, abundância de água para des-sedentação dos animais e facilidade de obtenção do peixe, gênero de grande importância na alimentação da época .

A colina onde os jesuítas fundaram o colégio não era apenas um lugar seguro e bem situado. Era também um sítio de grande sanidade já que se localizava a 30 metros da várzea do Tamanduateí, ficando assim livre de suas enchentes periódicas.

---

<sup>1</sup> O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo. In: Prado Júnior, Caio. *A cidade de São Paulo: geografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1998, pp. 16/17.

<sup>2</sup> Idem, p. 20

## Fontes e chafarizes

Água em quantidade, sem dúvida, o que não quer dizer que ela corresse diretamente para as casas dos habitantes da vila. Nos primeiros tempos de São Paulo os moradores se utilizavam das fontes naturais que brotavam nos declives dos morros e da margem esquerda do Anhangabaú. Iam também buscá-la nos ribeirões e socorriam-se ainda dos poços construídos em seus quintais. As fontes em especial eram muito utilizadas, formando-se ajuntamentos enormes de pessoas carregando vasilhas de todo tipo e gerando confusões que obrigavam não raro as autoridades a intervir.

O primeiro chafariz para abastecimento público de São Paulo foi construído pelos padres franciscanos em meados do século XVIII. Já em 1744 os franciscanos contavam com fornecimento de água potável canalizada e com sobras suficientes para possibilitar sua utilização pela população. Assim, os religiosos mandaram construir uma fonte de pedra para uso privado e outra para uso público na baixada do Anhangabaú, próximo à atual Praça das Bandeiras. Nos primeiros anos do século XIX esse chafariz foi desmantelado definitivamente, passando os moradores da região a se utilizarem do chafariz dos franciscanos, o qual, em 1828, foi entregue à utilização pública. Conhecido a partir desse momento como chafariz do Curso Jurídico, em 1831 passou a chamar-se “da Liberdade” em alusão aos acontecimentos políticos que levaram à abdicação de D. Pedro I.<sup>3</sup>

Em 1791 o governador Bernardo José de Lorena (1788-1797) mandou fazer a análise da qualidade das águas das diversas nascentes de uso público da cidade de São Paulo, naquela que foi a primeira tentativa racional de controlar o abastecimento público de água na cidade.<sup>4</sup>

Também a mando de Lorena, em 1792 era erguido o chafariz do Largo da Misericórdia. Pelas suas quatro torneiras de bronze jorrava água de boa qualidade vinda do riacho do Anhangabaú, captada na altura da atual Rua de Santa Madalena, na Liberdade. Construído por um famoso pedreiro, o negro Thebas, o chafariz representava ao tempo uma verdadeira obra de arte. Mas o “aquaduto que o abastecia era dos mais rudimentares e deficientes, não passando de simples valeta revestida e mal coberta de pedra, transvazando por quase toda a trajetória”.<sup>5</sup> Segundo Antonio Egydio Martins, em fins do século XVIII o governo da Capitania de São Paulo construiu um pequeno reservatório na Rua da Cruz Preta, atual Rua

---

<sup>3</sup> Cf. Affonso de Freitas. *Diccionario Histórico, Topográfico, Ethnográfico Ilustrado do Município de São Paulo*. São Paulo: Graphica Paulista Editora, 1930, pp. 54/55.

<sup>4</sup> Cf. Affonso de Freitas, op. cit., p. 56.

<sup>5</sup> Affonso de Freitas, op. cit., p. 56.

Quintino Bocaiúva, para receber as águas que vinham do Tanque das Freiras (Recolhimento de Santa Teresa) para alimentar o Chafariz da Misericórdia.<sup>6</sup>

Mais tarde, o sucessor de Lorena, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça (1797/1802), aumentou o provimento de água para a cidade com dois condutos, um junto à ponte do Lorena (localizada no Anhangabaú e que dava acesso direto ao atual Largo da Memória) e outro um pouco acima da ponte do Marechal (atual São João com o Anhangabaú), de onde também derivava a água para o abastecimento do bairro da Luz.

Em 1814 foi construído o chafariz do Piques, tendo por complemento o obelisco que ainda se eleva no centro do Largo da Memória.

Segundo Affonso de Freitas, “de 1793 a 1860 nada se fez que melhorasse, de modo sensível, o fornecimento de água à população: esta, com seu natural crescimento sentia, em proporção equivalente, a escassez do líquido, sendo obrigado para dessedentar-se, a recorrer às águas suspeitíssimas do Tamandateí”<sup>7</sup>.

De acordo com o historiador Ernani Silva Bruno, “o abastecimento de água nunca chegou a ser satisfatório na cidade de São Paulo. Os chafarizes – como nos tempos primitivos as fontes – eram locais de aglomeração de gente, que precisavam por isso de ser policiados pois as brigas e as desordens eram freqüentes em torno deles. Em meados do século (XIX) sabe-se, pelas atas da Câmara, que um vereador pedia medidas da municipalidade no sentido de que fosse postada uma sentinela no Largo do Chafariz – certamente o da Misericórdia – ‘para evitar as desordens que pode causar o crescido número de escravos que ali se reúnem a tomar água’. (...) Mas essas desordens nem sempre podiam ser atribuídas só aos negros. Pois resultavam freqüentemente da reação dos cativos aos abusos dos aguadeiros. (...) Os aguadeiros não apenas praticavam estragos, mas impediam também que os escravos e outras pessoas se servissem de água enquanto não estivessem cheias as pipas deles”<sup>8</sup>. As vítimas principais desses desentendimentos eram os próprios chafarizes que viviam danificados.

Mas esses problemas não decorriam apenas das brigas e desordens nos chafarizes. As torneiras e os canos não raro eram furtados ou quebrados de propósito.

---

<sup>6</sup> Antonio Egydio Martins. *São Paulo antigo, 1554-1910*. São Paulo: Paz e Terra, 2003, pp. 21-23. Em nota de pé-de-página (nota do apresentador, p. 23) acrescenta-se que “as nascentes do Rio Anhangabaú, que formavam os tanques de barragem chamados Municipal e de Santa Teresa, situavam-se no antigo Morro do Caaguaçu, ou seja, na altura do Paraíso. O primeiro tanque ficava junto à atual Rua João Julião, e o segundo, 240 metros abaixo do primeiro, na parte mais baixa da Rua Santa Madalena”.

<sup>7</sup> Op. cit., p. 56.

<sup>8</sup> Ernani Silva Bruno. *História e tradições da cidade de São Paulo. Burgo de estudantes (1828-1872)* Vol. II. São Paulo: Hucitec/Secretaria Municipal de Cultura, 1984, pp. 649/650

Mas o pior para o abastecimento de água era a sujeira freqüente que se infiltrava no líquido servido à população. Muitas pessoas lavavam roupa e outras tomavam banho nos tanques e reservatórios que serviam aos chafarizes e por vezes bichos mortos apareciam boiando nas suas águas.

Esse, no entanto, não era apenas um problema de São Paulo, mas de quase todas as cidades do Brasil, como acentuou Afonso de Taunay em livro sobre a São Paulo dos primeiros tempos publicado em 1920: “Penosa e parca distribuição de água tiveram as aglomerações urbanas até os nossos dias, com o seu sistema de chafarizes e fontes públicas alimentadas por filetes quase sempre contaminados, ou pelo menos facilmente contamináveis, expostos como se achavam a todas as poluições. Distribuição domiciliar era coisa de que se não podia cogitar. Precisavam os moradores recorrer aos poços do fundo dos quintais, fornecedores do líquido, freqüentemente carregados das mais perigosas ameaças à vida humana e causa permanente de epidemias arrasadoras, que os bons físicos do tempo explicavam atribuindo-as à combinação de ‘metais do ar com os da terra’, ‘princípios sulfurísticos, espíritos morbíficos’ e quejandas hipóteses”.<sup>9</sup>

Conforme a cidade crescia, crescimento esse estimulado inclusive pela fundação da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco em 1828, o abastecimento de água potável para a população tornava-se cada vez mais complicado. Em primeiro lugar, devido ao fato de que o volume de água dos mananciais dos arredores da cidade já não era mais suficiente para suprir uma população que crescia sempre mais. Em segundo lugar, em razão da precariedade dos sistemas de adução, ou seja, o entupimento dos encanamentos e o desmoronamento dos terrenos que os sustentavam, perdendo-se sempre uma porção considerável de água. E, por fim, como lembra Ernani Silva Bruno, uma das causas mais graves que contribuíam para que houvesse pouca água nos chafarizes era a derrubada das matas nas cabeceiras dos mananciais que abasteciam a cidade<sup>10</sup>. Em 1858, apesar da cidade contar com pelo menos catorze chafarizes, eram eles tão mal abastecidos que a população se via obrigada a recorrer às águas já impuras do Tamanduateí.

## Os aguadeiros

A falta d’água fez com que os poderes municipal e provincial se unissem para encontrar uma solução para o problema. Em 1861, talvez pela primeira vez, foi anotado numa ata da Câmara que a municipalidade estava “cada vez mais

---

<sup>9</sup> Afonso de Escragnolle Taunay. *São Paulo nos Primeiros Anos. Ensaio de Reconstituição Social*. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 116.

<sup>10</sup> Cf. Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 658.



compenetrada da necessidade de se abastecer a cidade de quantidade suficiente de água potável canalizada da Cantareira, única fonte abundante existente em condições mais favoráveis”<sup>11</sup>, e que isso deveria ser feito por um sistema seguro e perfeito, tanto acerca da estrutura dos tubos como na sua limpeza interna. As águas da Cantareira, no entanto, só abasteceriam a cidade mais de duas décadas depois. Enquanto isso, a população teria que recorrer aos chafarizes sempre problemáticos, à água do Tamanduateí ou a comprar o líquido das pipas ambulantes, o que quase sempre vinha a dar na mesma. A atividade dos aguadeiros numa cidade como São Paulo não deveria ser pouco rendosa. Muitos desses aguadeiros eram portugueses e um deles, numa carta remetida a Portugal, permitiu-se ironizar essa situação nestes termos: “A água é boa, o povo é burro, a água é deles e nós lha vendemos”.<sup>12</sup>

## Crescimento e diversificação da cidade

As últimas décadas do século XIX foram de grande crescimento econômico e populacional na cidade de São Paulo. O café enriquecia a província, mas esse enriquecimento expressava-se acima de tudo em São Paulo, que era o seu centro econômico. As estradas de ferro, cuja implantação decorreu acima de tudo da necessidade de transportar para o porto de Santos o café, tiveram também um efeito considerável sobre a cidade. Como disse Caio Prado Júnior, “facilitando as comunicações, tornando-as mais rápidas, elas atraíram para a capital as camadas abastadas da população paulista os fazendeiros, grandes proprietários, que antes habitavam ou as suas próprias fazendas, ou as cidades mais próximas a elas. Com as estradas de ferro puderam estes fazendeiros, ao mesmo tempo que se mantinham em contato estreito com suas propriedades, aproveitar a vida mais confortável de um grande centro”.<sup>13</sup> Com o progresso do Estado surgem também as primeiras indústrias, e é em São Paulo de preferência que elas se instalam. A onda migratória, promovida pelos fazendeiros e cujo destino era sobretudo as fazendas de café, também atingiu São Paulo, que vai aos poucos atraindo populações que vêm da Itália, da Espanha e também, como sempre, de Portugal. Em 1872 a população da cidade era de 31.385 habitantes; em 1890, de 64.934 e em 1900, apenas dez anos depois, atingia o número impressionante de 239.820 habitantes. A The São Paulo Tramway, Light and Power Company Limited (ou simplesmente Light),

---

<sup>11</sup> Cf. Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 664

<sup>12</sup> *Apud* Aristides Almeida Rocha. *Do lendário Anhembi ao poluído Tietê*. São Paulo: Edusp, 1991, p. 40.

<sup>13</sup> Op. cit., p. 36.

que em 1899 recebeu a concessão para explorar os serviços de transporte urbano e para gerar energia elétrica para a Capital e subúrbios, em 1900 inaugurava a sua primeira usina termelétrica (1 MW) e em 7 de maio desse mesmo ano a primeira linha de bonde elétrico, que ia do centro à Barra Funda. São Paulo vai aos poucos, assim, transformando-se numa cidade complexa e diversificada, concentrando os interesses econômicos e políticos dos cafeicultores, berço da industrialização do país, e uma das mais cosmopolitas da América do Sul.

## As casas de banho

A escassez de água impunha desconfortos também no plano da higiene pessoal. Quem podia utilizava-se das casas de banho da cidade. A “Sereia Paulista” ou “Banhos da Sereia”, do húngaro Fisher, no largo de São Bento, ficou famosa também pelos seus bifés e seus vinhos importados, já que as casas de banho eram também restaurantes e ponto de reunião. Essas casas foram um hábito e uma necessidade enquanto perdurou o problema do abastecimento. Na medida em que as autoridades vão aos poucos levando para as residências o conforto da água encanada elas tenderão a desaparecer. No entanto, o *Almanaque Paulista Ilustrado para 1896* registrava ainda outras três casas de banho: a de Luís Coscotino, também no largo de São Bento, a de Evaristo de Andrade, na rua Boa Vista e a de Augusto Pedro de Oliveira, na rua Direita.<sup>14</sup>

## O agravamento do problema do abastecimento

O crescimento e diversificação da cidade de São Paulo agravava cada vez mais o problema do abastecimento, exigindo das autoridades ações mais enérgicas e conseqüentes. Segundo Affonso de Freitas, “já em 1863 o governo da Província comissionara o engenheiro James Brunless, de Londres, para estudar um plano geral de abastecimento e também de esgotos que colocasse a Capital definitivamente a salvo da multiseccular falta de água e das ameaças de epidemia que a falta de higiene fazia perenemente pairar sobre a população cidadina”.<sup>15</sup> Brunless levantou a planta topográfica da cidade, traçou o projeto de abastecimento de água e rede de esgotos e, em janeiro de 1864, apresentou um relatório com o resultado de seus estudos, que concluíam pela utilização das águas da Serra da Cantareira para o abastecimento do paulistano. Contemporaneamente aos trabalhos de Brunless, isto é, em 1863, o engenheiro Charles Romieu também realizou estudos sobre o problema do abastecimento de água de São Paulo,

---

<sup>14</sup> Cf. Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 1123.

<sup>15</sup> Op. cit., p. 58.

chegando aos mesmos resultados de seu colega, ou seja, a utilização das águas da Cantareira.<sup>16</sup>

A realização desses projetos, entretanto, implicava na inversão de somas que estavam muito além da capacidade dos recursos financeiros da Província, tendo o projeto de adução das vertentes da Cantareira que esperar melhores tempos. Os paulistanos, que viam já as águas da Cantareira como solução para o seu secular problema de falta d'água, ficaram furiosos ao perceber que ela fora protelada.<sup>17</sup>

Em 15 de setembro de 1866 o jornal *Diário de São Paulo* traduzia nestes termos a frustração popular:

*“Há um tempo fabuloso que a imprensa desta Capital, interpretando as necessidades públicas, reclama do governo providências para o abastecimento de água potável. É uma necessidade de primeira ordem, e digna de ser atendida em primeiro lugar nas listas das liberalidades municipais. O incremento que tem adquirido a cidade pelas margens do Tamanduateí, necessariamente vai corrompendo cada vez mais a torrente desse rio, que no entanto, é que desaltera ainda a sede do pobre. O desenvolvimento da nossa população faz com que nessa água se lave cada vez mais roupa; todas essas circunstâncias unidas às péssimas condições de um rio de longo curso, de pouca correnteza e de nenhum trato, concorrem para que, sem remédio, a população beba a peste. É verdade que por aí rolam pipas soberbas, que se propõem matar nossa sede; todavia, apesar dessa virtude evangélica, que tanto as honra por fora, por dentro nada mais são senão o Tamanduateí, com a diferença de ser a dinheiro e mais prejudicial à saúde, porque passa pelo lodo e pelas imundícies intestinas das pipas, quando que estas não sejam cheias no rio, o são em pantanaes e aguadouros imundos, piores do que a água corrente de qualquer dos rios que temos. Já não queremos apelar para o direito que tem a municipalidade para obter um melhoramento destes; já pedimos, rogamos, imploramos em nome dos pobres que não podem comprar água a 50 réis cada barril, que não podem vir das extremidades da cidade apanhá-la no Tamanduateí, a graça do governo providenciar decididamente sobre isso.”*<sup>18</sup>

---

<sup>16</sup> Cf. Affonso de Freitas, op. cit., p. 59.

<sup>17</sup> Cf. Affonso de Freitas, op. cit., pp. 59/60.

<sup>18</sup> *Apud* Affonso de Freitas, op. cit., pp. 61/62

Na impossibilidade de se proceder à imediata adução das águas da Cantareira e em satisfação aos reclamos da população ainda em 1868 realizou-se o aproveitamento de uma das fontes dos arredores da Capital, as vertentes do Tanque Reúno, que se localizava no atual bairro do Bixiga. Naquele ano o engenheiro militar Henrique de Azevedo Marques estabeleceu a adução daquele manancial para o Jardim Público (Jardim da Luz), com ramais para os chafarizes da Pirâmide do Piques e do Campo da Luz, que ficava em frente à atual Rua São Caetano.

Medida de eficácia apenas parcial, oferece, no entanto, uma curiosa particularidade: sendo impossível a Azevedo Marques, naquele momento, adquirir tubos de ferro fundido e não convindo o emprego de tubos de chumbo em consequência de formidável campanha que então se movia contra a utilização dessa espécie de material suspeito de prejudicial à saúde, resolveu o engenheiro por em prática novo sistema, ou seja, a fabricação de tubos de papelão impregnados de grossa camada de betume. Com material que à primeira vista pareceria de consistência e durabilidade precárias, conseguiu Azevedo Marques abastecer os dois citados chafarizes e o Jardim Público por cerca de oito anos.<sup>19</sup>

## Companhia Cantareira de Águas e Esgotos

O fracasso dos governos Provincial e municipal em resolver o problema do abastecimento público estimulou a entrada da iniciativa privada no setor. A 9 de outubro de 1875 o engenheiro Daniel M. Fox, que auxiliou Brunless no projeto de 1864, o coronel Antonio Proost Rodovalho e o major Benedicto Antonio da Silva, celebraram contrato com o Governo da Província, com força de privilégio, para o abastecimento de água da Capital, canalizando as águas da Serra da Cantareira.<sup>20</sup> Com esse mesmo grupo de capitalistas era assinado, em 7 de abril de 1877, contrato para o estabelecimento de um sistema de esgotos e despejos dos prédios da Capital. Em 25 de junho de 1877 era constituída a Companhia Cantareira de Águas e Esgotos e em 22 de julho de 1878, por escritura pública, Proost Rodovalho e associados fizeram a cessão do privilégio concernente ao abastecimento de água da Capital para a Companhia Cantareira.<sup>21</sup>

Em novembro de 1878 a Companhia contratou em Londres o engenheiro Henry Batson Joyner para superintender seus serviços técnicos. Iniciados os trabalhos, Joyner levantou a planta-cadastral da cidade de São Paulo, concluída em 1881, e

---

<sup>19</sup> Cf. Affonso de Freitas, op. cit., pp. 62/63.

<sup>20</sup> Cf. Affonso de Freitas, op. cit., p. 64.

<sup>21</sup> Cf. Antonio Egydio Martins, op. cit., pp. 409/410.

construiu o reservatório da Consolação, cuja pedra fundamental foi fincada em 27 setembro de 1878 com a presença do imperador Pedro II e da imperatriz Teresa Cristina, que na ocasião visitavam a cidade. Para esse reservatório eram dirigidas as águas aduzidas dos ribeirões Toucinho e Iguatemi, cujo volume mínimo era respectivamente 2.491.000 e 245.000 litros de água por dia, e também do córrego do Barro Branco, de descarga incomparavelmente menor que a daqueles. Foi desdobrada também a rede de distribuição de água pela zona urbana da cidade, abrangendo a área que se estende desde a Ponte Grande, atual Ponte das Bandeiras, até o Largo da Liberdade e desde a meia encosta da Rua da Consolação até a Igreja do Brás, numa extensão de encanamentos de 35.660 metros, de diâmetros diversos, variando entre 3 a 15 polegadas. Ainda em 1878, por força de contrato, a Cantareira inicia a construção dos chafarizes públicos dos Largos de São Bento, do Pelourinho, hoje 7 de setembro, do Brás, dos Guaianases, atual Praça Princesa Isabel e 7 de Abril, atual Praça da República. Esses chafarizes foram entregues para uso público em 1º de janeiro de 1882. O Reservatório da Consolação encheu-se em maio de 1881, e, finalmente, em setembro desse mesmo ano os paulistanos vêem jorrar das torneiras a água de boa qualidade vinda da Cantareira. Os prédios e casas ligados à rede foram abastecidos a título gratuito até março de 1882, quando a Companhia começou a cobrar as taxas de consumo. Em março havia 133 prédios ligados à rede; em dezembro, 150. Em 1883 já estavam ligados à rede 745 prédios; em 1885, 2.776 e em 1888, 5.008.<sup>22</sup>

No dia 1º de fevereiro de 1883 foi entregue ao uso público o 1º Distrito de Esquitos da Capital no Bairro da Luz, atingindo exatamente 71 prédios do bairro.<sup>23</sup>

Além da adução da Serra da Cantareira, havia ainda a adução do rio Ipiranga. Esta adução fornecia aproximadamente 3 milhões de litros de água por dia de uma represa na Água Funda, onde hoje se localiza hoje o Jardim Zoológico da Capital, servindo as zonas de além Tamanduateí, ou seja, Brás, Moóca e Ipiranga.<sup>24</sup>

## O fracasso da Companhia Cantareira

Coincidindo com a criação da Companhia Cantareira, São Paulo iniciava um surto de crescimento vertiginoso que se manifestou em todos os setores de sua vida econômica e social. Em termos demográficos, como já visto, sua população mais que dobrou entre 1872 e 1890, quadruplicando entre esta data e 1900, pas-

---

<sup>22</sup> Cf. Affonso de Freitas, op. cit., pp. 64/65 e Antonio Egydio Martins, op. cit., pp 409/410.

<sup>23</sup> Cf. Antonio Egydio Martins, op. cit., p. 412.

<sup>24</sup> Cf. Curso d'Água (Edição Comemorativa dos 15 anos da Sabesp). *Revista DAE*. São Paulo: Sabesp, VOL. 48, Nº 153, OUT/DEZ. 1988, p. 22. No material consultado há poucos dados a respeito desta adução, quando foi implantada, reservatório, e como a água chegava aos moradores.

sando para aproximadamente 240 mil habitantes. “A Companhia Cantareira, cujo capital era limitadíssimo para obra que inesperadamente tornara-se de grande vulto e magnitude; que se propusera dessedentar uma pequena cidade porém que se defrontava com o problema do abastecimento de uma cidade em caminho de grande metrópole, entra em crise econômica obrigada a recorrer a empréstimos repetidos, pela necessidade de complementar o estabelecimento de rede distribuidora, agravada pela urgência de novas captações”.<sup>25</sup>

Nessa altura a pequena nascente do Cuvitinga havia se reunido às águas do córrego Toucinho, Iguatemi e Barro Branco, captando-se também, como já dito, as águas do rio Ipiranga. Mas esses suprimentos não bastaram e a Companhia acabou por adquirir um dos mananciais do Cassununga, também na Serra da Cantareira, para incorporá-lo ao abastecimento, quando o Governo intervém em seu auxílio, tomando a seu cargo as obras de adução. Era o primeiro passo para a encampação, que se deu em novembro de 1892.<sup>26</sup>

### Repartição de Águas e Esgotos – RAE

Em 31 de janeiro de 1893, por meio do Decreto nº 152-A, era criada a Repartição de Águas e Esgotos – RAE, com a responsabilidade de suprir de água a Capital. Quando da transferência da Companhia Cantareira para o Governo do Estado o desenvolvimento da rede geral de abastecimento, compreendendo as linhas adutoras da Serra da Cantareira e do Ipiranga, distendia-se por 73.368 metros, devendo-se adicionar a essa extensão, toda de ferro fundido, mais 13.150 metros em tubos de ferro fundido de meia e duas polegadas de diâmetro, de ligações para ramais domiciliares que nessa altura já somavam 8.642.<sup>27</sup>

Em 1898 foi completado o aproveitamento dos recursos hídricos da Cantareira, elevando-se o volume de água que ela nos fornecia de 3.500.000<sup>28</sup> de

---

<sup>25</sup> Affonso de Freitas, op. cit., p. 66.

<sup>26</sup> Cf. Affonso de Freitas, op. cit., p. 66. Segundo Antonio Egydio Martins o Governo do Estado recebeu autorização para rescindir o contrato e encampar a Companhia Cantareira por meio da Lei nº 62, de 17 de agosto de 1892. O art. 4º dessa mesma lei autorizava a abertura de crédito para a aquisição da empresa, o que foi feito com base no Decreto nº 140, de 26 de dezembro de 1892. O valor recebido pela empresa foi de 6.829:546\$663, valor que não era pequeno para a época. Op. cit., p. 413.

<sup>27</sup> Cf. Affonso de Freitas, op. cit., p. 66.

<sup>28</sup> Hoje utiliza-se para expressar volume de água para abastecimento a unidade de medida m<sup>3</sup>/seg. Preferi manter as duas de formas de expressar volumes, ou seja, m<sup>3</sup>/seg. e milhões de litros/dia para que o leitor pudesse ter uma noção mais exata do que foi o abastecimento de São Paulo nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX. Para efeito de conversão temos: 86.400.000 litros/dia = 86.400 m<sup>3</sup>/dia = 1 m<sup>3</sup>/seg.

litros/dia para 25 milhões de litros. Também foram incorporadas novas fontes de suprimento, como a captação das águas do rio Tietê, na altura do Belenzinho, que depois de passadas por galeria filtrante, eram recalçadas para a zona baixa do Brás, chegando essa captação a fornecer 6 milhões de litros/dia. Foi realizado também o aproveitamento de águas do subsolo, por meio de poços profundos perfurados na margem do rio Tamanduateí, onde hoje se localiza o Parque D. Pedro II, procedimento mais tarde abandonado na medida em que não se obteve a quantidade de água esperada.<sup>29</sup>

Em 1907 foram iniciadas as obras de aproveitamento dos mananciais do Cabuçu e do Barrocada, também na região da Cantareira, com a capacidade de 43,2 milhões de litros/dia, tendo por objetivo abastecer a parte baixa da cidade – Santana, Luz, Bom Retiro e Brás – sendo que as sobras eram dirigidas para o reservatório da Rua Taquari, na zona baixa da Moóca. Foi também possível recorrer com água do Cabuçu o reservatório da Consolação, mediante o recalque das Palmeiras, instalado no bairro de Santa Cecília.<sup>30</sup>

## Sistema Cotia

Em 1914 iniciou-se a execução das obras de adução das águas do ribeirão Cotia<sup>31</sup> A construção do sistema Cotia foi planejada em duas etapas, sendo que a primeira permitiu a adução de 39 milhões de litros/dia, reforçando o abastecimento dos bairros situados na cota mais alta da cidade, ao longo do espigão da Avenida Paulista, por meio do reservatório do Araçá. Deste reservatório, construído em 1907 e alimentado primitivamente com recursos da Cantareira, a água do Cotia passou a ser encaminhada ao reservatório da Liberdade (depois denominado Avenida) e também, a partir de 1914, ao reservatório da Vila Mariana, concluído na ocasião. As águas do Cotia passaram a alimentar também o novo reservatório da Água Branca, atendendo um outro setor da cidade. Em 1920 foi iniciada a construção da segunda etapa da adutora do Cotia, mas só em 1933, com a conclusão da barragem Pedro Beicht, esse manancial foi regularizado, passando a contribuir com 90 milhões de litros/dia para a cidade de São Paulo.<sup>32</sup>

---

<sup>29</sup> Cf. Victor Oscar de Seixas Queiroz, Abastecimento de água na cidade de São Paulo. *Revista D.A.E.*, São Paulo, Ano XXV, nº 52, marco de 1964, p. 29.

<sup>30</sup> Cf. Victor Oscar de Seixas Queiroz, op. cit., p. 29.

<sup>31</sup> Cf. Mário Savelli. Histórico do aproveitamento das águas da região paulistana. *Revista D.A.E.*, São Paulo, Ano XXV, nº 53, junho de 1964, p. 85.

<sup>32</sup> Cf. Victor Oscar de Seixas Queiroz, op. cit., pp. 29/30.

Em 1925, em conseqüência de uma das maiores estiagens verificadas no Estado, que reduziu o volume de água aduzido de 156 milhões de litros/dia para apenas 70 milhões de litros, o Governo do Estado resolveu dar início às obras do sistema rio Claro, afluente formador do Tietê, manancial situado na Serra do Mar, a 80 km de distância da Capital, o que encarecia sobremaneira as suas obras de adução.

## Represa do Guarapiranga

Em 1929, em razão da persistência dos problemas ligados ao abastecimento público, e também devido à demora na execução das obras do sistema do rio Cotia, iniciou-se o aproveitamento das águas da represa do Guarapiranga, localizada na zona sul da cidade, região de Santo Amaro. Essa represa, cujas águas hoje são totalmente destinadas ao abastecimento público, foi implantada em 1908 pela Light com o objetivo de regularizar a vazão do rio Tietê e manter as condições operativas da Usina de Parnaíba (Edgard de Souza), implantada em 1901 em Santana do Parnaíba, e a primeira hidroelétrica da empresa no Brasil.

No prazo de 11 meses foi concluído um conjunto completo de obras, compreendendo captação, recalque da água bruta para a estação de tratamento do Alto da Boa Vista, adução até a estação elevatória da Rua França Pinto, no sopé do espigão da Paulista, de onde a água era recalçada para o reservatório da Vila Mariana, sendo que as obras executadas possibilitaram a retirada e distribuição de 1 m<sup>3</sup>/seg. Embora tendo começado a operação retirando da Guarapiranga, represa com um volume de 194 milhões de m<sup>3</sup> e 34 km<sup>2</sup> de superfície, apenas 1 m<sup>3</sup>/seg., o Governo do Estado foi autorizado pela Light, de acordo com termo celebrado com a empresa em julho de 1930, a retirar 4 m<sup>3</sup>/seg. para abastecimento público.<sup>33</sup> A adução desse volume de água, no entanto, só se completaria em 1958.

Além das obras destinadas à distribuição das águas retiradas do Guarapiranga, nessa mesma época foi programada e concluída a construção de uma bateria de poços profundos na várzea do Tietê, próximo ao Belenzinho, para a obtenção de um volume de 30 milhões de litros/dia, bem como obras complementares para a adução dessas águas aos reservatórios da Penha e Belenzinho. Concluídos e postos em funcionamento os poços não produziram o volume de água que deles se esperava.<sup>34</sup>

Em fins de 1929, com a contribuição vinda da Guarapiranga, o abastecimento de água da cidade, desfalcado da contribuição do Ipiranga, em razão do

---

<sup>33</sup> Cf. Victor Oscar de Seixas Freitas, *op. cit.*, p. 30.

<sup>34</sup> Cf. Victor Oscar de Seixas Queiroz, *op. cit.*, p. 30.



pequeno volume fornecido e da má qualidade das águas, passou a contar com um volume médio da ordem de aproximadamente 231,4 milhões de litros/dia, aproximadamente 2,6 m<sup>3</sup>/seg., a saber: Cantareira, 25 milhões; Cabuçu, 35 milhões; Cotia, 75 milhões; poços profundos, 10 milhões e Santo Amaro, 86,4 milhões.<sup>35</sup> No final da década de 1920 a cidade de São Paulo contava com cerca de 850.000 habitantes.

### Rio Claro começava a produzir

Enquanto eram executadas as obras da Guarapiranga, tinham também prosseguimento as obras do rio Claro. Em 1937, sempre como resultado das pressões decorrentes das deficiências do abastecimento, e aproveitando-se parte da adutora já concluída, foi feita a adução de emergência do ribeirão Vargem Grande de 29 milhões de litros/dia, água “in natura” somente esterilizada por cloro antes de sua entrega ao consumo. A distribuição desse volume de água pela adutora do rio Claro foi possível graças ao término e aceleração de algumas obras previstas no projeto geral de aproveitamento daquele manancial, entre elas a conclusão dos seguintes reservatórios: Novo da Moóca, Vila Deodoro, Penha e Alto de Santana.<sup>36</sup>

Em 1941 foram concluídas as obras da adutora do rio Claro, passando São Paulo a receber desse manancial 225 milhões de litros/dia ou cerca de 2,6 m<sup>3</sup>/seg., vazão que, por falta de regularização, se reduzia significativamente nas estiagens, podendo chegar a 1,4 m<sup>3</sup>/seg. Para sanar essa variação foram tomadas algumas providências, a saber: captação das águas dos rios Jundiá e Biritiba, construção de estação elevatória junto à Estação de Tratamento de Casa Grande e captação das águas do rio Guaratuba. A solução para manter constante a vazão dessa primeira etapa da adução do rio Claro (2,6 m<sup>3</sup>/seg) somente foi conseguida com a conclusão da barragem do Ribeirão do Campo, em abril de 1962.<sup>37</sup> Agora com 1.437.574 habitantes, a cidade recebia dos seus vários mananciais de abastecimento os seguintes volumes: Cantareira, 25 milhões de litros/dia; Cabuçu, 43,3 milhões; Cotia, 90 milhões, Santo Amaro,

---

<sup>35</sup> Cf. Dados e curiosidades sobre os serviços de água e esgotos em São Paulo. Revista D.A.E., São Paulo, Número Especial, 1º Simpósio de Engenharia Sanitária, 18 a 30 de abril de 1966. Os números apresentados pelo historiador Affonso de Freitas são ligeiramente diferentes, a saber: Cantareira, 34.667.000 litros; Cabuçu e Barrocada, 44.718.000; Ipiranga, 3.500.000; Cotia, 80.143.000 e Represa de Santo Amaro (Guarapiranga) 43.200.000. Total: 206.228.000 litros/dia. Op. cit., p. 67.

<sup>36</sup> Cf. Victor Oscar de Seixas Freitas, op. cit., p. 30.

<sup>37</sup> Cf. Victor Oscar de Seixas Freitas, op. Cit., p. 32.

86,4 milhões e rio Claro, 225 milhões, num total de 469,6 milhões de litros/dia ou aproximadamente 5,5 m<sup>3</sup>/seg.<sup>38</sup>

## Estação de Tratamento de Água do Alto da Boa Vista

Entre 1941 e 1957 a população de São Paulo mais que dobrou, passando para 3.162.000 habitantes. Mas a produção de água para consumo, segundo dados apresentados por Victor Oscar de Seixas Freitas, aumentou apenas em 2 m<sup>3</sup>/seg., vindos da represa do Guarapiranga. Em janeiro de 1954 entrou em funcionamento regular a segunda etapa da adução desse manancial, 1 m<sup>3</sup>/seg., derivado para a antiga estação de tratamento do Alto da Boa Vista, denominada Estação de Tratamento de Água Professor Teodoro Ramos em homenagem ao engenheiro que idealizou esse sistema. Em 1953 essa estação teve sua capacidade de tratamento aumentada de 1 para 2,5 m<sup>3</sup>/seg., sem contudo proporcionar uma decantação satisfatória. Em 1957 foi posto em funcionamento equipamento importado dos Estados Unidos cuja finalidade era acelerar a decantação das impurezas contidas na água. Graças a esse equipamento foi possível melhorar as condições de funcionamento da antiga estação de tratamento.<sup>39</sup>

Em 1957 era retirado mais 1 m<sup>3</sup>/seg., o terceiro proveniente dessa represa, permitindo a entrada em funcionamento da primeira etapa da nova Estação de Tratamento de Água do Alto da Boa Vista, com a capacidade de tratar 2 m<sup>3</sup>/seg. No ano seguinte era retirado do reservatório Guarapiranga mais 1 m<sup>3</sup>/seg., o quarto; em 1960, o quinto m<sup>3</sup>/seg., e em 1961 novo reforço à adução era propiciado pela retirada de mais 1 m<sup>3</sup>/seg., o sexto, passando a cidade a receber desse manancial 518,4 milhões de l/dia, constituindo-se assim no principal manancial de abastecimento da cidade de São Paulo.<sup>40</sup>

Ainda segundo Seixas Freitas, aparelhamento mais moderno de medição de vazões constatou que a vazão prevista para as adutoras do Sistema Cotia estava longe da realidade, sendo de aproximadamente 70 milhões de litros/dia e não de 90 milhões como auferido anteriormente.<sup>41</sup>

No total, a cidade recebia dos seus vários mananciais 881,6 milhões de litros/dia, aproximadamente 10 m<sup>3</sup>/seg.<sup>42</sup> Assim, para os anos de 1929, 1941, 1957

---

<sup>38</sup> Cf. Victor Oscar de Seixas Freitas, op. cit., pp. 30/31.

<sup>39</sup> Cf. Victor Oscar de Seixas Freitas, op. cit., p. 35.

<sup>40</sup> Cf. Victor Oscar de Seixas Freitas, op. cit., p.35

<sup>41</sup> Op. cit., pp. 33/24.

<sup>42</sup> Cf. Victor Oscar de Seixas Freitas, op. cit., pp. 35/36/37.

e 1961, apresentamos abaixo quadro com os mananciais de abastecimento da cidade de São Paulo e suas respectivas vazões:

*Abastecimento de Água em São Paulo (1929/1961)\**

	1929	1941	1957	1961
Cantareira	25,0	25,0	25,0	25,0
Cabuçu	35,0	43,2	43,2	43,2
Cotia	75,0	90,0	70,0	70,0
Guarapiranga	86,4	86,4	259,2	518,4
Rio Claro	–	225,0	225,0	225,0
Poços Profundos	10,0	–	–	–
Totais	231,4	469,6	622,4	881,6

\* em milhões de litros/dia

Em 1963 o Governo do Estado retirava do reservatório Guarapiranga mais 0,5 m<sup>3</sup>/seg, elevando para 924,8 milhões de litros/dia o volume de água recebida pela cidade de São Paulo.<sup>43</sup> Com o crescimento da cidade a rede distribuidora de água foi sendo sucessivamente ampliada, atingindo em 1963 praticamente 5.000 km, conforme o quadro abaixo:<sup>44</sup>

*Rede de Distribuição de Água (1953-1963)*

Ano	Km
1953	1.942
1955	2.116
1957	2.611
1959	3.323
1961	4.088
1963	4.751

## Sistema Billings

Paulatinamente, o Governo do Estado passava a fornecer água para outras cidades da região metropolitana. Em dezembro de 1949 Santo André e São Bernardo, que não contavam com abastecimento de água, começaram a receber água da adutora de rio Claro. Inicialmente em um volume de 5 milhões de litros/dia, sendo posteriormente esse volume aumentado para 10 milhões de litros/dia.

<sup>43</sup> Cf. Victor Oscar de Seixas Freitas, op. cit., p. 40.

<sup>44</sup> Cf. Victor Oscar de Seixas Freitas, op. cit., p. 41.

Já em 1960 era construída a terceira adutora de Cotia, linha que passou a alimentar o conjunto residencial do IPESP (Instituto de Previdência do Estado de São Paulo), no bairro do Caxingui, e Osasco, até então sem abastecimento, onde, em 1958, foi construído um reservatório com capacidade para 5.000 m<sup>3</sup>. Com a entrada em funcionamento do sistema Baixo Cotia o reservatório de Osasco passou a ser alimentado por esse novo manancial, sendo desligado do sistema Alto Cotia.<sup>45</sup>

Com a inauguração do sistema Billings ou ABC em 1958 foi cortada a derivação do sistema Rio Claro. A estação de tratamento foi construída no alto do Morro Botujuru, 110 metros acima do nível médio das águas da represa Billings. Na sua primeira etapa tratou 50 milhões de litros/dia, cabendo a Santo André 25 milhões, a São Caetano 20 milhões e a São Bernardo 5 milhões. Na época o projeto previa o tratamento de 3 m<sup>3</sup>/segundo, ou 172,8 milhões de litros/dia.<sup>46</sup> Atualmente, o sistema Billings produz aproximadamente 5 m<sup>3</sup>/segundo.

O sistema Billings, ao que parece, foi o primeiro sistema a produzir água para uma região específica, a região do ABC, e não para a cidade de São Paulo. A região começava a adquirir os contornos da atual Região Metropolitana de São Paulo<sup>47</sup> e o Governo do Estado passava a ter a responsabilidade de dessedentar não apenas a Capital mas também as cidades que cresciam no seu entorno.

## Evolução institucional

Como foi visto acima, em 31 de janeiro de 1893, por meio do Decreto nº 152-A, o Governo do Estado criava a Repartição de Água e Esgotos (RAE). Pela primeira vez na história da cidade de São Paulo o poder público atacava de maneira organizada o secular problema do abastecimento. Em 1954, por meio da Lei nº 2.627, de 20 de janeiro, foi extinta a RAE e criado o DAE - Departamento de Águas e Esgotos, autarquia com autonomia administrativa sobre os municípios de São Paulo, Guarulhos, São Caetano, Santo André e São Bernardo do Campo. Enquanto a RAE foi criada para atender a cidade de São Paulo, o DAE tinha como preocupação fornecer água não apenas para a Capital mas para as principais cidades do entorno.

---

<sup>45</sup> Cf. Victor Oscar de Seixas Freitas, *op. cit.*, p. 33.

<sup>46</sup> Cf. Victor Oscar de Seixas Freitas, *op. cit.*, pp. 34/35.

<sup>47</sup> A Região Metropolitana de São Paulo foi criada pela Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973, que também criou as regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Belém, Curitiba e Fortaleza. A Lei Complementar Estadual nº 94, de 3 de novembro de 1975, e que dispõe sobre a Região Metropolitana de São Paulo, deu os seus contornos atuais.

Os governos militares imprimiram algumas modificações significativas na área de saneamento. Em 1966, era criado o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, administrado pelo BNH (Banco Nacional da Habitação), que se transformou em fornecedor dos recursos para a área de saneamento; em 1968 era criado o Sistema Financeiro para o Saneamento, que procurava unir esforços e recursos do BNH com os recursos estaduais e municipais. Havia também a idéia de que as repartições públicas de águas e esgotos deveriam ser transformadas em entidades de tipo empresarial dotadas de política administrativa, salarial e tarifária, capazes de encaminhá-las para a auto-sustentação econômica.<sup>48</sup> A implementação do PLANA-SA - Plano Nacional de Saneamento, por outro lado, imprimiu ao setor um caráter extremamente centralizador, exigindo para os estados, por exemplo, a organização de empresa que detivesse, por si só ou por subsidiárias, a concessão dos serviços de abastecimento de água em núcleos cuja população representasse, pelo menos, 80% da população abastecida do Estado.<sup>49</sup> Esse modelo centralizador, que não financiava municípios isoladamente, provocou a desativação de inúmeros serviços e empresas municipais de água e esgoto, substituídas por companhias estaduais. Juntamente com a criação das regiões metropolitanas essas medidas tiveram óbvias conseqüências no setor de saneamento, que se fizeram manifestar também em São Paulo.

Em 1968, por meio da Lei Estadual nº 10.058, de 7 de fevereiro, era criada a COMASP - Companhia Metropolitana de Água de São Paulo, sociedade por ações, que ficou encarregada de projetar, construir e operar todas as barragens, túneis, sistemas adutores metropolitanos destinados a fornecer água potável até às redes distribuidoras das cidades. As obras do Sistema Cantareira, iniciadas em 1967 pelo DAE, passaram para a responsabilidade da COMASP logo após sua criação, sendo depois transferidas para a responsabilidade da SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo.

No ano de 1970, por meio do Decreto-Lei nº 239, de 6 de maio, era criada a SANESP Companhia Metropolitana de Saneamento de São Paulo, tendo a responsabilidade de executar e operar o sistema de tratamento e disposição final das águas servidas da Grande São Paulo. O DAE, que tinha a responsabilidade da quase totalidade da operação dos sistemas de água e esgotos no município de São Paulo, passou a comprar água tratada da COMASP, distribuindo-a à população. Ao mesmo tempo coletava as águas servidas e entregava-as à SANESP para tratamento e disposição final. O DAE, por meio do Decreto nº 52.457, de 26 de maio de 1970, passou a cha-

---

<sup>48</sup> Cf. Luiz Sérgio Pegoraro. Origem e evolução do saneamento básico no Estado de São Paulo. *Revista DAE*, vol. 46, nº 147, dezembro de 1986, p. 374.

<sup>49</sup> Cf. Luiz Sérgio Pegoraro, op.cit., p. 377.

mar-se Superintendência de Água e Esgoto da Capital (SAEC), entidade autárquica responsável pelos serviços de distribuição de água e coleta de esgotos da Capital.

Entre o final década de 1960 e 1973, quando foi criada a SABESP, tivemos em São Paulo e na região metropolitana uma situação bastante curiosa: uma empresa, a COMASP, produzia água potável para a região; uma autarquia, a SAEC, recebia água potável da COMASP e a distribuía para São Paulo, coletando também os esgotos da cidade; uma outra empresa, a SANESP, recebia as águas servidas da SAEC para tratamento e disposição final.<sup>50</sup>

Em 1973, por meio do Decreto nº 1.686, de 7 de junho, o Governo do Estado instituiu uma comissão para propor medidas relativas à unificação dos serviços de saneamento do Estado. Os estudos dessa comissão deram origem ao projeto de lei que resultou na Lei nº 119, de 29 de junho de 1973, autorizando a constituição de uma sociedade por ações denominada Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, com o “objetivo de planejar, executar e operar os serviços públicos de saneamento básico em todo o território do Estado de São Paulo, respeitada a autonomia dos municípios” (art. 1º).

A SABESP resultou da “fusão da Companhia Metropolitana de Água de São Paulo - COMASP e da Companhia Metropolitana de Saneamento de São Paulo - SANESP” (art. 2º). A empresa absorveu também a totalidade do patrimônio da Superintendência de Água e Esgoto da Capital – SAEC e parte dos patrimônios do Fomento Estadual de Saneamento Básico - FESB (art. 3º), da Companhia de Saneamento da Baixada Santista - SBS e da Companhia Regional de Água e Esgotos do Vale do Ribeira - SANEVALE (parágrafo único, art. 13). Atualmente, na Região Metropolitana de São Paulo, a SABESP opera em 31 municípios, além de vender água por atacado para sete municípios que operam a distribuição de água e coleta de esgotos por conta própria, conseguindo abastecer praticamente 100% da população. A baixa disponibilidade hídrica da região, no entanto, é um dos mais sérios problemas a serem enfrentados pela SABESP. No dia 13 de fevereiro de 2003, em razão sobretudo do fenômeno meteorológico conhecido como ilhas de calor, que faz com que as áreas intensamente urbanizadas recebam quase todas as chuvas da região, afastando-as das áreas de mananciais, o nível dos reservatórios do Sistema Cantareira, que abastece 51% da população da Região Metropolitana de São Paulo, aproximadamente 9 milhões de habitantes, estava abaixo de 5,9%,<sup>51</sup> uma situação extremamente dramática que tornava o racionamento do abastecimento praticamente inevitável.

---

<sup>50</sup> Cf. Luiz Sérgio Pegoraro, op. cit., p. 375

<sup>51</sup> Ilhas de calor afastam chuva de represas. *Folha de S. Paulo*, 15 de fevereiro de 2003, p. C 1.

## Conclusão: águas para a metrópole

O surgimento em 1954 do DAE - Departamento de Águas e Esgotos, com autonomia administrativa sobre os municípios de São Paulo, Guarulhos, São Caetano, Santo André e São Bernardo do Campo, e a inauguração do Sistema Billings em 1958, criado para abastecer exclusivamente a região do ABC, são fatos indicativos de um outro momento em termos de abastecimento de água. Para o Governo do Estado não se tratava mais de abastecer a Capital somente, mas a São Paulo Metropolitana. Quando da criação da RAE - Repartição de Águas e Esgotos em 1893, a cidade de São Paulo contava com aproximadamente 70 mil habitantes; no censo de 1950 São Paulo acusou uma população de 2.198.096 habitantes. Em 1960, limite cronológico deste artigo, a população da cidade passou para 3.781.446 habitantes. Calcula-se que a população metropolitana fosse de 4.700.000 pessoas. Quarenta anos depois, no censo de 2000, a população de São Paulo alcançava espantosos 10.426.384 habitantes e a população da metrópole chegava aos 17 milhões de habitantes. Do ponto de vista individual é quase uma existência, mas do ponto de vista histórico é um tempo muito curto para crescimento de tal magnitude. Os municípios deixam de estar simplesmente próximos uns dos outros e todos próximos da Capital, mas suas malhas urbanas vão aos poucos imbricando-se umas nas outras e tornando os seus limites indistinguíveis. Nada diferencia São Paulo de Taboão da Serra e a separar esses dois municípios há apenas um córrego problemático e sujo, o córrego Pirajussara, que insiste em nos mostrar de maneira dramática a cada verão que lhe roubamos espaços essenciais ao seu fluxo natural.

Em termos de abastecimento, da mesma forma que no setor de transportes para citar apenas um outro exemplo, nenhum município da região pode declarar-se independente. Para ser mais preciso a própria região metropolitana necessita trazer de fora parte substancial da água que consome. O Sistema Cantareira, que como se viu acima atende a mais de 50% da população da região, é abastecido por rios que pertencem à bacia do rio Piracicaba. Nos limites da cidade de São Paulo só há um manancial de importância, o Sistema Guarapiranga-Billings, responsável pelo fornecimento de apenas 12,5 m<sup>3</sup>/seg. dos 63 m<sup>3</sup>/seg. produzidos pelo conjunto dos sistemas produtores da região metropolitana. As águas, tão necessárias em termos de abastecimento quanto o são dramáticas nas enchentes, estão a mostrar que a Região Metropolitana de São Paulo necessita urgentemente do esforço conjunto dos poderes constituídos para a superação de alguns dos seus mais graves problemas.

---

**Antonio Augusto** da Costa Faria é formado em História pela Universidade de São Paulo – USP. É técnico da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo e professor de História Ambiental do curso de Tecnologia em Gestão Ambiental da Faculdade de Educação Ambiental do SENAC.

# Teatro: de Arte de Resistência à Arte do Cidadão

Beth Néspoli

O teatro paulistano, neste início do século 21, não só vive uma fase de renascimento - um desses períodos felizes tanto do ponto de vista da estética quanto da produção e da mobilização de artistas e do setor público em torno da atividade teatral - como está diante da oportunidade única em sua história: a possibilidade de interferir de forma duradoura na relação entre público e palco.

Como é sabido, o teatro brasileiro alterna ciclos de dinamismo e qualidade com outros de estagnação ou até retrocesso. Sempre que se faz referência aos períodos considerados efervescentes na cena teatral, a argumentação apóia-se em pontos de vista artísticos como inovações estéticas, renovação na dramaturgia, surgimento de novos e talentosos intérpretes. Sobre aspectos como modo de produção, a ênfase é sempre menor. E ganha atenção ainda mais secundária a afluência, ou não, do público. No entanto, numa arte criada em tempo real como o teatro, recepção é aspecto fundamental. O 'desinteresse' do público agrava os chamados momentos de 'crise' na cena nacional e torna menos profícuos os de renascimento.

Ressalte-se que o teatro brasileiro nunca chegou a suplantiar a condição de arte resistente para se tornar parte integrante da cultura da Nação - nem mesmo em suas melhores fases. Na verdade, grande parte da população sempre esteve



alijada do usufruto da arte. Nas últimas décadas, tornou-se mais intenso o acesso aos produtos da indústria cultural - predominantemente as telenovelas e o cinema americano -, que por questões de mercado contribuem para manter padrões de comportamento já testados e ampliar consumo, jamais para o pleno desenvolvimento do potencial do ser humano. E, o que é mais grave para o teatro, grande parte desse entretenimento 'forma' o gosto médio, embotando a sensibilidade e a curiosidade para as descobertas da arte, essencialmente libertária. E, ao contrário de outros países da Europa, a indústria cultural se instala no Brasil antes que o fenômeno teatral tenha firmado raízes no imaginário popular. A música talvez tenha sido o único campo da arte brasileira a conseguir a proeza de alcançar a um só tempo alto nível de qualidade e ampla penetração popular, algo não conquistado pelo teatro. E tampouco por artes como a pintura e literatura.

## Referência

Tão colonizados quanto o Brasil, outros países da América Latina estabeleceram uma relação diferente com a atividade teatral a partir do modo de produção. O modelo europeu das comédias nacionais - teatros mantidos pelo poder público com corpo fixo e remunerado de atores, diretores, equipe técnica e verba para produção de montagens e realização de projetos culturais que estimulem a renovação - existe em países como Argentina, Uruguai, Venezuela e Chile. Por que elas são importantes?

Porque criam e mantêm tradição, padrões de referência, algo fundamental tanto para produtores quanto para consumidores de arte. Teatro é arte milenar. Conhecer o que foi feito antes é fundamental não só para o aprimoramento do intérprete e do dramaturgo, como também o do espectador. É preciso não confundir informação com conhecimento, este último adquirido ao longo do tempo, camadas sedimentadas que permitem entrelaçar informações, fazer contrapontos. Sensibilidade, apura-se. Obviamente serão diferentes, por exemplo, as formas de usufruir a montagem minimal de 'Hamlet', assinada pelo genial diretor inglês Peter Brook, entre um espectador que, além do prévio conhecimento do texto tenha visto outras montagens e a de um espectador que tenha sentado na platéia sem qualquer outra referência. Sempre será muito discutível qualquer avaliação sobre qual dessas duas experiências pessoais é mais comovente. Porém, uma coisa é absolutamente certa: o espectador que fez fila e esgotou em poucos instantes os ingressos para as apresentações de Peter Brook no Brasil, certamente não era alguém que procurava um programa de fim de semana para 'relaxar' com sua namorada. Esse espectador sabia ser o diretor inglês 'referência' no cenário teatral mundial. Ele estava interessado em ver a montagem de 'Hamlet' do Peter Brook. Um espectador assim faz toda diferença no teatro.

## Popularização

Como alcançar um número significativo de espectadores diretamente interessados no fenômeno teatral? Diretor da Academia Russa de Arte Teatral, Valentin Trepliakov, ao falar sobre o tema, ressalta que o teatro era tarefa escolar obrigatória na infância e na adolescência, ainda na antiga União Soviética, em escolas de formação básica e secundária. Assim, durante sua infância e juventude, ele foi dezenas de vezes ao teatro, a concertos de música popular e erudita, a exposições de pintura. Era muito mais do que simples programa cultural. Antes e depois, ele recebia informações sobre seus autores, sobre o significado daquela manifestação artística tanto para a época de sua criação, quanto para a contemporaneidade.

Vale enfatizar que, na Rússia socialista, a família de Trepliakov não fazia parte da elite dirigente. Isso significa que sua experiência foi também a de milhares de jovens russos. Portanto, não chega a ser surpresa a popularidade do teatro na Rússia nesse início de século 21. Em Moscou, críticos teatrais têm programas de televisão, as artes cênicas são tema de acalorados debates em rádios e emissoras de televisão, atestou o diretor teatral Valery Schadrin em visita ao Brasil, em junho de 2004. Em 1989, num dos primeiros momentos da abertura política, imigrantes russos na Alemanha dormiram na porta do teatro para conseguir ingressos para um festival de teatro russo, por ele organizado. A partir de 1990, com o início da Glasnost, começou uma fase de renascimento e então os teatros passaram a estar sempre lotados. Na Rússia, são 12 as companhias nacionais, a primeira delas criada há 250 anos, sem contar outras 8 companhias de ópera.

Para ficarmos no nosso continente, na Argentina, são três as companhias estatais. Em Buenos Aires, em maio de 2004, num momento em que a sociedade mal começava a recuperar-se de uma crise econômica que abalou o país, havia num único fim de semana 270 espetáculos em cartaz na capital. A crise atraiu ainda mais público, algo impensável no Brasil, onde os teatros são os primeiros a sofrer os efeitos das quedas de poder aquisitivo da classe média.

## Tentativas ao longo da história

A implantação de um Teatro Nacional nos moldes europeus foi tentada, com afimco, em território nacional, pelo menos em dois momentos da história. A primeira vez no século 19, com uma intensa campanha iniciada pelo escritor e dramaturgo Joaquim Manoel de Macedo num artigo do Jornal do Commercio, no Rio, publicado no dia 19 de agosto de 1861. Tal campanha ganharia a adesão de outros intelectuais, entre eles dos escritores José de Alencar e Machado de Assis. Ambos, como mostra com riqueza de detalhes o historiador João Roberto de Faria no livro 'Idéias Teatrais, o Século XIX no Brasil' (Editora Perspectiva), num dado momento de suas carreiras escreveram peças teatrais, para depois desistir

dessa prática decepcionados com o desinteresse do poder público e dos espectadores para com a arte teatral. Nem é preciso dizer que tal campanha pela empresa teatral oficial terminou frustrada.

“Se, depois de tantos anos de amarga experiência, e dolorosas decepções, não vier uma lei que ampare a arte e a literatura, lance as bases de uma firme aliança entre o público e o poeta, e faça renascer a já perdida noção de gosto, fecham-se as portas do templo, onde não há nem sacerdotes nem fiéis”, escreveu Machado ainda em luta pela Companhia Nacional de Teatro.

Em meados do século passado foi feita uma nova tentativa. Como conta a atriz Nydia Licia em sua autobiografia ‘Nydia Licia, Ninguém se Livra de seus Fantasmas’, Editora Perspectiva), em 1952 ela e seu marido, o ator Sérgio Cardoso, deram o ousado passo de abandonarem o posto - bem remunerado - de membros da mais importante companhia privada, o Teatro Brasileiro de Comédia (TBC), ainda propriedade do empresário italiano Franco Zampari, para integrar o elenco da Comédia Dramática Nacional, do Ministério de Educação e Cultura, no Rio. O convite partiu do diretor do Serviço Nacional de Teatro (SNT), Aldo Cavet. Entusiasmados, partiram para a nova empreitada. E deram com os burros n’água.

Em encontro no Rio, o Ministro da Educação, Simões Filho, em reunião com diretores e elenco, confessou que inúmeras vezes pegara na pena para assinar o documento que criaria a companhia, e outras tantas largara a tal pena. Motivo: um grupo de atores profissionais fora até Petrópolis (região serrana do Estado do Rio) e fizera um pedido pessoal ao Presidente Getúlio Vargas para que não fundasse a companhia oficial. Alegavam que ela representaria uma competição predadora para as empresas teatrais privadas. Por conta disso, mais uma vez, por mais que os artistas tenham se mobilizado, por mais que o grupo tenha ganho adesões importantes como do famoso ator Procópio Ferreira, a companhia oficial nunca foi criada. E a verba de 1 milhão de cruzeiros destinada a sua fundação esvaiu-se no ar.

## Uma nova chance

Atualmente, mais uma vez, estamos diante de uma oportunidade similar. Pode-se dizer, sem medo de errar, que o teatro paulistano vive agora nova fase promissora. Se ela vai resultar num avanço, com o rompimento desse vicioso ciclo, ou num novo retrocesso, só o tempo dirá. Mas as condições de ruptura estão novamente dadas. No que tange à qualidade da linguagem e à capacidade de mobilização dos artistas, colhe-se agora os frutos de um período de abertura democrática - sempre raros em nosso País. Basta lembrar que tivemos, em 1989, a primeira eleição livre para presidência da República depois de 25 anos. Não por

coincidência, as companhias teatrais - responsáveis pelo melhor do panorama teatral - têm entre 10 e 20 anos de existência. Também não por acaso, o teatro havia vivido um período efervescente no que diz respeito à criação, com o surgimento e o crescimento de núcleos como o Teatro Brasileiro de Comédia (TBC), o Arena e o Oficina, entre o fim da década de 40 e o início dos anos 60, outro raro período de plena democracia.

Os ares democráticos possibilitaram a mobilização dos artistas em torno do Movimento Arte Contra a Barbárie e este, por sua vez, resultou na elaboração, aprovação e implementação do Programa Municipal de Fomento ao Teatro, um modelo de financiamento que beneficia projetos artísticos de companhias permanentes. Embora tímido no que diz respeito ao montante da verba disponível - algo em torno de R\$ 6 milhões anuais - e, para piorar, sujeito às vicissitudes da burocracia como constantes atrasos no pagamento das parcelas, o que sacrifica sobremaneira as trupes que dependem dessa verba para efetuar pagamentos de aluguel, de equipe técnica e outros fornecedores - tal fonte de financiamento mostrou-se capaz de interferir de forma significativa no panorama teatral.

Tanto assim que, em 2003, a Associação Paulista de Críticos Teatrais, numa votação inédita em sua história, premiou sete espetáculos, em vez de escolher apenas elementos desses espetáculos, quebrando assim uma tradição de décadas de premiação por categorias: diretor, autor, ator, figurino, etc. . Entre eles estão ‘Os Sertões’, transposição cênica do livro homônimo de Euclides da Cunha assinada por José Celso Martinez Correa e o seu Teatro Oficina; ‘Mire Veja’, com a Cia. do Feijão e ‘Otelo’, com o Grupo Folias D’ Arte. Foi feita ainda uma exceção à atriz Cleyde Yáconis, premiada por sua interpretação em ‘Longa Jornada de um Dia Noite Adentro’, atriz veterana, não por coincidência, formada no Teatro Brasileiro de Comédia, uma companhia permanente de repertório.

## Experiências

Indiscutivelmente, companhias permanentes propiciam aos seus artistas - atores, diretores, dramaturgos, equipe de criação técnica - exercício constante, diversificado e, portanto, formação sólida. E qual o seu efeito sobre a afluência do público?

Há quatro anos, a Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, iniciou um trabalho de formação de público. Em 2004, como parte desse trabalho, dez espetáculos teatrais foram selecionados para percorrer os Centros de Ensino Unificado (CEUs) integrando esse projeto. Acompanhei uma apresentação da peça ‘Mire Veja’ no CEU Rosa da China, na zona leste da cidade, uma das regiões mais violentas e precárias da periferia. Era uma quinta-feira e a sessão era para alunos do curso noturno, trabalhadores adultos retomando os estudos.

Baseado no livro ‘Eles Eram Muito Cavalos’, de Luiz Ruffato, ‘Mire Veja’ transpõe para o palco alguns contos desse livro - flagrantes da metrópole - de forma fragmentada, cenas soltas que se entrelaçam, e em linguagem teatral, ou seja, a narrativa está fundada em poucos elementos e solicita muito da imaginação do público. Não há atores televisivos, linguagem apelativa. No entanto, mais do que atenção concentrada da platéia, surpreendeu, ao final da sessão, o altíssimo nível do debate, a verticalidade das observações.

Só para dar um exemplo concreto, uma espectadora fez a seguinte observação: “para mim, foi como se vocês tivessem tirado o telhado de uma casa e, assim, eu podia ver ao mesmo tempo o que acontecia em todos os cômodos; só que essa casa era a cidade de São Paulo.” Nem mesmo os diretores do espetáculo - Pedro Pires e Zernesto Pessoa -, eles confessaram, conseguiram criar uma imagem tão precisa no momento de comunicar sua concepção ao elenco.

Nessa peça, há ainda uma cena emblemática da violência da metrópole, na qual um médico, num plantão da madrugada, recusa-se a operar um homem baleado, um paciente em estado grave, ao descobrir, já na mesa de operação, que se trata do mesmo homem que assaltara sua casa, pondo em risco de vida sua filha (talvez a tenha matado, isso ficou em aberto). No debate, uma espectadora, dirigindo-se diretamente ao ator que interpretara o médico, pergunta se ele “aprova” a atitude do personagem. “O que o senhor faria no lugar dele?”, perguntou ela. É preciso não perder de vista que ali, naquela platéia, poderia haver mães de assaltantes. “Sinceramente, eu não sei”, respondeu o ator. “Discutimos muito isso durante os ensaios. Mas no fundo eu acho que essa é a função do teatro, provocar reflexão, fazer a gente pensar sobre o mundo que vivemos”, continuou. Nesse momento, para visível surpresa dos atores, brota espontaneamente, um intenso aplauso de toda a platéia.

## Olhar modificado

Há algo de muito importante nessa mobilização em torno do teatro. Lembremos que isso acontece numa quinta-feira à noite, depois de um exaustivo dia de trabalho. A peça teve início pouco depois das 19 horas e teve quase duas horas de duração. Passava portanto das 21 horas. Alguns estavam no teatro pela primeira vez. A intensidade com que se envolveram no debate e o grau de atenção sobre o espetáculo detectado nas intervenções são reveladores de uma incrível avidez pelo fenômeno teatral. Isso merece atenção. E não foi um caso isolado. Em conversa com diretores de outros espetáculos desse projeto, pude colher depoimentos similares, alguns realmente surpreendentes. Tal experiência remete às várias tentativas feitas por artistas, no mundo inteiro, durante todo o século 20, de fuga do palco italiano. Toda a idéia de transportar a cena para espaços de representação

não convencionais tinha como objetivo central atuar sob o olhar do espectador, romper a barreira do “hábito”, levá-lo a entrar em “suspensão da rotina” em “estado” de tensão e atenção. Nos CEUs, mesmo em palco italiano, esse ‘estado’ existe. Além da ‘virgindade’ da platéia, outros fatores contribuem para isso. Entre eles, a natureza de ‘tarefa escolar’, ainda que não obrigatória, a necessária preparação para apurar a fruição da arte. Monitores passam nas salas de aula antes das peças para contextualizá-las. Professores complementam as informações. Antes do espetáculo há avisos específicos. Um deles, a um só tempo simples e inteligente, alertava: “Vocês vão ter vontade de comentar coisas com os colegas ao lado, é natural. Tentem guardar as observações para o debate final.”

Há ainda a contribuição dos atores. Num outro momento do teatro brasileiro, nas décadas de 60 e 70 do século passado, os chamados Centros Populares de Cultura (CPCs) tentaram ‘popularizar’ um teatro voltado para a reflexão dos problemas sociais. Mas havia então um entrave ideológico. A intenção era politizar um público alienado. Havia uma verdade a ser transmitida. Aqueles atores ‘sabiam’ o que responder, tinham uma mensagem a ser inculcada. E há um último fator, talvez o mais importante: naquele momento, a televisão começava a chegar às camadas populares suprimindo, com seus primeiros teledramas, a necessidade - comum a todo ser humano - de ficção. Era uma novidade. Atualmente, com a TV presente há décadas na grande maioria dos lares, a ficção televisiva já se incorporou à rotina. Existem até estudos sobre isso, sobre a diferenciação, interessante ao mundo capitalista, entre a programação semanal, e a do domingo, sinalizando que todos, conformadamente, voltam à rotina na segunda-feira.

## Oportunidade

Concluindo, indubitavelmente há um público em potencial para o teatro numa ponta. Existe em São Paulo e, certamente, também em outras metrópoles brasileiras. Na outra, há companhias teatrais maduras para levar a esse público arte de qualidade. Unir as duas pontas, nesse momento, é tarefa do poder público, com a criação de políticas públicas voltadas para o fomento, manutenção e circulação das companhias.

No entanto, a descontinuidade parece ser a única ‘constante’ no panorama teatral brasileiro. Tomemos um exemplo concreto: no início do mês de julho, havia nada menos do que 106 espetáculos em cartaz na cidade de São Paulo. Desses, absolutamente nenhum mantém sessões regulares de terça-feira a sábado, apenas 11 a partir de quinta-feira, incluindo-se aí os musicais estrangeiros - verdadeiras franquias da indústria cultural. E ainda é preciso estar atento, pois pelo menos um dos musicais que mantinham quatro sessões semanais no início de julho, a produção carioca ‘Ópera do Malandro’, cumpria uma “temporada” de 15 dias.

Mais grave ainda, apenas algo em torno de 20% desse total fica em cartaz por um período além de três meses e pelo menos 60% são montagens amadoras ou semi-amadoras, realizadas por grupos recém-saídos das escolas; sem contar os caça-níqueis, comédias “preguiçosas” com criação baseada em fórmulas gastas e clichês. Para agravar de vez o panorama, esses espetáculos figuram nos guias e roteiros da mídia em ordem alfabética, numa perversa mistura entre amadores e profissionais. Isso se reflete por um lado na qualidade dos melhores espetáculos - como aprimorar uma interpretação se o contato com o personagem se dá apenas nos fins de semana? Por outro lado, na pulverização e, sobretudo, desorientação do público.

## Caos

Nessa realidade caótica, nem sempre é fácil perceber a qualidade e a maturidade alcançada por algumas companhias e também por alguns artistas, jovens ou veteranos, desagrupados. O pouco que está sendo feito por iniciativa municipal corre o sério risco de retrocesso. Os já citados atrasos nas verbas para esses programas sinalizam uma desvalorização da Secretaria Municipal de Cultura que parece não ter conseguido convencer o poder municipal ao qual pertence na importância de seus (bons) projetos. Programas como o ‘Formação de Público’ e o ‘Fomento ao Teatro’ já pedem aperfeiçoamentos, avanços.

O momento é propício. Mesmo tímido, o projeto de formação do público serviu para revelar a afeição pelo teatro e, de quebra, ampliou a temporada de dez bons espetáculos. Há algumas ótimas companhias atuantes, com potencial para se tornarem referência. O teatro pode ganhar nova dimensão na vida do povo paulistano. Há modelos interessantes de políticas públicas em todo o mundo. Que podem servir de inspiração, com as devidas adaptações à cena nacional. Não faltam idéias, não faltam artistas, não falta público. Falta vontade política de investir no teatro nacional. Volta e meia, em debates e fóruns culturais, argumenta-se em favor da arte pela possível geração de empregos. Certamente essa é apenas uma das conseqüências de uma cena teatral forte. O teatro é antes de tudo uma experiência vital. Aprimora o autoconhecimento, provoca reflexão, apura sensibilidade, estimula a imaginação e a emoção. Coloca um pouco de beleza nesse mundo. Faz cidadãos melhores, seres humanos mais íntegros. Não é pouco.

---

**Beth Néspoli**, jornalista formada pela Faculdade da Cidade, no Rio. Repórter e crítica teatral do jornal O Estado de São Paulo desde 1997. Formou-se em teatro pela Casa das Artes de Laranjeiras (CAL), no Rio. Na época, 1982/1983, o curso de formação de atores da CAL tinha duração de dois anos, com aulas diárias de quatro horas, de segunda a sábado ministradas por mestres como o crítico Yan Michalski, o dramaturgo Alcione Araújo, a atriz Juliana Carneiro da Cunha e o diretor João das Neves.

# Caderno de fotografias de São Paulo

Cristiano Mascaro



*Vista a partir da Avenida Casper Líbero*





*Trilhos do Metrô - Zona Leste*



*Avenida Francisco Matarazzo*



*Ladeira Largo da Memória*



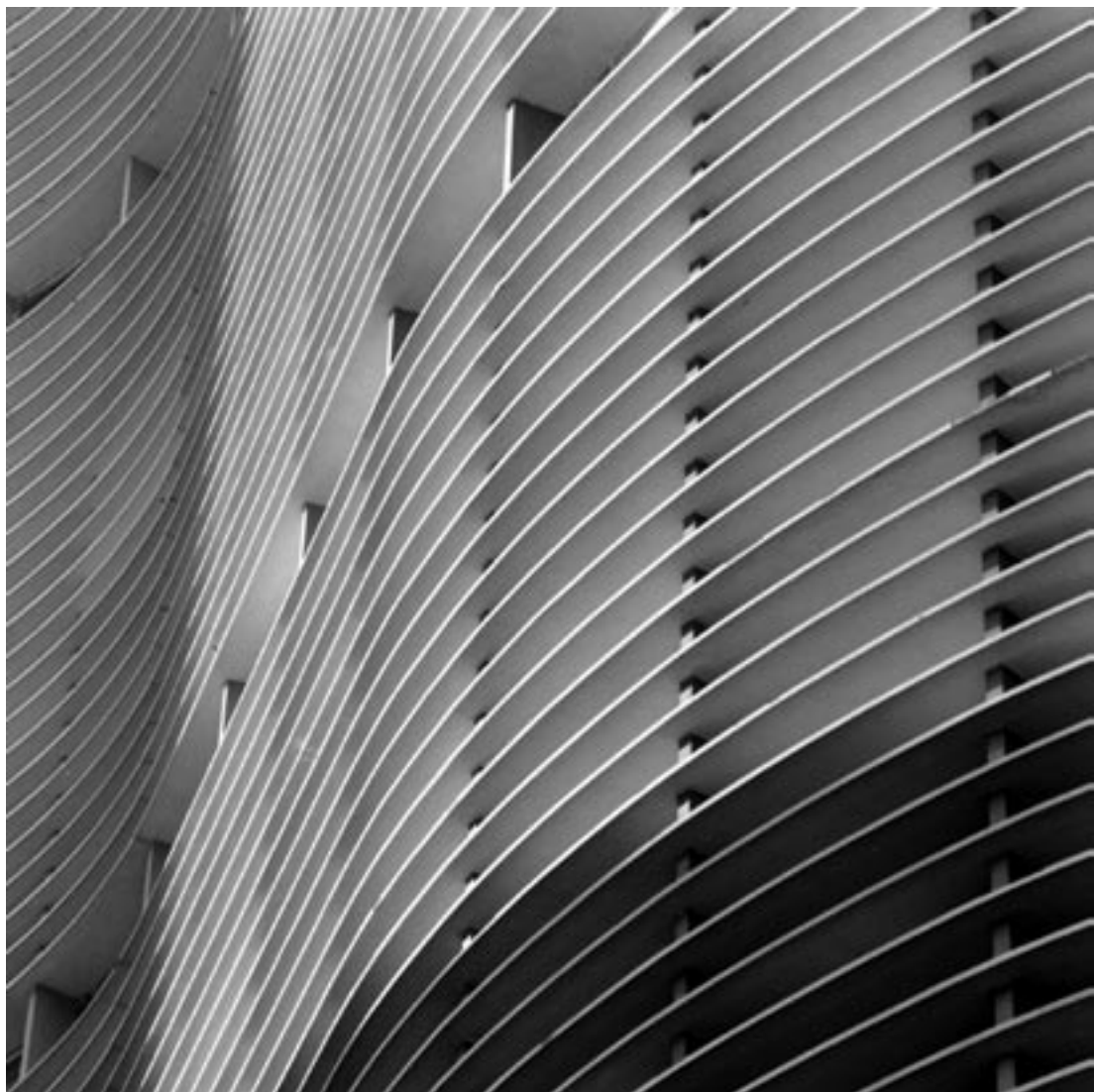
*Vale do Anhangabau*



*Avenida São João*



*Rua Direita*



*Edifício Copan*



*Centro visto a partir da Avenida São João*





*Avenida Marginal do Tietê*



*Pátio do Colégio*



*Centro visto a partir da Praça da República*



*Estação da Luz*



*Viaduto do Chá*



*Rua Augusto Severo*

---

**Cristiano Mascaro** é arquiteto e doutor pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP). Iniciou sua carreira como repórter fotográfico da revista *Veja* (1968 a 1972). De 1974 a 1988 dirigiu o Laboratório Fotográfico de Recursos Audiovisuais da FAU-USP. Atualmente é fotógrafo independente, tendo como tema principal a contemporaneidade de nossos grandes centros urbanos. Mascaro produz ensaios e os publica em livros especializados de fotografia, revistas e periódicos. Vem realizando várias exposições individuais em São Paulo e em outras cidades do mundo, tendo suas fotos em acervo de importantes museus, tais como: MASP (São Paulo), MAC (São Paulo), Pinacoteca do Estado (São Paulo), MAM (Rio de Janeiro), Centro Georges Pompidou (Paris - França), Museu Internacional da Fotografia de Rochester (EUA).

# Vida e morte dos chafarizes na cidade de São Paulo

Denise Bernuzzi de Sant'Anna

No século XIX, quando o comerciante inglês John Mawe visitou São Paulo, a cidade parecia ocupar uma posição insular<sup>1</sup>: rodeada por rios e constantemente inundada em épocas de chuva forte, a capital paulista ocupava o centro do sistema hidrográfico da região; segundo Caio Prado, «*sem o saber, seus fundadores tinham-no estabelecido num ponto donde irradiam em quase todas as direções, ou pelo menos as principais, estas vias naturais de comunicação que são os cursos de água*».<sup>2</sup>

Embora muitos destes «caminhos de água» não fossem amplamente favoráveis à navegação, ainda assim, afirma Caio Prado, os rios representavam «*a melhor e mais utilizada via de comunicação*», não apenas para as entradas e bandeiras mas, durante séculos, para o contato e o intercâmbio entre as populações do planalto.<sup>3</sup> Não por acaso, as margens dos rios foram as regiões inicialmente procuradas pelo povoamento paulista.

---

<sup>1</sup> John Mawe, *Viagens ao interior do Brasil*, Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo, Edusp, 1978, p.63.

<sup>2</sup> Caio Prado Júnior, “O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo” In : *Evolução Política do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1972, p.100.

<sup>3</sup> *Ibidem*, p.101.



O antigo nome da cidade - «Campos de Piratininga» - já era uma referência ao ribeiro Piratininga que, depois do século XVI, recebeu o nome de Tamanduateí.<sup>4</sup> São Paulo de Piratininga, «foi o centro da primeira comunidade mameluca brasileira voltada mais ao rio do que ao mar».<sup>5</sup> A presença da água caracteriza a história de São Paulo desde o seu primeiro povoamento estabelecido «numa colina no topo de confluência das várzeas do Tamanduateí e do Tietê, sendo ainda circundada, com exceção de sua face leste, pelo rio Anhangabaú, afluente do Tamanduateí».<sup>6</sup>

Mas, como será visto a seguir, embora o nascimento e o crescimento de São Paulo deva muito às suas águas, a distribuição destas foi, em geral, difícil, insuficiente e desigual. Além da precária e limitada rede de água e esgotos, as disputas comerciais, não apenas pela posse de terrenos contendo fontes e nascentes, mas, sobretudo, pelo controle dos chafarizes construídos em determinados pontos da cidade, contribuíram para acirrar os conflitos sociais e ainda, para dificultar o abastecimento da população pobre ao longo da progressiva história de transformação da água em mercadoria.

\* \* \*

Em 1780, o sargento Manuel Caetano Zúniga, residente da pequena e vetusta São Paulo, tentou impedir que os moradores do bairro da ponte do Anhangabaú, caminho de Nossa Senhora da Luz, se servissem da água do ribeirão denominado Acu, cuja paragem se localizava no largo conhecido por «Tanque do Zúniga» e, mais tarde, Largo Paissandu. Zúniga conseguiu obter uma provisão do ouvidor da cidade, por meio da qual uma correnteza da referida água passou a ser conduzida para o seu quintal. No entanto, Zúniga não apenas conseguiu obter tal direito como também recorreu, várias vezes, à violência contra mulheres pobres das redondezas que lavavam roupas nas águas daquela região.<sup>7</sup>

Zúniga foi apenas um entre os muitos homens ilustres de São Paulo que monopolizou as águas da cidade e, em certas ocasiões, recorreu ao uso da força de seus escravos contra os ditos «invasores». Muitos outros tentaram evitar o acesso da população aos locais favorecidos por bicas e riachos isolando-os com cercas

---

<sup>4</sup> Toledo, Benedito Lima e Otero, José A. *São Paulo registros 1899-1940*, São Paulo, Eletropaulo, p.82.

<sup>5</sup> *Ibidem*, p.8.

<sup>6</sup> Marisa Saenz Leme. *Aspectos da evolução urbana de São Paulo na 1ª República*. Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, USP, 1984, p.11

<sup>7</sup> Affonso A. Freitas, *Tradições e reminiscências paulistanas*, Belo Horizonte, ed Itatiaia, São Paulo, Edusp, 1985, p.9.

e a colocação de «fechos» em porteiros. Assim, à primeira vista, a água parecia abundante para todos os paulistanos, sua presença uma evidência cristalina, especialmente para quem a contemplava do Brás ou do Lavapés. Mas, na vida cotidiana, esta abundância deixava de ser uma evidência para se transformar num privilégio restrito a algumas famílias abastadas e de prestígio na pequena cidade. Mesmo depois da construção de diversos chafarizes públicos, os sistemas de canalização que desviavam a água destinada a todos para dentro das residências dos mais ricos não foram incomuns, gerando uma série de polêmicas e conflitos, dentro e fora do espaço da Câmara Municipal. Gargantas secas e água considerada impura pareciam uma rotina sem fim na cidade. Em 1860, por exemplo, cada residência necessitava gastar, em média, cerca de três barris de água por dia. Mas o preço de cada barril, nessa época, estava em torno de 320 réis, preço este que apenas uma minoria podia pagar.<sup>8</sup>

O número de chafarizes na cidade era, então, insuficiente para atender a todos os seus moradores. O primeiro deles já havia sido construído no final do século XVIII, no Largo da Misericórdia<sup>9</sup>, à custa de contribuições da população mas, também, de donativos feitos por homens abastados. Este chafariz, edificado por Tebas, «engenheiro hidráulico», «mulato desenvolto», também construtor de algumas torres de igrejas na cidade,<sup>10</sup> era um equipamento composto por quatro torneiras de bronze pelas quais jorravam as águas do Anhangabaú, captadas nas proximidades do tanque Municipal. As torneiras eram, ainda, uma novidade na cidade. Como se sabe, os gestos de abrir e fechar torneiras resultam de um obstinado aprendizado. A naturalidade com que muitas pessoas de nossos dias associam as torneiras a determinados gestos - como aquele de girar as mãos para os lados - não era muito evidente ao longo dos séculos XVIII e XIX quando, então, diversos paulistanos estavam bastante habituados a retirar águas de poços, rios, bicas, tinhas, moringas, com a ajuda de gestos relacionados ao preenchimento e levantamento de vasilhas de diferentes tamanhos e pesos. O convívio com bicas naturais, locais em que a água jorrava incessantemente, parecia contrastar de modo bizarro com a imagem da torneira, equipamento feito para ser aberto e devendo ser fechado segundo as necessidades de cada utilizador. Com o advento de inúmeras torneiras em chafarizes, acompanhado do desenvolvimento do sistema de encanamento da água, a noção de desperdício tanto quanto aquelas de conforto e de abundância ganharam uma importância até então desconhecida. Ou seja, a

---

<sup>8</sup> *Atas da Câmara*, 3 de fevereiro de 1860, pp 36-38.

<sup>9</sup> Toledo, Benedito Lima e Otero, José, *op.cit.*, p.160.

<sup>10</sup> Affonso A. Freitas, *op.cit.*, pp.62-63.

emergência de chafarizes com torneiras foi uma novidade sócio-técnica que exigia não apenas gestos e posturas nem sempre muito usuais entre os paulistanos, mas também, um novo entendimento dos usos da água.<sup>11</sup>

No entanto, mesmo antes da construção dos primeiros chafarizes, as aglomerações diante de antigos pontos de água já era um hábito comum entre viajantes, diversos residentes locais, especialmente mulheres pobres, escravos e vendedores de lambiscas e quitutes. As bicas da cidade eram, também, locais para saciar a sede de animais de carga, instrumentos de trabalho e de locomoção fundamentais aos residentes da São Paulo de outrora.

Menezes lembra, que o chafariz do Rosário *vivia* «sempre rodeado de pretos, carregados de baldes e potes»; para alguns, a algazarra das pessoas aglomeradas neste local era considerada «medonha», principalmente ao cair da tarde.<sup>12</sup> Muitas das brigas em torno dos chafarizes, se deviam às disputas entre aqueles que buscavam a água para a venda e aqueles que a procuravam para a própria subsistência. E os chafarizes tornavam-se vítimas dos eventuais conflitos. Havia, ainda, o furto de canos, torneiras e bicas de folha por alguns moradores da cidade ou, o que era mais frequente, o mal funcionamento do equipamento. Durante a década de 1850, nas Atas da Câmara, há inúmeras alusões à necessidade de concertar torneiras de bronze dos chafarizes e de melhorar os encanamentos que acabavam perdendo muita água devido a sua má instalação ou devido a solda utilizada nas junções dos tubos, muitos deles de papelão. Se havia um número insuficiente de chafarizes para conduzir a água dos veios aquáticos disponíveis, faltava, igualmente, canos em bom número, material resistente e com instalação eficaz. Devido a problemas de canalização, no morro do Carmo, por exemplo, as águas ficavam «vertendo» ladeira abaixo no lugar de serem utilizadas.<sup>13</sup>

Por vezes, as disputas pela água tomavam a forma de brigas entre os frequentadores dos chafarizes e contavam com a intervenção da polícia. Por conseguinte, a presença dos chafarizes podia tanto valorizar os terrenos a eles vizinhos como, ao contrário, contribuir para deles afastar as famílias abastadas que porventura residiam próximas a estes conhecidos locais de aglomeração. Martins lembra de uma família paulista que ficou muito contrariada com o estabelecimento, próximo à sua residência, do chafariz no Largo da Misericórdia. Antes da sua inauguração,

---

<sup>11</sup> Analisamos o aspecto cultural das torneiras e encanamentos no artigo “O corpo na cidade das águas: São Paulo(1840-1910)” in *Revista Projeto História*, nº25, São Paulo, PUC/EDUC, 2002, pp.99-114.

<sup>12</sup> Raimundo Menezes, *op.cit.*,p 68.

<sup>13</sup> *Atas da Câmara*, 22 de maio de 1851, p.143.

a referida família chegou a se mudar para a rua Tabatinguera, «por não poder suportar as cenas desagradáveis que era de costume darem-se no lugar do aludido chafariz entre os carregadores de água, os quais, na sua maioria, eram escravos».<sup>14</sup> Lugar de ajuntamento de escravos, mas, também, de pausa para forasteiros e animais de carga, inúmeros chafarizes da cidade poderiam ser considerados espaços de intensa troca de informação e não unicamente lugares privilegiados para a eclosão de conflitos em função da coleta de água.

Em vários bairros da cidade, os chafarizes eram construídos muito depois dos moradores viverem longos períodos de escassez de água; mas a sua construção não significava uma garantia de que os problemas de abastecimento estavam definitivamente resolvidos. No bairro da Luz, por exemplo, somente depois de várias reivindicações populares, foi finalmente aberta uma concorrência pública, em 1863, para a construção do primeiro chafariz naquela região. Surgiram, então, duas propostas: uma de João Roos e outra de Francisco Taques Alvim. Contudo, logo depois de ter sido engajado neste contrato, Roos ficou doente e a obra foi colocada novamente em praça e arrematada por Alvim.<sup>15</sup> Mesmo assim, foi somente depois de um apelo popular, liderado por um prestigioso morador do bairro, o Barão de Antonina, que o chafariz pôde, de fato, ser construído: com seis palmos de altura, ele seria abastecido por uma vertente próxima ao portão principal do Recolhimento da Luz. «*Todavia, mal construído com pedaços de tijolos e cal pouco durou, derruindo em 1869.* Tomaram-se providências e, estranhamente, o mesmo e anterior responsável foi incumbido de nova fatura. Os trabalhos iniciaram-se em 1870 e se estenderam até 1874».<sup>16</sup> E, de qualquer modo, dois anos depois de concluído, o chafariz da Luz, já estava «*completamente arruinado*». Outro exemplo de «chafariz com vida curta» foi o de Itaúna, construído durante o governo de João Teodoro, em 1875, quase no local onde, em 1934, seria erguido o monumento a Ramos de Azevedo: desmontado em 1879, esse chafariz ocupou o lugar do que em seguida seria o terreno de assentamento dos canos que trariam água da Cantareira para o reservatório da Consolação.<sup>17</sup>

Alguns chafarizes, ao serem construídos, expressavam a intenção de seus idealizadores de permanecerem na memória dos paulistanos como personagens históricos de grande relevância para a Província. Entre eles, destaca-se o chafariz construído perto da ponte Lorena, no ângulo inferior do paredão do Piques. Este

---

<sup>14</sup> Paulo E. Martins, *São Paulo antigo*, São Paulo, Secretaria de Cultura Esporte e Turismo, s/d, p.21.

<sup>15</sup> Clóvis de Athayde Jorge, *op.cit.*, p.84.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p.85.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p.85

chafariz, que aparece em algumas fotografias de Militão, foi construído junto com um obelisco, em 1814. Era todo de alvenaria, tendo, assim, um aspecto similar ao das moradias pequenas da cidade. Mas o obelisco do Piques, ou da Memória, tal como era conhecido, foi feito graças ao trabalho do mestre de pedreiro Vicente Gomes Pereira, sob a direção do engenheiro e marechal Daniel Pedro Müller, personagem importante na vida pública paulistana daqueles anos. As águas do Piques vinham do tanque do Bexiga, passavam pela bacia e pelo Morro do Chá, no bairro da Santa Ifigênia. Em alguns momentos de sua longa história, especialmente no final da década de 1820, o chafariz do Piques foi fechado por decisão da Câmara Municipal provocando vários protestos de seus usuários. Mas, como a maior parte dos equipamentos urbanos em funcionamento na cidade, os chafarizes dependiam de constante manutenção, trabalho este nem sempre realizado de modo rápido e eficiente.

Entre as décadas de 1850 e 1880, foram destruídos e construídos inúmeros chafarizes na cidade. Especialmente depois do governo de João Teodoro, os chafarizes, assim como muitos outros equipamentos urbanos, sofreram todas as consequências do afã transformador dos perfis urbanos de São Paulo, característico das três últimas décadas do século XIX. Juntamente com a inauguração do serviço de bondes puxados por burros em 1872 e o sensível aumento de casas comerciais na região do Triângulo, novos chafarizes foram construídos, conforme indica a planta da cidade organizada por Fernando de Albuquerque e Jules Martin, em 1877. Nessa época, os chafarizes serviam como pontos de encontro para um número cada vez mais diversificado de pessoas e de ofícios, incluindo leiloeiros e comerciantes de frutas, bebidas e doces. A partir desse período da história paulistana, sobretudo, alguns chafarizes tiveram uma existência bastante tumultuada e, de certo modo, itinerante. O chafariz do Rosário, por exemplo «construído por três vezes, dentro de vinte e um meses», se tornou, segundo o poeta Luiz Gama, um «simulacro de aquário, feito só para entremezes». O famoso chafariz do Largo da Misericórdia, outro exemplo, foi transferido, em 1886, por ordem da Câmara Municipal, para o Largo de Santa Cecília e, em 1903, segundo uma nova ordem da prefeitura, ele foi desmanchado. Suas peças foram remetidas ao Almoixerifado Municipal e não ao Museu do Estado.

Ao contrário deste final pouco prestigioso, o começo da existência de vários chafarizes era motivo de festas e solenidades que marcavam o calendário de eventos importantes na cidade. O chafariz do Largo do Rosário, por exemplo, ao ser inaugurado, em setembro de 1874, deu lugar a uma solenidade honrada com a presença do Presidente da Província, vereadores, diversos funcionários públicos e dezenas de moradores da cidade. Do mesmo modo, a inauguração do chafariz do Largo do Carmo, no começo do ano seguinte, contou a presença do Presidente Ernesto Mariano da Silva Ramos que, no momento da solenidade abriu, como de

costume, as torneiras do referido chafariz.<sup>18</sup> Segundo o jornal Correio Paulistano, este chafariz situado no largo do Carmo era «elegante», feito com «ferro fundido, mandado executar pela Câmara Municipal, que com semelhante melhoramento presta um valioso serviço aos habitantes das ruas adjacentes. Dentro em pouco dias começará a funcionar».<sup>19</sup>

Tendo em vista que a água dos chafarizes não era suficiente para abastecer a cidade, alguns comerciantes recorriam às águas das «cisternas abertas ao longo das margens do rio Tamanduateí e do córrego Lavapés» e as vendiam em pipas ambulantes».<sup>20</sup> Segundo Freitas, o trabalho dos vendedores de água, conhecidos pelo nome de aguadeiros, também era importante para abastecer as residências paulistanas. Eram, em geral, descendentes de imigrantes portugueses e possuíam um animal de carga sobre o qual amarravam duas pipas. Mais tarde, alguns deles adquiriram uma espécie de charrete, dentro da qual era possível carregar mais do que duas pipas repletas de água retirada não apenas dos rios e cisternas, mas, também, de poços particulares e, ainda, de bicas e chafarizes públicos. Bruno conta que os aguadeiros, «no momento de venderem a água, deixavam um barrilzinho debaixo da torneira da carroça e enquanto ele enchia lentamente, despejavam outro no interior da casa – traçando a carvão na parede, cada dia, um risco por vazilha fornecida para cobrança no final do mês.»<sup>21</sup> O controle era portanto estabelecido na relação direta entre moradores e aguadeiros e as marcas na parede eram os principais registros de consumo de água existentes.

Os aguadeiros queriam manter prioridade no comércio da água. No início do século XIX, alguns chegaram a comentar que: «as águas são boas; o povo é burro; as águas são deles e nós lhas vendemos».<sup>22</sup> Há notícias de que certos aguadeiros enchiam suas pipas com águas consideradas impuras do Tamanduateí e alusões a outras sabotagens por eles praticadas para conseguirem maiores lucros: por exemplo, danificavam propositalmente os chafarizes da cidade, com o intuito de impedir o uso desses equipamentos. Estas contravenções provocavam, evidentemente, a revolta dos escravos e mulheres pobres que vinham aos chafarizes em busca de água;

---

<sup>18</sup> Atas da Câmara, 14 de janeiro de 1875, P.15.

<sup>19</sup> Correio Paulistano - 6.1.1875 - ANNO XXII - N. 5187, p.2.

<sup>20</sup> A.A. de Freitas, *op.cit.*, p.33

<sup>21</sup> E. Silva Bruno, *História e tradições da cidade de São Paulo*, 3ªed., São Paulo, Hucitec, 1984, p.1121; ver, também, José Afonso de Carvalho *São Paulo antigo*, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1944, p.62.

<sup>22</sup> Sabesp, *Curso d'água.*, p.23.

«resultavam frequentemente da reação de cativos aos abusos dos aguadeiros. Conhece-se o ofício de um fiscal da cidade em 1864, pedindo providências; das autoridades contra esses abusos que se davam em vários chafarizes. Os aguadeiros não apenas praticavam estragos, mas impediam também que os escravos e outras pessoas se servissem de água enquanto não estivessem cheias as pipas deles.»<sup>23</sup>

Usos considerados indevidos da água eram motivo de revolta e também de proibições legais. Mas o significado do «indevido» no que se refere à posse da água potável podia variar de acordo com as riquezas e as influências dos reclamantes. Algumas contravenções ocorridas em torno dos chafarizes justificavam a contratação de sentinelas e guardas para os mesmos. Mas, muitas vezes, os paulistanos criticavam com veemência não apenas o estado dos encanamentos que raramente eram feitos de chumbo ou cobre, assim como o preço dos barris de água vendidos por aguadeiros, mas, principalmente, o diminuto número de chafarizes gratuitos para todo o público da cidade. Em épocas de calor intenso, diante da escassez de água nos chafarizes e reservatórios, a população era obrigada a recorrer às águas dos rios mais próximos, nem sempre de boa qualidade. Por vezes, o problema era agravado com a redução dos horários em que os chafarizes estariam abertos ao público. Por exemplo, em plena seca de 1877, a repartição de obras públicas decidiu que, «em consequência da escassez d'água no tanque geral e para que possa na caixa da rua do Príncipe chegar a água a altura das torneiras», os registros dos chafarizes dos largos do Rosário e do Carmo seriam fechados no horário entre 21 horas e 6 horas.<sup>24</sup>

A partir daquele ano, o sistema de abastecimento de água começou a sofrer modificações importantes com o estabelecimento da Companhia Cantareira. Poder-se-ia imaginar que os problemas de distribuição da água estariam terminados com a atuação desta Companhia. No entanto, eles continuaram a fazer parte da rotina paulistana e ainda foram somados a uma nova desconfiança referente às águas distribuídas pela própria Cantareira. Inúmeras notícias publicadas nos jornais paulistas insistiram nesta desconfiança, confirmando os boatos de que muitos adoeciam ao beber tais águas e que inclusive alguns médicos da cidade desaconselhavam a população a consumi-las.<sup>25</sup>

Este serviço passou, em 1893, para as mãos do governo do Estado, com a criação da Repartição de Águas e Esgotos - RAE - que contava com as

---

<sup>23</sup> Ernani Silva Bruno, *op.cit.*, p.623.

<sup>24</sup> *Correio Paulistano*, 17 de agosto de 1877, p.2.

<sup>25</sup> Ver, por exemplo, *Diário Popular*, 8 de janeiro de 1886, p.1.

duas adutoras. No entanto, mesmo com o estabelecimento da Cantareira, as necessidades de abastecimento de água de toda a população estavam longe de serem atendidas.

No decorrer da década de 1870, vários chafarizes foram desativados ou demolidos: em 1876, por exemplo, o chafariz do largo da Memória deixou de funcionar.<sup>26</sup> Com o advento da Companhia Cantareira, a demolição de alguns chafarizes foi um meio utilizado para pressionar a população a recorrer, obrigatoriamente, à água distribuída pela referida Companhia. Diversos memorialistas narraram em seus livros o desenrolar de um episódio bastante ilustrativo a este respeito: trata-se da tentativa encabeçada pelos representantes da Cantareira, em 1893, de forçar alguns moradores da cidade a não mais recorrerem aos chafarizes que anos antes haviam sido construídos a partir do financiamento da própria Companhia. Assim, mandaram demolir vários chafarizes, entre eles o do Carmo e o do Rosário. Durante a demolição deste último houve um forte conflito entre a polícia e homens pobres que para lá se dirigiram na tentativa de impedir o desaparecimento daquele equipamento tão útil às suas necessidades.

A maior parte dos chafarizes foi desmontada ou destruída em favor de interesses ligados à especulação imobiliária, muitos dos quais fizeram de São Paulo uma cidade com poucos monumentos públicos favoráveis à contemplação e ao livre uso da água. A partir do final do século XIX, quanto mais a cidade crescia, mais reduzida se tornava a possibilidade dos seus moradores apreciarem rios, chafarizes e bicas d'água. Alguns rios que ainda não haviam ganhado o subterrâneo da cidade e, portanto, desaparecido da visão de seus moradores, tendiam a ser transformados em esgotos a céu aberto. Enquanto os primeiros espaços privados de contato com a água pura ou clorificada se desenvolviam, tais como piscinas, chafarizes em jardins e em banhos particulares, o antigo deleite de dispor de uma paisagem aquática no espaço público era pouco a pouco esquecido. Ao mesmo tempo, a intimidade entre a higiene e a água começava a adquirir os perfis da ambição regeneradora em voga entre médicos, engenheiros e autoridades públicas, defensores do fortalecimento dos laços entre «água e regeneração social».

A partir da década de 1880, sobretudo, com a difusão dos estudos pasteurianos, tornou-se cada vez mais importante o uso de filtros e o exame de detecção de micróbios nas águas de rios e chafarizes. Em plena era de desenvolvimento da microbiologia, as supeitas em relação à pureza da água tenderam a aumentar. Enquanto isso, é claro, a canalização e os processos de filtramento deste fluido essencial à vida avançaram bastante, atingindo um número importante de resi-

---

<sup>26</sup> José M. de Azevedo Netto “Abastecimento de água de São Paulo: subsídios para a História (1ª parte)” in *Revista DAE*, ano XXXVI, nº106, 1976, pp.24-25.



dências, para além do antigo centro confinado aos limites do Triângulo. No entanto, a distribuição da água continuou longe de ser suficiente e igualitária entre ricos e pobres.

Em nossos dias, tal como no século XIX, uma rede heterogênea de discursos sobre a salubridade das águas disponíveis, assim como inúmeras suspeitas em relação às garantias de sua limpeza, fazem parte do cotidiano paulistano. A escassez de água com qualidade permanece uma ameaça atual. Sem dispor de chafarizes, mas já bastante habituados ao uso das torneiras, os paulistanos do presente continuam, portanto, a conduzir suas vidas em meio à longa e tumultuada história pela conquista da água.

---

**Denize Bernuzzi de Sant'Anna** - Doutora em história pela Universidade de Paris VII, professora da PUC-SP, atualmente prepara uma livre docência sobre a história da água na cidade de São Paulo.

# Os crimes que abalaram São Paulo no século XX

Edgard Luiz de Barros

“Eu nem sei si vale a pena  
Cantar São Paulo na lida,  
Só gente muito iludida  
Limpa o gosto e assopra avena,  
Esta angústia não serena,  
Muita fome pouco pão,  
Eu só vejo na função  
Miséria, dolo, ferida,  
Isso é vida?”

*Mário de Andrade*

Além da “lida”, São Paulo também é hoje a metrópole da violência, a cidade do medo e do crime. Não se trata apenas, como diz o trecho da canção famosa, de um lugar onde “o crime engana e a vida é grana”, mas de uma percepção cultural da cidade onde os habitantes se sentem mais reféns que moradores.

Como tudo na metrópole, os números são esmagadores. São Paulo é a 107ª cidade mais violenta do mundo, de acordo com a ONU (o Rio de Janeiro ocupa a 118ª colocação, e a Cidade do México, tida como extremamente perversa, ocupa a 127ª). Os 49 mil policiais militares que patrulham as ruas de nossa capital efetuam cerca de 12.000 flagrantes por mês, e o Estado de São Paulo detém mais de 40% da população carcerária do país. Somente no que refere ao crime de homicídio, um levantamento feito pelo Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade no Município de São Paulo (Pro-Aim) constatou que 4.999 pessoas foram assassinadas em 2003 na capital. Desse total, nada menos que 2.071 tinham entre 15 e 24 anos. Isso significa dizer que seis jovens por dia, em média um a cada quatro horas, são vítimas de homicídio em São Paulo. O Pro-Aim constatou também que mais de 93% das vítimas são do sexo masculino. Em 1920, o número de homicídios registrados na cidade foi de 24 casos ...

Enfim, o crime em São Paulo é um tema indissociável da própria compreensão de uma identidade cultural da cidade, sobretudo se pensarmos que a definição de uma identidade possível nos 450 de sua fundação passa, obrigatoriamente, pela percepção da paisagem humana e de uma lógica da mudança permanente. Assim, mais do que a descrição de casos célebres e emblemáticos, o que interessa no presente trabalho é a visualização do crime e dos criminosos no quadro de nossa história ao longo dos últimos e decisivos cem anos paulistanos.

## A gênese da violência e da grande cidade

Da mesma forma como não se pode, teleologicamente falar de continuidade quatrocentenária na evolução urbana de São Paulo, não é possível estabelecer critérios modernos para situar o conceito de criminalidade já no início da formação da cidade. Por outro lado, São Paulo já nasceu sob a égide da violência, com a predação dos habitantes originais do Planalto e o sistemático massacre das populações indígenas. Uma imagem em madeira de São Miguel, elaborada no período das Missões (1682-1706) na cidade de São Gabriel (RS), ilustra muito bem a fama dos paulistas no período colonial: em vez de ter o demônio sob seus pés, como na representação clássica, o arcanjo pisoteia a figura de um bandeirante, o ícone mais acabado de desbravador de São Paulo.

A imagem demoníaca do bandeirante paulista não era uma exceção no imaginário do período colonial. O historiador Sérgio Buarque de Holanda, em seu *Caminhos e Fronteiras*, relata a terrível fama das “gentes de São Paulo” pelo país afora. O capitão Juan Francisco Aguirre (1758-1811), comissário enviado pela Espanha para demarcar as fronteiras com Portugal, anotou em seu diário que “o nome de paulista é assombroso para os infieis (índios), que lhes cobraram um terror pânico.” Rodrigo César de Menezes, governador de São Paulo entre 1721 e 1727, conta que os castelhanos chamavam os paulistas de “feras”.

Mas a violência no período colonial não pode ser vista como a antepassada da criminalidade contemporânea. No máximo, podemos encará-la como uma espécie de “linguagem corrente” típica do período, característica, inclusive, da função de legitimação da dominação portuguesa. Os crimes na antiga e pobre Vila de Piratininga mal eram registrados. O primeiro caso de homicídio documentado na cidade só aparece em 1583, 29 anos depois da fundação oficial. A vítima era um franciscano espanhol, frei Diogo, assassinado por um soldado raso também espanhol, nas imediações da Luz. O religioso mendicante teve o infortúnio de pedir esmola justamente a militar coxo e anticlerical. Os problemas recorrentes nessa época eram a inexistência de cadeia na Vila, e a necessidade de reconstruir as muralhas que cercavam o triângulo em que estava o Pátio do Colégio, constantemente atacadas pelos índios. Ataques esses que eram uma reação à violência dos colonizadores portugueses.

Durante os períodos colonial e imperial brasileiros, as atividades que regulavam as relações entre os homens e a sociedade estiveram sob rígido controle dos governos centrais. As Ordenações do Reino e, posteriormente, a Constituição do Império, estabeleceram de forma exclusiva os direitos e obrigações dos cidadãos, servindo como base para a elaboração do Código Criminal e do Código do Processo Criminal. Mas apesar da rigidez burocrática colonial, os séculos 17 e 18 tinham, em São Paulo, uma justiça bastante elástica. O crime de homicídio, por exemplo, só era punido quando o autor atingia a sétima ou a oitava vítima. Afinal, não se podia prescindir de homens saudáveis naquela época, pois havia falta crônica de braços na cidade. São Paulo era um lugar tão remoto e miserável, que chegava a funcionar como abrigo de criminosos da Bahia e de Pernambuco. As capitanias possuíam em suas normas legais vigentes o “direito de couto”, isto é, um criminoso de outra capitania tinha o direito de refugiar-se em São Paulo sem ser punido.

Nas últimas décadas do século XIX, entretanto, tudo começou a mudar e o vislumbre da grande cidade também iniciou o primeiro desenho contemporâneo da criminalidade em São Paulo. De 1890 até cerca de 1940, o espaço urbano e a vida social em São Paulo foram caracterizados por concentração e heterogeneidade. Na última década do século XIX, a população da cidade cresceu 13,96% ao ano (ver tabela abaixo), e a área urbana sofreu um forte adensamento.

### **EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO Cidade de São Paulo e Região Metropolitana, 1872-1996**

Ano	São Paulo	Taxa de crescimento anual_(%)	Outros municípios da RM	Taxa de crescimento anual_(%)	Região metropolitana Total	Taxa de crescimento anual_(%)
1872	31.385					
1890	64.934	4,12				
1900	239.820	13,96				
1920	579.033	4,51				
1940	1.326.261	4,23	241.784		1.568.045	
1950	2.198.096	5,18	464.690	6,75	2.662.786	5,44
1960	3.781.446	5,58	957.960	7,50	4.739.406	5,93
1970	5.924.615	4,59	2.215.115	8,74	8.139.730	5,56
1980	8.493.217	3,67	4.095.508	6,34	12.588.725	4,46
1991	9.646.185	1,16	5.798.756	3,21	15.444.941	1,88
1996	9.839.436	0,40	6.743.798	3,07	16.583.234	1,43

*Fonte: Para 1872-1991, IBGE, Censo Brasileiro; para 1996, IBGE, Contagem 1996.*

*Obs: A região metropolitana de São Paulo é formada pelo município (cidade) de São Paulo e outros 38 municípios adjacentes (OM).*

Com o advento das primeiras fábricas e da industrialização, a outrora tranqüila cidade voltada aos serviços e negócios financeiros associados à exportação de café – atividade econômica dominante no estado de São Paulo até a década de 1930 – foi transformada num espaço urbano caótico. Na virada do século XX, a construção era intensa: erguiam-se novas fábricas uma atrás da outra, e residências tinham que ser construídas rapidamente para abrigar as ondas de trabalhadores chegando a cada ano. Os novos habitantes que chegavam para o trabalho, primeiro nas lavouras cafeeiras e em seguida para a atividade fabril, eram principalmente imigrantes europeus. Atraídos pelas oportunidades de emprego, eles vieram para o Brasil incentivados por uma política destinada a importar trabalhadores brancos qualificados para substituir os ex-escravos negros e “branquear” a população brasileira. Em 1893, as pessoas nascidas no exterior representavam 53% da população da cidade, de acordo com o censo. Esse foi o pico da imigração estrangeira, que diminuiu depois de 1900, quando a taxa de crescimento da população começou a cair. Em 1920, os estrangeiros representavam 36% da população.

A explosão demográfica e as péssimas condições de vida da população despossuída, de certa forma, potencializou condições para uma primeira expressão de criminalidade. A elite paulistana, a mesma que dizia que “a questão social era apenas um caso de polícia”, na frase de Washington Luís, presidente entre 1926 a 1930, demonstrava, então, a ambição de combater a criminalidade com uma receita “científica”. Conforme o historiador Boris Fausto, autor do clássico *Crime e Cotidiano: a Criminalidade em São Paulo (1880-1924)*:

“a elite achava que ia embelezar a cidade com a reforma urbana, colocar os pobres nos seus lugares e reduzir a delinquência” (Folha de S. Paulo, 28.11.2003). Era a receita positivista para enfrentar o surgimento da criminalidade moderna no espaço paulistano.

## O crime “Folhetim” e o “Bandido Robin Hood”

Apesar de manifestações cada vez mais sistemáticas de violência urbana, inclusive do ponto de vista de repressão política policial ao nascente movimento operário, o crime em São Paulo nas primeiras décadas do século XX tinha uma certa aura de redenção e revolta, envolta em sombrio romantismo. Muitas vezes, tudo se passava como num folhetim urbano, com a população transida acompanhando o desenrolar dos fatos e das investigações.

Logo na metade da primeira década do século, um dos episódios que mais comoção causou na cidade em expansão foi o chamado “Caso do Quartel da Luz”, com o assassinato do tenente Negrel. O notável Raoul Negrel, tenente do 24º Regimento de Infantaria do Exército francês, desembarcou na Estação da Luz em 21

de março de 1906. Era um dos três oficiais de alta patente cedidos pelo governo da França para adestramento da então Força Pública de São Paulo. Tratava-se de uma verdadeira reestruturação da tropa, e o tenente, que receberia as vantagens e as honras do posto de tenente-coronel, rapidamente ganhou prestígio e simpatia entre seus novos camaradas. Qual não foi a surpresa, então, quando, em 10 de junho daquele ano, o militar francês foi atingido, juntamente com outra vítima, o alferes Manoel de Moraes Magalhães, por tiros de carabina disparados por um sargento enraivecido, em verdadeira crise de xenofobia.

Dois anos depois, a cidade ficou ainda mais chocada com a descoberta de um assassinato bárbaro: o conceituado industrial de sapatos Elias Farhat foi assassinado por um pretense amigo e ex-empregado, Michel Trad, encaixotado dentro de um grande baú reforçado por uma caixa de zinco, e levado a um navio que zarpou do porto de Santos, para ser atirado ao mar. Descoberto, o assassino confessou o crime (motivado pela relação que teria com a mulher do industrial, a bela italiana Carolina), foi julgado, condenado. Após dezesseis anos de prisão, um decreto do governador do Estado permitiu que Trad ganhasse a liberdade. Escreveu um livro, abriu um escritório de representações comerciais ... e voltou para a cadeia. A polícia descobriu que ele havia desenvolvido uma nova atividade: tráfico de drogas. Dessa vez, Michel Trad acabaria sendo expulso do país, deixando o porto de Santos só com uma pequena mala – sem nenhum corpo dentro – no dia 10 de janeiro de 1928, para nunca mais voltar.

Curiosamente, no mesmo ano da expulsão de Trad ocorreria um segundo “crime da mala”, ainda mais brutal e que causaria um verdadeiro frenesi em São Paulo. Em outubro de 1928, José Pistone, com 21 anos, italiano radicado em São Paulo, matou a mulher Maria Fea. Ao que tudo indicou, sufocou a bela Maria Fea com um travesseiro após uma discussão, mutilou e esquartejou o corpo, colocou-o em uma grande mala e despachou a “encomenda” para o vapor Massilia. Antes do navio zarpar do porto de Santos, porém, o mau cheiro denunciou o cadáver dentro do baú. Ele foi aberto e o crime descoberto. José Pistone havia permanecido em terra, mas as investigações levaram à sua prisão. Cumpriu pena durante cerca de vinte anos e morreu doente, como zelador de um prédio em Taubaté, em 1956. Até hoje o túmulo de Maria Fea em Santos recebe visitas, orações e pedidos populares.

Os chamados “crimes de honra” também abalavam os paulistanos nas primeiras décadas do século XX. Um dos mais famosos foi o da professora Albertina Barbosa que, tendo sido desvirginada e engravidada por um sedutor, o advogado Arthur Malheiro de Oliveira, o matou a tiros em plena terça-feira de carnaval de 1909, dia 23 de fevereiro, no Hotel Bella Vista, próximo à Rua 15 de Novembro. Albertina, que esperou a chegada da polícia junto ao corpo, foi presa e transferida para a Cadeia Pública onde aguardaria o julgamento. Seu processo foi conturbado: na terceira instância, após uma absolvição e uma condenação, os jurados

concluíram que ela estava em “completa privação dos sentidos e da inteligência no momento do crime” e concederam sua liberdade em 19 de abril de 1910. Um grupo de arruaceiros teve de ser retirada à força do tribunal, pois não paravam de dar vivas ao marechal Hermes da Fonseca.

Do ponto de vista dos crimes contra o patrimônio, a São Paulo da República Velha teria alguns dos mais famosos ladrões “românticos” da história da criminalidade no Brasil. O maior arrombador de cofres de todos os tempos foi o mecânico italiano Frederico Gobbi, que começou a roubar em 1908 e só parou quando foi deportado, aos 70 anos, em 23 de novembro de 1928, para Gênova. Frederico chegou mesmo a inventar um complexo maquinário – o “aparelho de Gobbi” para perpetrar seus crimes. Seu maior assalto ocorreu no dia 9 de abril de 1915. Com mais dois parceiros, ele “depenou” a casa Edmond Hanau & Comp., considerada a mais importante e tradicional joalheria da cidade. Os ladrões entraram no prédio da joalheria, na Rua São Bento, abrindo um buraco na parede do edifício vizinho. O trabalho foi demorado, pois a retirada dos 75,5 cm de parede demorou alguns dias. Gobbi retirou os tijolos com tanta precisão que não quebrou nenhum deles. Com sua máquina, o arrombador abriu um imenso cofre e apropriou-se de monumental fortuna em jóias, pedras preciosas e dinheiro.

O maior e mais legendário de todos os ladrões da época, entretanto, foi Gino Amleto Meneghetti, o “Rei dos Telhados”. Meneghetti nasceu em Pisa, na Itália, em 1888, e chegou ao Brasil em 25 de julho de 1915. Agilíssimo, politizado, assaltava de terno e gravata, deixando em algumas residências até um cartão com seu nome. Em 4 de junho de 1926, após uma troca de tiros, ele teria matado Waldemar Mondim da Costa Doria, primeiro delegado de polícia morto em serviço em São Paulo. Meneghetti foi preso muitas vezes. Passou dezoito anos trancado em uma solitária na Penitenciária do Estado. Nas palavras do jornalista Percival de Souza, autor de *O Prisioneiro da Grade de Ferro*:

“diziam até, com certo carinho, que ele seria o nosso Àrsene Lupin, o nosso Robin Hood. Anos 30 e 40, prédios sendo derrubados, e Meneghetti sozinho na sua cela, cuspidando nos guardas, sendo algemado nos pés e mãos, a berrar *io sono uomo* (eu sou homem). Batizou um dos filhos com o nome de Spartacus, o escravo que desafiou o Império Romano. O outro filho chamou-se Lenine, o revolucionário russo, que nasceu um ano depois de 1917. Por isso, dizia-se que Meneghetti não era um bandido qualquer, era um bandido social, um subversivo, um homem de idéias anarquistas (*a polícia é formada por lacaios dos ricos*).”

Após muitas idas e vindas da prisão, cumprindo longas penas, Meneghetti recebeu do então governador Adhemar de Barros, no início da década de 1960 a autorização para a instalação de uma banca de jornal na Avenida Ipiranga, no centro de São Paulo. Sua última detenção, entretanto, ocorreria em 1970, com 82 anos, quando policiais militares o prenderam na rua Fradique Coutinho, com um

pé-de-cabra, um martelo e uma talhadeira. Ele estava quase cego, surdo e andava com dificuldade. Praticamente sem os movimentos dos braços e das pernas, vítima de uma trombose, o bandido morreu em maio de 1976. Vizinhos acusaram parentes de Meneghetti de não dar comida ao idoso. Assim terminou a lenda de Gino Amleto Meneghetti, o “Rei dos Ladrões”.

## O Castelinho, o Restaurante Chinês , o “Monstro de Guaianazes” e a “Macumbeira da Morte”

Os primeiros anos da década de trinta foram particularmente perturbadores para a cidade de São Paulo. Entre outubro de 1930 e setembro de 1934, ano da nomeação de Fábio da Silva Prado, a cidade contou com nada menos do que dez chefes diferentes do Executivo municipal, mais do que o dobro dos prefeitos do período anterior, que se estendeu por trinta anos. Ao mesmo tempo, as classes dominantes paulistas relutavam em aceitar os jovens oficiais fiéis ao Governo Provisório de Getúlio Vargas designados como interventores do Estado, o que também provocava instabilidade nas máquinas administrativas municipais e estaduais.

Mas a instabilidade política da década não implicava em descontrole na ocupação do espaço urbano, nem em intranquilidade social em termos de aumento da criminalidade. Havia, mesmo, uma permanente sensação de segurança nas ruas, no transporte coletivo (os bondes) e nos estabelecimentos comerciais. Nem a comoção causada pelo Movimento Constitucionalista de 1932, com a subsequente derrota paulista e a ocupação do Estado, propiciou qualquer aumento significativo da marginalidade e a multiplicação de crimes. Muito diferente dos tempos dramáticos da Revolução de 1924, quando a cidade foi bombardeada, com a população fugindo em massa para o interior e a existência de saqueadores nas ruas, em 1932 a capital paulistana não sofreu efeitos físicos da derrota militar.

Ao longo dos anos trinta, pode-se dizer que dois dos crimes mais famosos de todos os tempos, que ficariam para sempre no imaginário da cidade, ocorreram em 1937 e 1938.

Na noite de 12 de maio de 1937, São Paulo ficou paralisada com uma tragédia descoberta em uma mansão localizada na esquina da Rua Apa com a Av. São João, um verdadeiro castelinho medieval, com torres e ameias nas muradas. Ali estavam os corpos da família Reis, ricos proprietários do famoso Cine Broadway, de terrenos e casas no nobre bairro do Pacaembu. Conforme a versão policial oficial, o filho Álvaro César dos Reis, engenheiro, desportista com perfil de playboy, com 45 anos, tinha planos de transformar o cinema da família em um ringue de patinação de gelo, que seria o primeiro do Brasil. Como a mãe, Maria dos Reis, de 73 anos, não concordou em dar a grande soma para o caríssimo empreendimento,



ele a matou, assassinou em seguida o irmão Álvaro e se suicidou com dois tiros no peito. A mansão da Rua Apa, conhecida como o “Castelinho”, era uma referência na região central de São Paulo, e a família Reis muito conhecida na cidade. O crime do Castelinho deixou os paulistanos em polvorosa, com um bombardeio incessante da imprensa e todo tipo de “revelações” especulativas. Fechando a hipótese dos assassinatos seguidos de suicídio, a polícia encerrou as investigações e concluiu o inquérito, mas essa conclusão até hoje é refutada por pesquisadores como o ex-policiaI Milton Bednarski, que se especializou em estudar crimes antigos. Em várias declarações, ele afirma taxativamente que haveria uma quarta pessoa no Castelinho naquela noite - talvez até um parente - e, visando a herança da fortuna dos Reis, assassinou os três membros da família. Outra pesquisadora, Susan Iannace, também compartilha essa hipótese, considera Álvaro inocente e continua trabalhando para descobrir o verdadeiro assassino. Seja como for, a vítima final dessa história seria o próprio Castelinho, amargando até os nossos dias a fama de “mal-assombrado”, e existindo apenas como uma triste ruína.

Na quarta-feira de cinzas de 1938, dia 1º de março, a cidade e o delegado de plantão na Central de Polícia, Alfredo de Assis, levaram um grande susto. A polícia do centro, acostumada a investigar apenas pequenos furtos e registrar casos de brigas, descobriu quatro corpos assassinados no chão de um dos primeiros restaurantes chineses da capital, na Rua Wenceslau Brás, número 13. Era o famoso “Crime do Restaurante Chinês”, com o assassinato de seus proprietários, Ho Fung e Maria Akiau, mais dois empregados. Os homens foram atingidos com golpes de madeira na cabeça e a mulher foi estrangulada. Mais tarde, os peritos descobriram que Maria também sofreu uma ruptura no fígado, causada pela pressão dos joelhos do assassino sobre seu corpo, enquanto apertava sua garganta. Nada foi roubado.

Quem primeiro encontrou os cadáveres foi o cozinheiro Pedro Adulkas, que correu para informar à polícia. Tudo se fez para apurar a autoria daquela terrível chacina para a época. As investigações policiais conduziram ao suspeito Arias de Oliveira, um ex-empregado demitido pelo patrão. O caso se arrastou durante anos. Oliveira foi inicialmente condenado em 1940, mas seu advogado, o criminalista Paulo Lauro (que seria prefeito de São Paulo em 1947), contratado pela Frente Negra do Brasil para defendê-lo, recorreu da sentença e conseguiu um novo julgamento no Tribunal do Júri. Paulo Lauro, habilíssimo advogado, conseguiria demolir a prova material (um paletó encontrado no local do crime, pretensamente pertencente a Arias) e nublar as conclusões policiais. Venceu a batalha e conquistou a liberdade para o acusado. Voto vencido, o desembargador Amorim Lima declarou: “Raramente um crime misterioso foi tão bem elucidado por um conjunto harmônico de provas. Eis por que, optei pela condenação desse terrível facínora.”

Arias de Oliveira saiu da prisão em 27 de agosto de 1942 e obteve uma indenização do Estado pelos quatro anos que passou atrás das grades. Trabalhou como motorista de taxi e negou, até morrer, sua autoria no “Crime do Restaurante Chinês”.

No começo da década de 1940, a capital paulista já era a cidade que mais crescia no mundo em área e população. Em 1941, São Paulo se caracterizava como o maior centro industrial da América Latina, com cerca de 4.000 fábricas e mais de 1.300.000 habitantes. Entre 1939 e 1949, o número de operários fabris aumentou em 81%, enquanto o valor da produção industrial cresceu nada menos do que sete vezes. A infra-estrutura urbana também se expandiu, mas sempre com atraso em relação às necessidades da população.

Gigantescas obras alteravam intensamente a paisagem urbana e acelerava-se a migração urbana, com milhares de nordestinos chegando a São Paulo. A cidade possuía doze bibliotecas, dez estações de rádio e setenta cinemas e teatros.

A primeira grande preocupação do Executivo municipal, chefiado por Francisco Prestes Maia (nomeado em 1938 e presente no poder até 1945) foi o prosseguimento da ligação do centro, extremamente adensado e verticalizado em função da concentração de estabelecimentos comerciais e financeiros e das burocracias públicas e privadas, com os principais bairros ao redor, através de longas avenidas radiais.

A tremenda concentração populacional (que atingiria a cifra de 2,5 milhões de pessoas em 1954, ano das comemorações do IV Centenário) e a expansão da área urbana, com a formação sistemática de novos bairros e loteamentos também ajudou a redesenhar a criminalidade na cidade. Os pequenos crimes, sobretudo furtos e roubos, começaram a se multiplicar, e as difíceis condições de moradia e sobrevivência (com o processo de cortiçamento e o surgimento das primeiras favelas) provocavam conflitos mais sistemáticos entre as pessoas, inclusive propiciados pelo crescente alcoolismo.

Os grandes crimes violentos também continuaram a atrair a atenção da imprensa e da população. Em 1948, por exemplo, uma tragédia chocaria a cidade. No mesmo lugar onde vinte e seis anos mais tarde, em 1974, ocorreria o enorme incêndio do Edifício Joelma (que matou mais de cem pessoas), na esquina da Rua Santo Antônio com a Av. Nove de Julho, um professor e químico farmacêutico, Paulo Ferreira de Camargo, assassinou a mãe e as duas irmãs e escondeu os corpos. Interrogado pela polícia, Camargo se mataria no banheiro de sua casa, em novembro de 1948, levando para o túmulo os motivos que o fizeram cometer a chacina.

No início da década de 1950, o que mais aterrorizava a cidade era o pior maníaco sexual jamais surgido em São Paulo, que percorria os bairros e regiões mais distantes do centro, estuprando e matando. Seu nome era Benedito Moreira de Carvalho, e ele seria finalmente preso em 30 de agosto de 1952, após um intenso e brilhante trabalho de investigação policial. Capturado e interrogado, Carvalho

confessou imediatamente dez dos seus crimes, sem nenhum constrangimento ou remorso. Entre os mais recentes, estavam dez estupros, sendo nove acompanhados de homicídio. Na verdade, Benedito, conhecido como o “Monstro de Guaianazes”, já havia sido preso outras três vezes anteriores e contabilizava na época 34 acusações, entre estupros, atentados violentos ao pudor e assassinatos.

O “Monstro de Guainazes” era ainda mais feroz do que outro maníaco assustador da década de vinte, José Augusto do Amaral (o “Preto Amaral” ou “Bicho-Papão” e “Papão de Crianças”), que entre 1926 e 1927 assassinou e estuprou pelo menos quatro meninos pobres, aterrorizando a cidade. E não seria superado nem mesmo por Francisco de Assis Pereira, o pavoroso “Maníaco do Parque” que, no decorrer do primeiro semestre de 1998, estupraria e assassinaria com requintes de grande crueldade várias mulheres nas matas do Parque do Estado (zona sul de São Paulo), totalizando pelo menos dez vítimas mortas.

Benedito Moreira de Carvalho tinha predileção por crianças de origem oriental, “caçando” suas presas com absoluta frieza e determinação. O delegado Joaquim Pinto de Castro, que fez o relatório final sobre os crimes de Benedito, comentou: “É de assombrar, de estarrecer a alma, o sangue frio com que esse homem se dispunha, no recesso do seu lar, como um negociante ou colecionador, a catalogar seus crimes.” Tendo passado os últimos vinte e cinco anos de sua vida recolhido no Manicômio Judiciário de Franco da Rocha (atual Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico “Prof. André Teixeira Lima”), o “Monstro de Guaianazes” ou o “Monstro das Japonesinhas” morreu em 11 de outubro de 1977, calmo e sentado, apesar de franzino e debilitado, aos 68 anos de idade.

Muitos outros crimes famosos continuaram agitando a metrópole (que teve seu primeiro prefeito eleito desde a República Velha em 1953, Jânio da Silva Quadros) no decorrer da década de 1950. Podem ser citados, o caso do primeiro seqüestro significativo de criança, ocorrido em 17 de abril de 1956, do menino Eduardo Jayme Benevides, que tinha três anos e meio de idade e foi localizado graças ao cachorro pastor alemão da Força Pública *Dick*, e o de Florinda Marques Alves, que foi parar nas manchetes de jornal em julho de 1956 sob o epíteto de a “Esquartejadora da Casa Verde”. Ofendida e agredida pelo marido, Florinda matou-o a marteladas, esquartejou o corpo com a ajuda do amante e da irmã enfermeira e atirou os pedaços, acondicionado em três malas, no Rio Tietê. A “Esquartejadora” seria defendida pelo famoso criminalista Paulo José da Costa Jr. (um dos maiores estudiosos dos crimes históricos em São Paulo), que conseguiu a inacreditável proeza de absolvê-la em primeira instância por legítima defesa. Pegou apenas dois anos por ocultação de cadáver.

Da mesma forma, podemos falar da tragédia do médico Abelardo Paiva, que matou na Igreja Santa Terezinha, em Higienópolis, bairro nobre da cidade, o industrial Silvio Marchioni, no dia 15 de janeiro de 1959. Silvio, assassinado a tiros,

havia acabado de se casar com a ex-noiva do médico, Silvia Rosalinda Sampaio, e Abelardo, enlouquecido de ciúmes friamente acabou com o noivo.

Uma das famosas criminosas da época, entretanto, foi Cezarina Martins do Nascimento, a “Macumbeira da Morte”. Proprietária de uma tenda de umbanda na Lapa, onde atendia muitos clientes, inclusive das classes mais abastadas, Cezarina procurava resolver os problemas conjugais de suas consulentes preparando todo tipo de poções emporcalhadas ou envenenadas (pinga com raspas de unha, pedaços de cobra, inseticida) e, em casos mais extremos, servindo aos maridos delas comida caseira fartamente temperada com formicida e vidro moído. A “Macumbeira da Morte” foi presa em 7 de janeiro de 1959, fugiu, mas foi recapturada anos mais tarde e levada a julgamento pelo assassinato do ferroviário João Rosa, intoxicado pelas “guloseimas” da mãe-de-santo. Acabou condenada a 14 anos de prisão, mas permaneceu para sempre um mistério o número total de vítimas de Cezarina.

## Crescimento e autoritarismo

Outros tempos, novos problemas e muitos crimes. Era assim que São Paulo, crescendo e se enovelando cada vez mais, adentrava nos anos sessenta. Na gestão de Francisco Prestes Maia, que voltava à Prefeitura em abril de 1961, eleito pelo voto popular, o compromisso era a implantação de uma “administração técnica” que atacasse os problemas fundamentais da capital, priorizando os serviços urbanos, como a melhoria das condições de transporte, a retificação do Tietê e os mercados distritais. As novas e cada vez maiores periferias ficaram em segundo plano, secundarizadas e, com elas, as áreas sociais. Atendia-se, assim, as demandas de uma burguesia mais complexa, que procurava sofisticar a atividade industrial e financeira da maior metrópole da América Latina, capital dos negócios brasileiros.

O crime, seguindo a esteira do desatendimento social e de novas possibilidades de lucro, também se revigorou. Assaltos à mão armada tornaram-se cada vez mais freqüentes, e os roubos de automóveis começaram a ser constantes. Um dos principais atrativos aos ladrões já eram os estabelecimentos bancários e financeiros. O assalto da década ocorreu em 27 de janeiro de 1965, quando uma quadrilha chefiada pelo grego Evangelos Demitrius Flegas conseguiu roubar a estratosférica quantia de meio bilhão de cruzeiros do Banco Moreira Sales, na Praça do Patriarca. Um dos assaltantes, Garifalous Nicolas Krassas assassinou o bancário José Pepe quando este reagiu ao roubo, na Rua Líbero Badaró.

O crime mobilizou toda a polícia paulista. Nunca a Secretaria de Segurança Pública, na época comandada por Cantídio Sampaio, havia gasto tanto dinheiro para elucidar um caso. Apesar do Banco Moreira Sales ter arcado com parte das despesas, a polícia gastou em um mês toda a verba prevista para o primeiro

trimestre do ano. Após todo esse esforço, os gregos foram capturados e a quase totalidade do produto do assalto recuperada.

Crimes bárbaros e patológicos também continuaram na pauta da imprensa e nos olhos do público, como o caso de Francisco Costa Rocha, o “Chico Picadinho”, que por duas vezes, em 2 de agosto de 1966 e 15 de outubro de 1976, matou e retalhou em várias partes o corpo das mulheres vitimadas. Dotado de personalidade psicopática, “sádica e perversa”, “Chico Picadinho” ainda está confinado na Casa de Custódia e Tratamento Psiquiátrico de Taubaté. Outro maníaco estuprador e assassino que aterrorizou os paulistanos foi o chamado “Monstro do Morumbi”, que agiu em São Paulo entre 1969 e 1970, tendo sido preso tempos depois em Belém do Pará. Neste caso, não podem ser citados nomes, visto que o “Monstro do Morumbi” já cumpriu sua pena e está atualmente em liberdade.

Um grande emblema da década de sessenta foi o “Esquadrão da Morte”, organizado pelo delegado torturador Sérgio Paranhos Fleury, que possuiu policiais justiceiros célebres, como “Correinha” e “Fininho”. O “Esquadrão” agiu sobretudo entre 1968 e 1970, anos de tremenda repressão política na cidade e no país, com os torturadores do DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social, criado em 1924 e reformulado para Departamento Estadual de Ordem Política e Social-DEOPS, em 1975) e da Operação Bandeirantes (vinculada ao Exército, através do DOI-CODI) barbarizando impunemente não só os opositores da ditadura militar brasileira, mas todo e qualquer suspeito de “subversão” ao regime. Também foram tempos de enorme corrupção policial, de extorsão e promiscuidade entre os que deveriam representar a lei e o mundo do crime.

É importante ressaltar que, nas décadas de 1960 e 70, incrementou-se muito o processo de privatização dos interesses coletivos pelos donos do poder paulistano, estruturando uma relação na qual a maioria dos habitantes passou a ver o espaço público apenas como propriedade privada do poder constituído, e jamais como responsabilidade coletiva dos cidadãos. Este patronato político usou e abusou da coisa pública como coisa sua, manipulando a vontade as camadas populares e tratando a cidade como um “problema urbano” que devia ser equacionado e resolvido unicamente pela administração legalmente estabelecida. Ano após ano, o destino da cidade foi sendo negociado com os interesses econômicos, através de instrumentos como cooptação, corrupção, lobby ou outras formas de repressão utilizadas pelos que conseguiam ter acesso à mesa centralizadora de decisões.

Na década de oitenta, com a crise econômica e o questionamento da ordem político-institucional do país, a questão urbana se politizou intensamente e entraram em cena atores até então menos articulados. A politização do urbano em São Paulo, na verdade, remonta à própria constituição de um território popular: durante os anos de expansão das periferias, em cada precário bairro novo que se

formava, micromovimentos reivindicatórios se organizavam para conseguir água, luz ou extensão de linhas de ônibus para o local. O interlocutor desses movimentos foi, desde sempre, o poder público, de quem se esperava obter as melhorias desejadas. Toda uma rede de intermediações políticas se constituiu a partir daí, marcando o recrudescimento do clientelismo e do populismo como forma de relação da sociedade civil com seus representantes, quando começou a se dar a erosão final da ditadura militar. Sob essa perspectiva, bens e serviços urbanos se transformaram (como já havia ocorrido na metade da década de 1940 e nos anos 50) em estratégicas moedas de barganha, capazes de assegurar votos ou determinar esferas de controle político.

Até o final dos anos oitenta, mesmo após a volta da autonomia municipal, tivemos, então, ações do poder público pautadas por maquiagens democráticas expressas no pseudo-atendimento às demandas dos movimentos reivindicatórios mais politizados, mesclados com os mesmos procedimentos tecnocráticos de intervenção no espaço urbano. Projetos de obras faraônicas, que causaram impacto na mídia mas não se levantaram do papel, serviços atrelados aos interesses de grupos econômicos, monumentos reverenciados e arcos arquitetônicos iluminados, ruas bem cuidadas somente em bairro de classe média alta e todo tipo de teatralidade marcaram os anos oitenta, sobretudo no período da administração Jânio Quadros (1986-1988).

Na base, tudo isso permaneceu contraposto à necessidade da maioria da população urbana cada vez mais empobrecida e espoliada por um modelo concentracionista, tanto de renda como dos benefícios inerentes à vida das pessoas na cidade. Nas enormes periferias, nos loteamentos e assentamentos clandestinos, nos cortiços e nas favelas, o Estado se liquéfazia e a normas passavam a ser aquelas ditadas pela marginalidade e criminalidade.

Essa São Paulo de crescimento e pobreza dos anos setenta e oitenta, com seus inumanos processos de segregação e exclusão social - sobretudo das periferias - criou um verdadeiro “Manual Prático do Ódio”, parafraseando o título de um livro do jovem escritor do Capão Redondo (um dos bairros mais violentos da cidade), Férrez. Cristalizou-se, assim, a verdadeira banalização da vida na cidade, com furtos, roubos, estupros, homicídios, latrocínios e seqüestros cada vez mais constantes e comuns.

No plano dos crimes passionais e da violência contra a mulher, não se pode deixar de mencionar a tragédia de Eliane de Grammont, barbaramente assassinada por seu ex-marido, o cantor Lindomar Castilho. No começo da madrugada de 30 de março de 1981, Eliane, uma bela cantora de 26 anos, apresentava-se no café Belle Époque, na Alameda Santos, acompanhada pelo violão de Carlos Randall, primo do ex-marido. Lindomar, famoso cantor de boleros da época, inconformado com a separação, tomado de ciúme e fúria, aproximou-se rapidamente dos

artistas e disparou cinco vezes seu revólver Taurus calibre 38. Eliane deixou uma filha, então com 5 anos, e uma enorme indignação na população de São Paulo.

Preso e condenado em 25 de agosto de 1984, Lindomar Castilho já há vários anos terminou de cumprir sua pena e está em liberdade. Por outro lado, a tragédia de Eliane foi muito significativa para a mobilização e o incremento do combate à violência contra a mulher, com a formação de Delegacias Especializadas e criação de entidades para o atendimento às vítimas.

## O surgimento da narcoditadura e a barbárie quadrilheira

A questão da droga e do tráfico desde há muito tempo vem se consubstanciando como um dos alicerces da criminalidade em São Paulo, da mesma forma como em todas as grandes metrópoles do mundo. O fascínio pela droga, a experimentação, o uso mais freqüente e a dependência formam a mola propulsora de uma engrenagem monumental que, contemporaneamente, é um dos maiores flagelos da humanidade: a *narcoditadura*, para usar a feliz terminologia que dá título ao último livro do jornalista Percival de Souza. O narcotráfico é uma espécie de cimento entre todos os tijolos que formam a muralha do crime, movimento lucros indescritíveis, que se mesclam com tudo, do contrabando e pirataria à corrupção estatal, da indústria da extorsão ao dinheiro de seqüestros.

No final da década de 1970, a cocaína se insinuou mais fortemente entre a marginalidade, e se alastrou na forma de epidemia na década seguinte. A partir dos anos 90, em São Paulo, a cocaína em pó cedeu lugar ao crack, que tomou conta da periferia e invadiu, inclusive, as prisões, redefinindo o mapa da droga e da atividade dos traficantes. A necessidade de divisão do trabalho para ganhar eficiência no tráfico e na distribuição da droga levou à formação de novas e muito mais violentas quadrilhas e associações de criminosos.

E por falar em crack, é importante notar que este tipo devastador de droga também significa em São Paulo uma devastadora imagem de degradação urbana, definindo mesmo um verdadeiro território: a “Cracolândia”. Os limites dessa área degradada seriam as avenidas Rio Branco, Duque de Caxias, Rua Mauá, Av. Cásper Líbero e Avenida Ipiranga, na região da Santa Efigênia. Ela possui uma história bastante interessante para ilustrar a desintegração urbana do centro paulistano, e as relações desse processo com a criminalidade.

Parte da região da Santa Efigênia/Santa Cecília é conhecida, desde o começo do século XX, como o local da “Boca”. Até meados do século era a maior área de prostituição de São Paulo. Também foi nesse local que se instalaram as maiores “fumeries”, casas de ópio e maconha para classes abastadas nas décadas de 1920 e 1930. Neste período e nas décadas seguintes, existiram alguns locais de tráfico que se tornaram famosos. A maior parte deles se situava próximo a Av. São João.

Em 30 de dezembro de 1953, na gestão do governador Lucas Nogueira Garcez, foram fechadas as casas de prostituição do Bom Retiro. A maioria das prostitutas se instalou na região da Santa Efigênia, principalmente no chamado “polígono do pecado”, espaço compreendido entre a Duque de Caxias, Conceição, Timbiras e São João. A poucas quadras dali, próximo as estações ferroviárias, criou-se o “lixão”, compreendido pelas ruas dos Protestantes, Triunfo, Aurora, Vitória e Gusmões. O tráfico de drogas ilícitas acompanhou a prostituição, tendo esta área se tornado o principal centro de distribuição de maconha da capital. Um famoso traficante que atuou no “lixão” foi Joaquim Pereira da Costa, vulgo Quinzinho, que permaneceu na área da década de 1950 até a de 1980. Outro criminoso célebre que marcou a região foi Hiroito de Moraes Joanides, conhecido como “Rei da Boca”. Menos especializado e mais eclético que Quinzinho, Hiroito não atuava somente numa modalidade criminal, sendo processado repetidas vezes por homicídio, roubo, furto, porte ilegal de arma, falsificação e também por tráfico de drogas.

Com o correr dos anos a região compreendida entre a Av. São João até a Estação da Luz foi se tornando uma só, e sua degradação acabou com distinção entre o “polígono do pecado” e o “lixão”. Um dos principais motivos foi o desuso em que caíram as estações Júlio Prestes e Luz. Outro fator foi, provavelmente, a concorrência com a “boca do luxo”, situada próxima a Vila Buarque, que abocanhava os clientes mais endinheirados. Atualmente, a antiga zona boêmia de Santa Efigênia é conhecida apenas como “boca do lixo”, numa alusão à baixa prostituição, e a *Cracolândia* vem protagonizando as mais deprimentes cenas de miséria humana do centro de São Paulo.

A *narcoditadura* significa também uma espécie de globalização do crime, onde as coisas acontecem de forma gigantesca, rápida e impessoal. O médico Drauzio Varela sintetizou muito bem essa nova ordem que acabou com os bandidos individuais, famosos por sua trajetória marginal e dotados de um simulacro de valores “éticos”. Em suas palavras: “os princípios éticos do passado foram substituídos simplesmente pela lei do mais forte. Entramos na era do crime sem face humana identificável, quadrilheiro, em que a vida do criminoso pode ser suprimida com a mesma imprevisibilidade com a qual ele tira a vida alheia.”(FOLHA DE S.PAULO, 28 de novembro de 2003)

Vivemos hoje o domínio dos “partidos do crime”, as grandes facções organizadas, como o PCC (Primeiro Comando da Capital), que procuram dominar as prisões e estabelecem uma enorme rede de relações e extorsões. No caso do PCC, São Paulo jamais vai esquecer o domingo cinzento, 18 de janeiro de 2001, o “dia do demônio” do sistema penitenciário paulista.

Ao meio-dia daquele triste domingo, foi promovido o maior motim da história brasileira, talvez sem paralelo em nenhum outro país. Simultaneamente, 29 presídios localizados em 19 cidades do Estado de São Paulo se rebelaram. Conec-



tada por uma rede de telefones celulares, a liderança do PCC precisou apenas de trinta minutos para assumir total controle da situação a partir do Complexo Penitenciário do Carandiru, na zona norte paulistana. O movimento envolveu cerca de 28.000 detentos, e mais de 10000 familiares que estavam em visita aos presos foram tomadas como reféns.

Com seu lema falsamente comprometido de “paz, justiça e liberdade” o PCC demonstrou, como nunca se viu antes na história do crime organizado em nosso país, que a criminalidade está preparada para tomar o lugar do Estado, e que a barbárie cada vez mais está conseguindo desintegrar a civilização. Outras facções menores, como o CRBC (Comando Revolucionário Brasileiro da Criminalidade), CDL (Conselho Democrático da Liberdade) e Seita Satânica também agem dentro e fora das prisões, no âmbito estadual e, principalmente, municipal em São Paulo.

Nas grandes avenidas paulistanas pessoas são mortas a tiros sem nenhuma razão, e assaltos nas ruas estão completamente banalizados, sem falar dos infames seqüestros relâmpagos e práticas cotidianas de extorsão. Todos obedecem, e os inimigos dos bandos armados são apanhados, julgados e executados sumariamente. O pior, é que a “grife” do “partido do crime” exerce uma atração enorme para o jovem seduzido pela marginalidade, sobretudo em função de suas tremendas dificuldades sociais contemporâneas. E para se drogar, até mesmo rapazes da classe média paulistana já roubam e matam. Inclusive os próprios pais.

## Em defesa da civilização nas terras de Piratininga

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a doença da violência como: “uso intencional de força física ou poder, em ameaça ou de fato, contra uma pessoa, grupo de pessoas ou comunidade, que resulta ou tem potencial de resultar em ferimento, morte, dano psicológico, problema de desenvolvimento ou privação.”

Incessante, recorrente, repetida ao infinito no decorrer de nossa história, a violência contemporânea em São Paulo é um mal crônico e assustador. Somos, hoje, cidadãos divididos, fazendo juras de amor e tremendo de medo da megalópole orwelliana que está nos engolindo. O enfrentamento do crime e da violência talvez seja a mais necessária de todas as certezas da contemporaneidade paulistana. Isso não passa pela construção de fossos e muralhas em torno da cidade, como na Idade Média. E nem do controle de suas entradas, da vigilância paranóica dos estranhos, da simples repressão policial e da resposta armada, com mais homens armados em todas as esquinas.

A solução está na própria defesa da Civilização. No cultivo dos valores civilizatórios fundamentais, no respeito ao outro, na construção permanente e sistemática de mais oportunidades para todos, no absoluto cuidado com a coisa pública e

na superação do irracionalismo e do obscurantismo das sombras da manipulação política, social e econômica.

No ano dos 450 anos, essa parece ser a reflexão mais necessária e a missão mais urgente. Afinal, olhando para essa São Paulo mutante, efervescente e avessa a definições, é fácil lembrar que a roda da História não deixa de girar e não gosta de sombras. No começo do século XXI, temos o direito de aspirar uma cidade reinventada pelos que acreditam em fraternidade, dignidade e em uma vida melhor para todos os paulistanos. Retomando a poesia de Mário de Andrade, pode-se buscar nele uma iluminação para nossa visão de futuro:

“São Paulo comoção de minha vida ...  
Galicismo a berrar nos desertos da América!”  
(...)  
“Minha loucura, acalma-te!  
Veste o water-proof dos também!  
Nem chegarás tão cedo  
À fábrica de tecidos dos teus êxtases;  
Telefone: Além, 3991  
Entre estas duas ondas plúmbeas de casas plúmbeas,  
Vê, lá nos muito-ao-longes do horizonte,  
A sua chaminé de céu azul.”

## Fontes consultadas

- ALCAIDE, Luísa & SANTOS, Luís Carlos. *Caçada ao Maníaco do Parque*. Escrituras,. São Paulo, 1999.
- AMORIM, Carlos. *CV – PCC: a irmandade do crime*. Rio de Janeiro, Record, 2003.
- ARBEX, José & TOGNOLI, Cláudio. *O Século do Crime*. Boitempo. São Paulo, 1996.

- BARROS, Edgard Luiz de. “*Desenvolvimento e Planejamento Urbano em São Paulo durante a República Velha*”. Revista do Arquivo Histórico Municipal (ANTOLOGIA), DPH/SMC, 2004. Ano LXX, no. 202.
- BARROS, Edgard Luiz de. “*Decadência Paulistana*”. Revista Revés do Aveso. Centro Ecumênico de Publicações e Estudos Frei Tito Alencar de Lima, 1995. Ano IV, no. 10.
- BARROS, Edgard Luiz de. “*São Paulo, Sombra e Luz*”. In: SEGATTO, Norian & ROVAI, Renato. *Por Trás da Máscara*. Publisher Brasil. São Paulo, 1996.
- BARROS, Edgard Luiz de & BRAZ, Elizabeth (org.). *O Planejamento Urbano em São Paulo: Documentos*. COGEP/PMSP-FUNDAP. São Paulo, 1979.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. EDUSP/Editora 34. São Paulo, 2000.
- CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de et. Al. *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*. Loyola, São Paulo, 1976.
- CAMPOS, Candido Malta; GAMA, Lúcia Helena; SACHETTA, Vladimir (orgs.). *São Paulo, metrópole em trânsito: percursos urbanos e culturais*. Editora SENAC São Paulo, 2004.
- CASOY, Ilana. *Serial Killers: made in Brasil*. Arx. São Paulo, 2004.
- COSTA Jr., Paulo José da. *Crimes Famosos*. Millenium. São Paulo, 1998.
- COSTA Jr., Paulo José da. *Meu São Paulo? ... Nunca Mais!* Arx. São Paulo, 2003.
- CRIMES em São Paulo*. Catálogo de Fundos dos Juízos da Capital existentes no Arquivo do Estado de São Paulo (1821-1899). IMESP. São Paulo, 1998.
- “*Crimes que Abalaram SP*”. JORNAL DA TARDE. São Paulo; série de 25 reportagens publicadas aos domingos, entre 7 de setembro de 2003 e 21 de março de 2004.
- FAUSTO, Boris. “*Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*”. Brasiliense. São Paulo, 1984.
- FERRÉZ. *Manual Prático do Ódio*. Objetiva. São Paulo, 2003.
- FONSECA, Guido. *Crimes, criminosos e a criminalidade em São Paulo*. Editora Resenha Tributária. São Paulo, 1988.
- FONSECA, Guido. *O submundo dos tóxicos em São Paulo*. Editora Resenha Tributária. São Paulo, 1988.
- MINGARDI, Guaracy. *A Geografia das Drogas Ilícitas em São Paulo*. Mimeo. Pesquisa UNESCO. Paris, 1998.
- MINGARDI, Guaracy. *Tiras, Gansos e Trutas: cotidiano e reforma na Polícia Civil*. Scritta. São Paulo, 1992.
- SALLA, Fernando. *As Prisões em São Paulo, 1822 a 1940*. Annablume. São Paulo, 1998.
- “*Signos de um novo tempo: a São Paulo de Ramos de Azevedo*”. Revista CIDADE. DPH/SMC, janeiro de 1998. Ano V, no. 5.

- SOUZA, Percival de. *Narcoditadura. O caso Tim Lopes, crime organizado e jornalismo investigativo no Brasil*. Labortexto. São Paulo, 2002.
- SOUZA, Percival de. *O Prisioneiro da Grade de Ferro*. Traço Editora, São Paulo, 1983. 2ª edição.
- “SP 450. Crimes da Cidade em Mutação”. FOLHA DE S.PAULO. São Paulo, 11 de janeiro de 2004.
- “SP 450. Relação de paulistano com SP é marcada por amor e medo”. FOLHA DE S.PAULO. São Paulo, 8 de dezembro de 2003.
- “SP 450. Violência”. FOLHA DE S.PAULO. São Paulo, 28 de novembro de 2003.
- UCHÔA, Marco Antônio. *Crack: o caminho das pedras*. Ática. São Paulo, 1996.

---

**Edgard Luiz de Barros.** Historiador, Cientista Político, Escritor e Editor. Um dos fundadores do Instituto de Estudos Avançados da USP (1986-1989). Criador da Coleção *O Cotidiano da História* (Editora Ática), publicou cerca de 45 livros, onde se destacam: *Getúlio!* (NANKIN), *Tiradentes* e *A Guerra Fria*. Secretário Acadêmico e Editor do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psiquiatria Forense e Psicologia Jurídica do IPq- HCF- M USP. Colaborador do Instituto de Saúde Mental – ISAM (Taubaté-SP).



# Quatro quadros paulistanos

Fernando Bonassi

## Ladainha Do Assassino Frio

Assassino frio, arranhado, roxo, machucado, sentado diante do cadáver abatido e cada vez mais morto, quase ausente, quase entediado, quase sorrindo, ouvindo ecos de sua mente, talvez o tráfego distante, respirando profundamente o ar viciado, um bigode de cocaína atravessado por cima dos lábios inchados, os dentes descoloridos por cigarros chupados (e cáries imemoriais), colocando um CD promocional meloso, aumentando no último volume, ensaiando passos de dança à Gene Kelly em câmera lenta no carpete de madeira e nas cerâmicas respingadas, colhido por uma série de arrepios esquisitos, ligando a TV com monstros japoneses de estopa e uivos e raios laser de heróis de lata, pegando o telefone sem fio, discando aleatoriamente, atingindo um país remoto, só de sacanagem, desligando na cara de uma língua desesperada às gargalhadas, servindo-se de mais um maldito bom uísque, brincando com um passarinho indiferente em sua gaiola, brincando com o espelho assustado, alimentando peixinhos dourados até a congestão, indo e vindo sobre os próprios passos, mijando de porta aberta, fora da privada, desenrolando papel higiênico como um rastro de lesma, chutando portas, estapeando cortinas diáfanas, abrindo janelas que não dão em nada a não ser o labirinto enferrujado das costas da cidade, vandalizando sofás de veludo, destruindo má-

quinas e utensílios só pra conhecer os mecanismos incompreensíveis, cagando um quilo e meio sobre lençóis de seda escorregadios, limpando-se na fronha de um travesseiro arremessado, desenhando mensagens cifradas nas paredes, mandando seus recados, sacudindo a poeira dos recatos alheios, estourando cadeados, violando gavetas de segredos e armários recheados de volúpia, rasgando telegramas adocicados e revistas de moda e livros de ajuda mútua, as lascas disso tudo ferindo-o ainda mais, espalhando digitais, suores, perfumes e roupas de baixo, pouco ligando pra inquéritos de autoria conhecida, cães ou peritos ou repórteres farejadores, preenchendo cheques sem fundo com a pose de um banqueiro falido, pegando fácil o que pouco lhe interessa (um celular personalizado que acende ao chamado, um tênis importado menor que os próprios pés, um cachecol de lã em pleno verão poluído e sufocado), como num supermercado abandonado, ou num velho país comunista de bondade e justiça, imaginando se existe inferno fora disso aqui (mas é só um instante), esquecendo da vida que se esvai a cada segundo a favor do relógio de parede (tic-tac, tic-tac, menos um, menos um), abrindo a geladeira de última geração, tomando um baque gelado no peito, usando a faca ensanguentada por uma fatia de queijo fresco ou uma fruta vermelha, sugando sua polpa suculenta, o pão que o diabo amassou e salmão defumado, dando adeus à cena de seus crimes mascarando beijos lançados ao acaso, antes de voltar pra casa, de hibernar seus instintos numa caverna urbana, beijar filhos e esposa após o expediente, lar doce lar, até a próxima vez, o próximo mês, amém.

## Cesta Básica

Esse saco de feijão nos poria de pé, não fosse um fardo pesado pra carregar envergado. Uns quilinhos de arroz até que vêm a misturar, pondo o preto e o branco em pratos limpos. Carne fresca, só a nossa mesmo e olhe lá! Umassas meio loucas, outras tantas destemperadas por alhos, bugalhos e cebolas que nos fazem chorar de emoção. Uma pitada de sal poderia nos conservar melhor, atenuando a memória do infortúnio que não é pequeno. Acontece que os encostos espirituais esfomeados também precisam ser venerados em trabalhos encruzilhados. E assim espantamos maus olhados que só vendo à luz de velas! O café torrado deve ser pra ficar acordado na escura jornada noite adentro, pensando no que vale a pena desse teatro de marionetes. Vale a pena de morte desses bichos que o diabo do empresário amassou nas latinhas de conserva? Valem as sardinhas exploradas como operários escorchados nos ônibus lotados? Quantos espinhos vamos ter que engolir pela garganta com o perfume de rosas de plástico das embalagens à vácuo? Nenhum, se tivéssemos mínimo respeito para com a flora do intestino alheio. Respeito a gente gosta. E também de mamar num peito que acolha o coitado. Problema é que o leite é desnatado (nem faz bigode e parece ter saído de

pedra!). O que fazer de um creme ralo que se dissolve ao menor contato com a nossa atmosfera viciada? Aliás: droga, sexo e chocolate, que é bom, não tem pro nosso paladar. No que é que isso pode dar? Cadeia? Mais prisão do que a cidade abandonada que ocupamos de panos encardidos e moleques reprimidos? Tudo que eu gosto é ilegal, imoral ou engorda?! Será esse meu destino miserável de prazeres? Querer muito mais do pouco que podemos não queremos, mas o que dizer dessa farinha chutada no peso? E dessa manteiga rançosa de esperança? A polpa dos nossos tomates tem a cor da paciência inchada; portanto, se o macarrão tiver ovos mesmo, que seja um par deles e roxos como os de boteco, pra agüentar o repuxo do muito que falta. Uma das caixas ainda se destina à “manjar”, como se não tivéssemos sensibilidade pra perceber a situação! Enquanto nós, os fodidos, estamos indo com o fubá, outros bacanas já receberam embaixadas distantes e coquetéis de camarão. Caviar e azeitonas é melhor nem pensar, pra não desvairar de vez. Você acha justo? Esse milho que eu queria verde, por exemplo, é ervilha cozida com gosto de massa corrida. Essa marmelada açucarada tem a pretensão de acabar com a minha amargura? Uma mistura que pode dar bolo, se tivéssemos motivo pra festas. Onde já se viu?! Não é de enjoar no estômago?! Quem nasceu pra óleo de soja, nunca experimentará azeite de grego? E o vinho da ceia, já que nos fazem dar graças a Deus por tudo de mal que nos acontece por acaso? O pão nosso de cada dia não nos dão hoje. Nem ontem, nem amanhã. Uma seleta de legumes confunde os ingredientes que a natureza separou pacientemente na evolução das espécies. Um tempero que se diz completo, como se fosse possível nesse mundo de ilusão... Quanto às salsichas enrugadas os senhores de bens que enfiem naquele lugar perfurado. Nossa parte queremos em satisfação e requinte.

## Natureza Morta Com Fim De Festa

Partem os elevadores atolados de meninos amassados. As meninas, já madas, dão escândalo na escada. Na penumbra dos degraus, tropicam nos capachos aqueles saltos maiores do que as pernas; apertam campainhas, arrumam confusão e incomodam o sono dos vigias. Aqui, azeitonas naufragadas no aquário embriagam peixinhos dourados. Esculturas empurradas de lado. Abajures descabeçados. Cachorros trancados no armário. Samambaias desfolhadas a esmo. Carnes mastigadas na poeira dos cinzeiros. Uvas escarradas nas privadas dos banheiros. Queijos mal cheirosos, fatos rumorosos. Calorias, desmaios, coma alcoólica. Palitos de madeira espetados no sofá. Bibelôs fraturados. Remédios trocados. Charmes e perfumes vencidos. Chaves espalhadas. Um molho da China pelas almofadas. Um bolo arremessado na parede. Uma massa escorrida, um quadro assustado. Maquiagens esfregadas nas toalhas e batons perdidos em segredos para as taças de champanhe. Quem terá poupado a altivez dos lustres?



Que roupa suja foi deixada na lavanderia? Quem o chantilly cutucado? Os canapés descalços. A maionese das pegadas dos sapatos. Caco de vidro esmagado no tapete. Látex para a proteção do cacete enfiado bem gostosinho no meio das carteiras recheadas. A mão mais ou menos sacana. Uma lingerie por baixo da cama. Uma conversa boba por cima do muro. Um papel esmagado à toa. Um sinal amarelo. Um telefone trocado. Um casamento ameaçado. Uma aliança perdida. Uma despedida prolongada. Uma calça apertada. Uma mão enfiada. Um suspiro. Um selinho. Um amasso. Um agarro. Um grito. Um vento frio. Um arrepio de medo. Uma febre. Uma piada sem graça. Uma gargalhada. Um dedo que procura. Um dorso que passa. Uma boca que acha. Uma bossa nova riscada mandando o barquinho praquele lugar. Seria o Tom? Um café expresso seria bom... O estômago pronto pra estourar. Tortas e travessas pra atrapalhar. Pulseiras esnobadas no jantar. Brincos chutados, lábios chupados, bicos inflados, silicone, artes e cirurgia plástica. Os últimos, nas últimas, ainda recolhem o uísque aquecido de copos esquecidos. Bitucas de cigarros esquisitos. Carreiras mais ou menos promissoras aspiradas de bandeja. Um espelho bem mais bonito do que eu. Despertadores abatidos às porradas de criados mudos congestionados. Lenços e lençóis melados. Os ronos abafados. O ar viciado. Gases vazando. Lá fora o Sol radiante acaba de vez com as ilusões de ótica. Sirenes, alarmes, agendas que apitam. Portas que batem. Gente que berra. A segurança parte com o fardo das mochilas. Faxineira que chega, abre a porta & bufa.

## Engenharia Genética

São reis com a majestade de traficantes; traficantes com a ginga de artilheiros; artilheiros com a fama de modelos; modelos com estilo de políticos; políticos com lógica de industriais; industriais com a benevolência de assistentes sociais; assistentes sociais com sabedoria de economistas; economistas com projetos de cineastas; cineastas com estratégias de gerentes de marketing; gerentes de marketing com discursos de curadores; curadores com angústias de escritores; escritores com compromissos de padres; padres com vocação de psicólogos; psicólogos com animação de jornalistas; jornalistas com a criatividade de escriturários; escriturários com texto de publicitários; publicitários com performance de atores; atores com carisma de pastores; pastores com a mística de juízes; juízes com isenção de militares; militares com a vaidade de diplomatas, diplomatas com idéias de psicopata; psicopatas com serenidade de budistas; budistas com desejos de classe média; classe média com aspirações metafísicas; metafísicos com a tenacidade de jogadores; jogadores com culpa de banqueiros; banqueiros com elegância de miss; misses com ambição de operadores da bolsa; operadores da bolsa com técnicas de domadores; domadores com sutilezas de sociólogos; sociólogos com

rigor de ortopedistas; ortopedistas com a precisão de encanadores; encanadores com ares de arquiteto; arquitetos com projetos de engenheiros; engenheiros com a clareza de seguranças; seguranças com a disciplina de roteiristas de televisão; roteiristas de televisão com a originalidade de prensistas; prensistas com atenção de investigadores de polícia; investigadores de polícia com brilho de animadores de auditório; animadores de auditório com modos de açougueiro; açougueiros com ambigüidade de metereologistas; metereologistas com reflexos de oculistas; oculistas com visão de ginecologistas; ginecologistas com técnicas de taxistas; taxistas com exigências de reis. Biotecnologia nacional. Conheça a linha completa. Preços reduzidos! Desconto na aquisição de pacotes múltiplos! Vários planos de financiamento. Ligue agora! Entrega-se a domicílio em qualquer parte do país. Aceitamos Cheque pré & parcelamento em todos os cartões de crédito. Frete incluso.

fim

---

**Fernando Bonassi** nasceu em 1962, é escritor, dramaturgo e roteirista. Autor dos romances “Um Céu de Estrelas” (a ser relançado pela Ed. Objetiva), “Prova Contrária” (Objetiva) e dos contos de “Passaporte” (Cosac & Naify), entre outros. É co-roteirista dos filmes “Castelo Ra Tim Bum”, “Carandirú”, “Os Matadores” e “Cazuza”. No teatro destacam-se as montagens de “Preso Entre Ferragens”, “Woyzec, um Brasileiro” e “Apocalipse 1,11”. Desde 1997 é colunista do jornal Folha de São Paulo. Vencedor da bolsa do Künstlerprogramm do DAAD - Deutscher Akademischer Austauschdienst, escrevendo em 1998 o volume de histórias curtas intitulado “O Livro da Vida”, em Berlim. Dramaturgo convidado para o Royal Court International Residence 2000, do Royal Court Theatre, de Londres



# O esporte em São Paulo

Flávio Prado

Além de tantas coisas maravilhosas, São Paulo tem sido berço de grandes atletas . Mais do que atletas , mitos. Poderíamos seguir qualquer ordem , mas vamos pela cronológica. Ademar Ferreira da Silva foi um marco. Duas medalhas olímpicas no salto triplo, esporte que ele praticamente inventou no Brasil não deixam dúvidas sobre quem foi ele. Mais do que isso, no final da vida sempre esteve ao lado dos jovens ensinando o esporte e a ética. Depois dele vieram seguidores importantes e mais medalhas como Nelson Prudêncio e João do Pulo. Embora filhos de cidades do interior , encontraram em São Paulo respaldo para aprimorar seus talentos.

No boxe o maravilhoso Galo de Ouro, Eder Jofre, coroou uma geração de lutadores de boxe com duas conquistas de títulos mundiais, uma como galo e outra como pena. Miguel de Oliveira veio no seu encaixe e trouxe mais um mundial. E mesmo o baiano Popô, desenvolveu técnica especial treinando no São Paulo F. C. Ainda em lutas , aí marciais, Aurélio Miguel conseguiu uma medalha olímpica e depois dele outros vieram.

Partindo para o automobilismo Emerson Fittipaldi abriu as portas da Fórmula Um para tantos brasileiros de sucesso. Além de dois títulos mundiais mostrou o caminho de vitórias também na Fórmula Indy , nos Estados Unidos, para brasileiros de todos os outros estados. Nelson Piquet outro brasileiro campeoníssimo

não chegou a passar por São Paulo, mas Ayrton Senna era um paulistano da gema, criado na zona norte e aprimorado em Interlagos.

Se partirmos para o futebol nunca poderemos esquecer de São Paulo, Corinthians, Palmeiras, Portuguesa, Juventus e Nacional que não só representam massas de fanáticos, como importantes colônias de imigrantes. São Paulo pelo seu brilho e força é pólo obrigatório para quem deseja se consagrar também no esporte. E até o mineiro, revelado em Bauru e consagrado em Santos, sabe disso. Não fosse pelos grandes momentos em São Paulo e nem Pelé teria sido tão grande.

---

Flávio Prado é Jornalista formado pela Fundação Casper Líbero, paulistano da Zona Leste, Comentarista Esportivo do site Gazeta Esportiva.net e apresentador do Programa Jovem Pan no Mundo da Bola -AM620 e do Mesa Redonda Futebol e Debate - TV Gazeta. É diretor do curso de Rádio e TV da UNISA - Universidade de Santo Amaro e autor do livro “O Arquivo Secreto das Copas”.

# 450 anos de comida em São Paulo: da aldeia pacata à megalópole asfixiante

Gabriel Bolaffi

São Paulo somente chegaria tardiamente à posição de pérola postiça principal, do frágil capitalismo brasileiro. Ou como diria Francisco de Oliveira, do ornitorrinco em que nos deixamos transformar<sup>1</sup>. A partir das primeiras décadas do século 20 São Paulo seria coroado o “maior centro industrial da América Latina. É que a mais valia gerada pelo café, produziria um surto de riqueza muito mais aparente do que fundamental e sustentável. Antes disso caberia a Salvador e a Recife, em seguida às Minas Gerais e ao Rio de Janeiro a posição de centros maiores e principais de onde se escoava a riqueza brasileira para as sucessivas metrópoles mundiais: Portugal, Holanda, Inglaterra e Estados Unidos. Para que não parem dúvidas sobre a fragilidade do capitalismo gerado a partir de São Paulo, mais uma vez citando Chico Oliveira, lembro que o Brasil foi o país que mais cresceu economicamente, no mundo, no século 20. Mas, no mesmo século,

---

<sup>1</sup> Cf. Oliveira, Francisco “Crítica à Razão Dualista o Ornitorrinco Boitempo, S. Paulo, 2003

foi também o país onde mais aumentaram a miséria, a marginalidade econômica e o desemprego. Também, a partir dos anos de 1950, quando o surto industrial se tornaria acelerado, a São Paulo da garoa, de saudosa memória, se tornaria a São Paulo das enchentes. Como se vê, pouco temos a celebrar!

Dos 450 anos que São Paulo está comemorando, durante os primeiros 320, permaneceria uma pacata aldeia, cuja população, nunca maior de 25.000 habitantes, caberia inteira na maioria dos estádios de futebol do país de hoje. Hoje se viu transformada numa megalópole congestionada e asfíxiante de mais de 18 milhões de habitantes, na qual os poucos privilegiados não têm pejo de clamar pela pena de morte para as suas vítimas.

## 1. A Comida do Primeiro Século

Como se alimentava a população dessa aldeia ? Ou será que não podemos generalizar para todo o período, cabendo divisar nele alguns processos de mudança ao longo do tempo, que se estende de 1.554 a 1.870? Mudanças dentro desse período, certamente ocorreram, mas não a ponto de merecerem um exame detalhado. Muito provavelmente, limitaram-se à maior ou menor disponibilidade dos pouquíssimos ingredientes importados do reino, como: um pouco de azeite, algo de vinho e ninharias de trigo<sup>2</sup>, que de resto só eram consumidos pelos ricos. Essas mudanças também consistiram no aumento ou diminuição da produção dos alimentos de subsistência introduzidos, paulatinamente na capitania, pelos reinóis, desde os tempos de Martim Afonso de Sousa. Refiro-me às galinhas, vacas, suínos, carneiros e caprinos<sup>3</sup>. Uma exceção importante entre os vegetais, foi a cana de açúcar. Não que a São Paulo dos primeiros séculos tenha chegado a ser um produtor mercantil significativo de açúcar, embora o tivesse exportado. Mas sem a cana, o que substituiria a nutritiva rapadura, o doce melado e a santa cachaça?

Os vegetais frescos, mesmo quando existiam, nunca foram muito apreciados. Também com os índios, os paulistanos aprenderam a saborear o palmito, cru ou cozido, a taioba e o caruru<sup>4</sup>, mas o maior espaço das suas hortas seria dedicado aos temperos, como o coentro, alhos, cebolas e algumas pimentas. Com o passar das décadas, o feijão e a couve foram acrescentados, assim como o amendoim, mas nada que pudesse alterar o monótono cardápio local.

---

<sup>2</sup> O queijo e a pimenta do reino, somente chegariam bem mais tarde.

<sup>3</sup> Na realidade também foram trazidos vegetais, legumes e frutas, como abóboras, berinjelas, bananas, citros e outros que não cabe aprofundar nesse texto.

<sup>4</sup> Taioba e Caruru, eram dois tipos de folhas comestíveis consumidas pelos índios. Caruru nesse contexto, nada tem a ver com seu homônimo baiano, a base de quiabos.

A disponibilidade de produtos importados do reino, dependia, basicamente, da capacidade de exportação de São Paulo de Piratininga, a qual não obstante o ufanismo em torno dos Bandeirantes, sempre foi extremamente limitada. Quanto aos animais domésticos, criados apenas para a subsistência, por métodos rudimentares, sua maior ou menor disponibilidade, sempre esteve sujeita aos azares do acaso. A demanda de alimentos gerada pelo apogeu da extração do ouro nas Minas Gerais, durante o século 18, certamente afetou São Paulo, mas não a ponto de provocar mudanças importantes nem nos seus padrões alimentares, nem no seu estilo de vida.

Em síntese, a comida de São Paulo durante os seus três primeiros séculos de existência foi, basicamente, a comida que os portugueses e seus descendentes aprenderam a comer com os índios que os circundavam. Isso não pretende significar que os habitantes de Piratininga comessem exatamente como os índios, mas que sua comida resultava da fusão de ingredientes autóctones, quer com hábitos alimentares trazidos da metrópole e de outras partes, notadamente da África e da Índia, quer com os novos ingredientes que eles mesmos introduziram, principalmente animais domésticos. Na realidade, os colonizadores aportuguesaram o consumo de ingredientes indígenas, agregando aos frutos aleatórios da caça e da pesca, um suprimento limitado, mas permanente, de carnes.

Assim, aquilo que de Norte a Sul do Brasil constituía o esteio básico da alimentação indígena, a mandioca e a sua abençoada farinha, em São Paulo também se tornaria o alimento básico de todos, ricos ou pobres, índios escravizados ou caboclos livres. Em São Paulo, capital, manteve-se como tal até meados do século 19, ao passo que em muitas regiões do país, assim permanece até o presente.

Como se depreende pelos textos de Luís da Câmara Cascudo<sup>5</sup>, a mandioca e seus derivados tiveram em São Paulo, como em todo o País um papel muito mais fundamental e decisivo do que hoje seu parco consumo nas mesas paulistanas pode fazer supor. Dela, uma vez extraído o sumo venenoso, depois de ralada e prensada no *tipiti*, produzia-se a farinha. E dessa farinha, a exemplo do que ocorre na cultura européia com a farinha de trigo, produziam-se inúmeros derivados, secos, molhados, salgados ou doces. A própria farinha, assim como o pão de trigo nas terras européias, tornou-se logo o acompanhante necessário de todos os demais alimentos, fossem carnes, peixes, vegetais ou frutas. Mas além de consumida in natura, essa farinha à qual os primeiros portugueses se referiam depreciativamente como “farinha de pau”, mais ainda do que para os índios, tornou-se o ingrediente básico de uma ampla variedade de preparos: sopas, mingau, pirões

---

<sup>5</sup>Camara Cascudo, Luís “A História da Alimentação no Brasil” Editora Itatiaia, Belo Horizonte, Vol. I págs. 103 e seguintes.



de carne e de peixe, beijus secos e úmidos, até a famosa paçoca de carne seca, que já viria a ser uma criação tipicamente paulistana e bandeirista<sup>6</sup>.

Não duraria muito o desprezo inicial dos portugueses pela mandioca. Logo aprenderam a apreciá-la a ponto de, como afirma Câmara Cascudo, “os três primeiros governadores-gerais do Brasil, Tomé de Sousa, Duarte da Costa e Mém de Sá, não comiam na Bahia, o pão de trigo “por se não acharem bem com ele”<sup>7</sup>. Um pouco de exagero, talvez. Mas isso não impediu que de Norte a Sul, onde se encontrassem, os portugueses trataram logo de ampliar as roçarias de mandioca e de aperfeiçoar os equipamentos das “casas de farinha”, que logo passaram a ser produzidos em ferro, em lugar dos toscos *tipitis* nativos.

Em suma, por mais que novos alimentos, principalmente frutas e legumes, como a banana, o abacate, a manga, o amendoim, e assim por diante fossem sendo introduzidos, chegados de vários pontos do globo, principalmente o México, o Peru e a Índia, a mandioca reinou absoluta na mesa dos habitantes da vila de São Paulo durante seus três primeiros séculos de existência.

Outro ingrediente que embora nunca tão fundamental quanto a mandioca, esteve sempre presente nas mesas da Vila de São Paulo, foi o milho. Mas, ainda que utilizado na forma de farinha, nunca chegou a ser um ingrediente básico, seja nas formas indígenas de pamonhas e curaus, seja na forma europeizada, de farinha para bolos, polentas e cuscuzes, e tantas variedades de canjicas. A verdade é que uma proporção considerável do milho cultivado em São Paulo, era destinada para a alimentação de animais, notadamente galinhas, cavalos e suínos.

Como é que de todos esses ingredientes, se preparavam às refeições? Como eram elas? Há alguns registros, citados por Câmara Cascudo. Vou reproduzir apenas um: “Para Gentil de Camargo,.... a primeira refeição, logo ao acordar, às 6, às 5 ou até as 4 horas da manhã, toma-se café ralo, adoçado com rapadura e passado no *coador*, seja misturado com farinha de milho ou juntamente com batata doce assada na cinza, ou mandioca (aipim) ou com farinha de mandioca ou fubá molhados na água ou cozinhados depois na gordura, até ficar granulado, mexendo-se sempre na panela. Às 9 ou 10 horas, o seu almoço, o *de-comer*: feijão (prato principal), preparado em água, gordura e tempero (alho e cebola), às vezes com torresmos, couve rasgada, couro de porco, ou misturado com farinha de milho, *virado*; arroz quebrado ou quirela de milho, cozido pelo mesmo processo; couve cozida, taioba ou caruru. Farinha de milho ou de mandioca, e torresmo;

---

<sup>6</sup> Os nativos, enquanto meros coletores/caçadores, jamais foram capazes de produzir e armazenar a carne seca necessária à produção de paçoca, faziam-na apenas para o consumo cotidiano.

<sup>7</sup> Idem, *Opus et loc cit.*

por último junta farinha de mandioca ao caldo de feijão, restante no caldeirão, e remata com isso a refeição. Às 13 ou 14 horas; café igual ao da manhã e às 17 ou 18 horas, a janta, igual ao almoço. Às 7 horas da noite, lava os *pé*, toma café *simpli* (sem mistura) e dorme”<sup>8</sup>.

## 2. A Comida da Colônia e do Império

Mas como é esta vila pacata de cuja comida estamos falando? Richard Morse descreve-a de forma sintética, mas clara. “ No fim do século 16, a cidade de São Paulo continha mais ou menos 120 casas amontoadas no alto do moro. Os paulistas viviam sem luxo e seus inventários confirmam de maneira eloqüente a pequena quantidade das importações. Ocasionalmente importados, uma poltrona, uma fronha bordada, um chapéu de plumas, valiam tanto quanto um cavalo ou uma vaca. Uma saia europeia ou quatro colchões usados equivaliam a uma casa na cidade. Não há menções a espelhos antes de 1619...”<sup>9</sup>.

Os escravos negros ainda eram raros, pois seu preço elevado ainda não era compatível com a pobreza da economia de subsistência, ainda predominante. O principal produto de exportação, pisme o leitor, era a marmelada<sup>10</sup> ! Por voltas de 1750 a população da cidade<sup>11</sup> se elevava a cerca de 18.800 habitantes, dos quais nada menos de 15.000, eram índios. A língua falada nas ruas, era a língua geral, um pastiche de tupi-guarani, sistematizado pelos jesuítas.

Se a alimentação pouco mudaria do ponto de vista dos ingredientes básicos, nos séculos 18 e 19, é inegável que ela se enriquecera e, a seu modo, se sofisticara como se pode deprender da pauta de exportações de produtos agrícolas da capital da província e de suas paróquias rurais em 1835. Nela, já comparecem o café (0,1%) , o arroz (0,6%), o feijão (2,0%), o óleo de amendoim (0,5) e o chá, com nada menos de (34% sobre o total), entre outros produtos. A farinha de mandioca também continua a se destacar, comparecendo com 13% do total das exportações. É que a farinha de mandioca era exportada para os portos de onde partiam os navios negreiros, para a África. Neles ela seria o esteio alimentar tanto para a tripulação quanto para os cativos. O chá, como se vê, é o produto que mais surpreende. Mas numa época na qual o café, embora estivesse presente, ainda não se difundira, o chá, uma vez introduzido por José Arouche de Toledo Rendon, primeiro diretor da Academia de Direito, logo encontraria ampla aceitação. Isso

---

<sup>8</sup>. Apud Camara Cascudo, Idem Vol. II, pág. 829

<sup>9</sup>.Cf. M. Morse, Richard, “ Formação Histórica de S.Paulo, Difel, S.Paulo, 1970, pág. 32

<sup>10</sup> Idem, Opus.Cit. pág.33

<sup>11</sup> A Vila de São Paulo de Piratininga fora elevada a Cidade em 1711

decorria tanto pelo efeito estimulante da cafeína que contém, quanto pelo preço baixo resultante das facilidades do seu cultivo. Assim, muitas lavouras de chá logo apareceriam na região do atual Viaduto do Chá, no Pacaembu<sup>12</sup>, e até, segundo consta, na região mais afastada, no Morumbi. Mas se os dados que consegui encontrar fossem referidos à produção antes do que à exportação, o quadro seria bem distinto e nele a primazia seria da mandioca e não do chá. Somente cerca de 30 anos mais tarde, por volta de 1865, lenta mas progressivamente, o café tomaria, na pauta de exportações, o lugar da mandioca e do chá.

### 3. A Segunda Fundação de São Paulo<sup>13</sup> (1870)

A chegada da corte ao Rio de Janeiro em 1808, a independência em 1822, a fundação da academia de Direito em 1828, o decisivo aumento das plantações de café na região noroeste do estado após 1848 e a inauguração da estrada de ferro Santos a Jundiaí em 1867, foram os marcos que de uma progressão inicialmente aritmética, que logo se transformaria em geométrica. Em 1870, essa progressão levaria àquilo que Eurípides Simões de Paula chamaria de “A Segunda Fundação de São Paulo”. Esta no dizer do ilustre historiador viria a ocorrer a partir do governo João Teodoro (1872-1875). Foi o período durante o qual a cidade de São Paulo tentaria adquirir uma feição urbana moderna por meio da construção de vários equipamentos entre os quais a distribuição de água encanada ou a construção do Jardim da Luz, só para exemplificar. Essa era de relativamente bem sucedida modernização se prolongaria até 1940 com o canto do cisne das reformas de Prestes Maia<sup>14</sup> e teria uma sobrevida até 1960. De lá para cá, a ausência de uma elite capaz de ver no espaço público a projeção da sua própria imagem, a absoluta incapacidade das sucessivas Câmaras Municipais<sup>15</sup>, sempre corruptas, de criarem normas para que a cidade pudesse suportar o vertiginoso crescimento demográfi-

---

<sup>12</sup>. Idem. Opus.Cit. pág. 48

<sup>13</sup>. Em homenagem a Eurípides Simões de Paula

<sup>14</sup> A inauguração do novo Viaduto do Chá, em seu estilo deliciosamente art deco, aconteceria em 1938.

<sup>15</sup> Em 1911, as discussões na Câmara Municipal, em torno de chamado Relatório Bouvard para a criação de um parque no Vale do Anhangabaú, seriam cômicas, não tivessem tido efeitos tão perversos para a Cidade. O arquiteto Francês, queria um parque muito maior, que se estendesse pelo menos até a atual Rua Líbero Badaró. Mas os proprietários dos terrenos adjacentes, que iriam se valorizar com a construção do jardim, resistiram a ponto de se chegar ao triste compromisso que todos conhecemos. O toma lá da cá, foi hilário.

co ao qual estava sendo submetida, somaram-se para gerar o asfíxiante pesadelo do presente. Ainda mais grave, o perverso processo de concentração da renda se acentuaria cada vez mais do surto industrializante da década de 1940, aos dias de hoje. E daí resultou a miséria urbana e a conseqüente violência que hoje tanto incomoda os bem nascidos, hoje defensivos mas inutilmente, encastelados nos seus “condomínios fechados”.

Como evoluiriam os costumes alimentares no decorrer do longo período que tentei esquematizar nos parágrafos anteriores ? Assim como as mudanças desencadeadas pela transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, teriam a princípio efeitos muito lentos, quase imperceptíveis, nos hábitos alimentares em São Paulo, à medida que a seqüência de eventos mencionada, se sucedia, impondo maior ritmos à mudança social, maiores e mais rápidas se tornariam as mudanças alimentares.

Talvez a fundação da Academia de Direito em 1828 tenha sido o fulcro, senão principal, pelo menos inicial das mudanças que se sucederiam. A Academia de Direito, por razões óbvias que não cabe discutir neste texto, demoraria décadas até se impor e deitar raízes. Até 1856, embora oscilando entre 16 e 35 bacharéis formados anualmente, a média anual foi de pouco mais de 25. Como se vê, eram demasiadas poucas as andorinhas para fazer verão. Mas o aumento continuava rápido e em 1863 o número de formados já atingia 111<sup>16</sup>. Foi quando São Paulo tornou-se a cidade dos estudantes, dos bailes, da cerveja e da cachaça sorvidas em lugares públicos, dos petiscos e dos tira-gostos. A princípio, no que diz respeito às bebidas e alimentos, a inovação foi pouca. Os mesmos torresmos de antanho, a mandioquinha frita e alguma lingüiça, paçoca de amendoim, pé de moleque e outros doces, tudo sempre acompanhado pela farinha de mandioca, velha de guerra e regado a cachaça e às primeiras cervejas produzidas artesanalmente<sup>17</sup> diretamente para o mercado acadêmico. Mas com o trem e os salões, não demorariam a chegar as azeitonas e os picles, importados, os queijos do reino e logo mais os pastéis. Tudo sugere que em algum momento desse período, tenham surgido também, as primeiras fatias de carne assada, precursoras dos gloriosos sanduíches de pernil.

---

<sup>16</sup>. Kidder, D.P. e Fletcher, J.C. *Brazil and the Brazilians*, Philadelphia, 1857, pág. 372 Apud Morse, Opus.Cit. Pag. 131

<sup>17</sup> Por voltas de 1865, já havia uma cervejaria na cidade, modesta e caseira. A Cervejaria Antártica somente viria a ser fundada em 1891, a Cervejaria Brahma, iniciara-se como produção artesanal e caseira, pelo imigrante suíço Josef Willinger. Tão bem sucedido foi o empreendimento que em 1888, Willinger inaugura a Manufatura de Cervejas Brahma Willinger e Companhia. Produzia 12.000 de cerveja por dia.

Mas se o período referido como Segunda Fundação de São Paulo, com a ferrovia, os bondes, antes puxados a burros, logo mais elétricos e tantas mais inovações técnicas e econômicas impôs um novo ritmo ao universo material da cidade, maior ainda seria o seu impacto sobre a vida social e os costumes.

Durante todo o período de letargia, São Paulo não se limitava a ser uma vila adormecida e ausente da população flutuante que caracteriza as cidades, mas era clara e rigorosamente xenófoba, refrataria a qualquer tentativa de inovação. A própria fundação da Academia de Direito, se da boca para fora aclamada como uma manifestação de apreço da província pela Corte, foi na realidade engolida pela população como um desagradável remédio do qual não se podia fazer a menos. Há muitos anos já vigorava um decreto da Câmara Municipal, segundo a qual os habitantes da cidade eram rigorosamente proibidos de hospedar qualquer forasteiro e que caso o fizessem por mais de 24 horas sem informar o juiz corregedor e de obter a sua anuência, seriam submetidos a multas e outras severas punições<sup>18</sup>.

Jamais fui capaz de verificar se o decreto referido acima, alguma vez chegou a ser formalmente revogado. Mas o aparecimento de imigrantes em levadas cada vez maiores a partir de 1850, mudaria radicalmente a situação. Como observa Richard Morse, “Um viajante que viesse a São Paulo no começo da década de 1850, não encontraria hotéis onde se hospedar, persistindo a crença entre os paulistanos de que as pessoas, principalmente as mulheres, que procurassem tais meios de alojamento, eram imorais. Para as ceias alegres havia em 1852, apenas as salas escuras e acanhadas dos dois únicos restaurantes locais”<sup>19</sup>

#### 4. Os Hotéis e a Comida Francesa

Mas em 1855 apareceram os primeiros hotéis que embora modestos proporcionavam até facilidades para um ou outro jogo, ofereciam uma cozinha dita continental e ajudavam a desfazer a sonolenta calma das noites provincianas. “O “Hotel do Comércio”, ficava aberto até as 11 horas da noite e, quando havia teatro, até uma hora após o espetáculo; orgulhava-se de possuir um *chef* europeu competente. Também possuía uma sala de bilhar e uma padaria a serviço do público. O Hotel de France costumava servir os freqüentadores de teatro, na sua sala de refeições, ou em aposentos particulares, petiscos tais como “tortas de creme e de doces, e pastéis de camarão, puddings... com boa e variada comida”<sup>20</sup>.

---

<sup>18</sup>. Apud Morse, Richard, Opus.Cit

<sup>19</sup>. Cf. Morse Richard, Opus.Cit. pag 140

<sup>20</sup>. Correio Paulistano 31 de Março e 19 de junho de 1859, Apud Morse, Richard, pag 140

No turbilhão em que cada vez mais se tornaria a vida da cidade graças à expansão do café na zona do Noroeste do estado e ao processo, lento a princípio, mas logo decisivo da substituição do trabalho escravo por aquele livre de imigrantes que para tanto foram trazidos para cá, a cidade começava a crescer.. Aos 6 minguados e precários hotéis de 1857, foram logo sendo acrescentados o “Itália”, o “Europa” e o “Globo”.. Outro hotel que logo surgiu, O “Hotel das 4 Nações”, mandava “comida para fora, a preços bem moderados”. O Hotel Europa, dirigido por um francês, enriquecia pelos fazendeiros dinheirosos de Campinas que ali gastavam largamente”<sup>21</sup> Em 1863 os 6 estabelecimentos de 1857 eram 12 e os paulistanos criticavam as velhas hospedarias e pousadas como cancos sociais e econômicos aos quais cabia extirpar.

Saboreada nos próprios hotéis ou nas casas patricias que a encomendavam, a cozinha francesa começou a imperar e até certo ponto foi parcialmente absorvida pelas famílias prósperas da época. Até porque o seu prestígio era vivamente reforçado pelas famílias que haviam enriquecido a ponto de poder viajar para a França e fruir Paris no apogeu da *belle époque*. Mas a assimilação da cozinha francesa foi muito limitada, quer pela força de inércia da cultura local, quer em virtude das próprias limitações da comida oferecida pelos hotéis que não podia passar de um simples e simpático arremedo do que se consumia então nos grandes restaurantes de Paris. Enquanto se tratasse de um honesto purê de batatas para acompanhar verduras ou carnes no molho, ou ainda um vigoroso omelete de queijo, era pacífico. Mesmo uma boa beshamele, não assustava nenhuma das negras que cozinhavam na casa e até mesmo os flans, com algum engenho (da patroa) e arte (da negra cozinheira), acabariam vencidos, derrotados e triunfalmente reproduzidos. Mas quando se tratava dos patês de fígado de ganso trufado, das massas temperadas com cogumelos secos ou dos *vols au vent* e dos *Saint Honorés* e da sua infinidade de similares que exigem massa folhada, aí a terra de Pantagruel persistia invicta e não se deixava imitar. Seu escudo nesses casos, eram os ingredientes que não podiam ser encontrados ou determinadas elaborações cujos procedimentos não podiam ser facilmente reproduzidos.

Alguns procedimentos aristocráticos europeus em certa medida foram incorporados. Lavar os dedos em água de lavanda em uma pequena cuia de prata, antes da refeição ou servir-se de um minúsculo sorvete, geralmente de limão, entre serviços diferentes de um banquete, são hábitos mantidos até o presente em algumas famílias paulistanas. Mas nesses casos, o ritual é sempre mais importante do que o fato. Já purês, molho branco, omeletes de infinitas variedades, e uma larga variedade de molhos foram paulatinamente incorporados à cozinha paulistana, ainda que, em alguns casos de forma que até hoje podem não ser reconhecidas por um hóspede francês.

## 5. A Grande Migração Européia e Japonesa

Como já vimos, tudo isso não pretende significar que em poucos anos a comida em São Paulo se transformasse totalmente num arremedo da cozinha francesa. É verdade que a farinha de mandioca foi perdendo espaço, principalmente em virtude da migração européia que começava a chegar em escala cada vez maior. Mas o feijão com arroz, cujo consumo se iniciara ainda no século 18, ao longo do século seguinte se generalizou e se impôs. E se imporia com tanta força que enquanto as famílias abastadas dele jamais abdicariam, até os imigrantes europeus, tão habituados ao pão, às massas de trigo á polenta e as batatas, logo se curvavam diante dele: abençoado feijão com arroz, de todos os brasileiros, de antiga linhagem aos carcamanos e galegos.

Enquanto isso a imigração prosseguia. Já não se tratava de alguns senhores da classe média européia, irlandeses, suíços, alemães, italianos, franceses e outros que aqui chegavam com muitas idéias e um pouco de capital, para tentar fazer América. Eram a princípio centenas e logo mais milhares de portugueses, italianos, espanhóis, judeus e sírio-libaneses. Parte deles conseguiu ser mantida nas lavouras, onde apesar de furiosamente explorados, acabariam prosperando. Outra parte, em número nada desprezível, ficaria na Capital e nela também prosperaria. Não conheço nenhum livro que estude especificamente o processo de ascensão social e econômica dos imigrantes no Estado de São Paulo. É claro que não se tratou de um processo uniforme; alguns virariam comendadores em poucas décadas ao passo que outras famílias demorariam duas ou três gerações até produzir um rebento Doutor. Mas o fato inquestionável é que antes ou depois, todas chegariam ao vértice da pirâmide, ou próximas dele, localizando-se nos extratos de consumo a que a pesquisa de mercado chama de classe média ou média alta. Mesmo antes que o país se transformasse no ornitorrinco que é hoje, o milagre econômico europeu do pós-guerra, interromperia o fluxo migratório. Salazar ainda mantinha Portugal no garrote, quando a migração portuguesa trocava o Brasil pela Suíça, para em seguida cessar, com o surto de desenvolvimento causado pela entrada do país no Mercado Comum Europeu. Então foi preciso apelar para os baianos” que para cá seriam trazidos para reduzir os custos de reprodução da força de trabalho e com isso impedir que os salários, tivessem ser aumentados, numa situação que praticamente ainda era de pleno emprego.

A sorte, que bafejou os imigrantes europeus, não socorreria os imigrantes nordestinos que para cá seriam trazidos para substituir os estrangeiros. É claro que muitos nordestinos conseguiriam atingir o cume da pirâmide, mas foram exceções. É que o grosso da imigração nordestina se iniciaria nos anos 50 quando as oportunidades de ascensão começavam a minguar. Em geral, a primeira geração dos baianos, conseguiria se integrar a custo de muito suor no trabalho braçal. Mas seus filhos e

netos não teriam as mesmas oportunidades das gerações de carcamanos e galegos, e hoje, junto com negros e mulatos estão tristemente condenados a integrar o inferno do setor informal, seres humanos descartáveis em que foram convertidos. São Paulo há muitas décadas havia deixado de ser “Brás, Bexiga e Barra Funda”, embora o espírito de Macunaíma continuasse a imperar. Em 1950, São Paulo só possuía uma favela, a favela do Vergueiro. Hoje, infinitas favelas possuem São Paulo.

A comida dos imigrantes europeus demoraria mais para ser absorvida. A princípio as condições de trabalho que lhes foram impostas no campo e a pobreza quase absoluta na cidade, não lhes deixaria outra solução senão a de alimentar-se com o que encontravam nos barracões das fazendas ou nas feiras da cidade. Nessas feiras, a variedade dos produtos oferecidos era limitada e a falta de dinheiro a limitava ainda mais. Foi assim que desde o começo, aderiram logo ao arroz com feijão, que aliás é um ótimo alimento, saudável, nutritivo e saboroso. Mas com o tempo e a melhora das condições, não demorariam a obter o fubá para fazer a polenta, as batatas e a farinha de trigo para preparar os nhoques, um pouco de carne de terceira para *polpette* (almôndegas) e *polpettone*. Logo mais, as padarias e o pão se generalizariam, o mesmo ocorrendo com os *spaghetti*, *rigatoni*, talharins e outras massas secas. As massas frescas demorariam um pouco mais, mas também apareceriam. Mais uma ou duas décadas para que os próprios imigrantes italianos começassem a produzir as lingüiças, toscanas ou calabresas, a mortadela, queijo parmesão e mussarela, até o queijo gorgonzola e outras delícias das suas terras.

Isso coincidiu com o início da produção para o mercado, de outros frios e queijos pelos alemães de Santa Catarina. Assim, ainda nos anos de 1940 algumas mercearias de S. Paulo já ofereciam o *kreuterkaese*<sup>22</sup> (queijo de ervas, em bisnaga), o Limburgo e o Port-Salut, outros queijos de santa memória, salsichas e outros frios germânicos. Mais ou menos à mesma época, os sírio-libaneses começaram a comparecer, limitando-se, a princípio timidamente com os abençoados quibes, seguidos anos depois pelas esfíhas que culminariam com o apogeu do Restaurante Vitoria, na Rua 25 de Março e com o primeiro dos *Almanaras*, salvo engano na Rua Basílio da Gama, onde por um razoável preço fixo, tinha-se direito a uma cornucópia de quibes, humous, tehine, tabules, coalhada, cordeiro, kafta e uma miríade de outros sagrados alimentos.

As contribuições japonesas e coreanas chegariam mais tarde ainda e assim como a sírio-libanesa, ficaria praticamente circunscrita aos restaurantes. A princípio muito timidamente, nos entornos da Rua Galvão Bueno, hoje na cidade toda, mantendo-se os coreanos bem mais limitados aos bairros em que se concentram<sup>23</sup>.

---

<sup>21</sup>. Alfredo Taunay, Apud Morse Opus.Cit. Pág. 179

<sup>22</sup> Curiosamente, desapareceu por um longo tempo, pra voltar recentemente.



## 6. A Mesa Contemporânea, Supermercados e Restaurantes

Apesar do vai e vem de todas as influências a que me referi acima, e mesmo sendo de longe menos monótona do que foi até o início das migrações, a comida caseira paulistana continua bastante simples: arroz, feijão, bife ou picadinho ou frango, batata frita e alguma verdura refogada. A salada está presente, mas já é mais rara e geralmente pouco apreciada. Omeletes, ovos fritos, mandioca frita, bifês à Milanese, batatas cozidas, sauté ou em purê, almôndegas, feijões brancos em salada ou cassulet, grãos de bico, ervilhas e lentilhas, também visitam nossa mesa cotidiana, mas já com menor frequência. Nhoques ou macarrão, aparecem e em algumas famílias são reservados para os Domingos, às vezes, estranhamente consumidos acompanhando arroz com feijão! Essa é a comida de todos os dias. Em dias especiais, pode-se preparar uma feijoada, uma carne, de vaca ou de porco, assada no forno, pasteis, empadinhas ou empadões, um salpicão ou uma maionese um pouco mais elaborada, resquício da antiga “salada russa”. Finalmente, temperos novos, desde os anos 50 são cada vez mais consumidos: Ketchup, Maionese e Mostarda. Posso ter esquecido alguma coisa, mas nada de importante.

Terá havido alguma regressão? A resposta, positiva ou negativa, depende do ponto de vista. Não há dúvida que do ponto de vista puramente gastronômico, houve um empobrecimento. É que com o desaparecimento das mater famílias de imigrantes, ou dependendo dos casos, das suas sucessoras imediatas, muitos costumes alimentares da época da imigração, foram sendo perdidos e esquecidos. Para isso vem contribuindo também a emancipação da mulher contemporânea, o que é bom, que trabalha tanto ou mais que o marido e que já não está mais disponível para passar horas ou dias no preparo de um prato. Para não me estender demais, vou exemplificar com um ingrediente apenas: as massas frescas. Até os anos de 1950, toda dona de casa italiana ou oriunda, preparava em casa as próprias massas, a partir da farinha de trigo e ovos. Ainda durante os anos 1960, entre os presentes de casamento de descendentes de italianos, sempre comparecia aquela maquininha mágica, tocada a braço e manivela, que capaz de gerar lasanhas, talharins, *cappelletti*, ravióli e outras maravilhas, mas que vinha para jamais ser usada. É que naqueles anos, já era possível comprar as massas frescas prontas, em várias dezenas de restaurantes italianos. Há meses, querendo preparar um prato impossível de ser realizado com massa seca, sai adoidado na procura do preparado fresco, passei por meia dúzia dos antigos fornecedores e para o meu

---

<sup>23</sup> Não vou me referir aos restaurantes chineses, que não resultaram de uma leva migratória, mas, mundialmente, constituem um fenômeno aparte. Apesar de interessantíssima, sua análise foge aos propósitos desse texto. Já a imigração coreana é demasiada recente.

profundo desapontamento, verifiquei que os vendedores já nem eram capazes de compreender o que eu estava procurando.

Surgiram os supermercados e com eles a oferta de muitos dos produtos que antes eram de preparo doméstico, desde a maionese a alguns congelados prontos, pastelões, empadinhas, quibes, esfihas, nhoques e tantos outros que o leitor conhece. Mas que terrível empobrecimento! Que doloroso nivelamento por baixo! Mais um exemplo: paulistas com mais de 60 anos de vida, estarão lembrados das pican-tes e perfumadas lingüiças calabresas de antanho. Há décadas já, sumiram sem deixar vestígio, mesmo se os novos surrogatos lhes roubaram o nome. Esta é uma consequência do mercado de consumo de massas: a pasteurização e o empobreci-mento dos sabores e aparências. Nesse mercado, cada vez mais é necessário produ-zir produtos que agradem a todos. Por isso, se num passado não muito distante, o consumidor podia contar com cinco ou seis variedades de lingüiças, com texturas, aparências e principalmente sabores distintos e características próprias, hoje até que um ou outro nome pode variar, mas o sabor é indefectivelmente o mesmo.

De alguns anos para cá, São Paulo vem se intitulando “a capital mundial da gastronomia”. Pretensioso, e acima de tudo, falso. Claro que há bons restaurantes, alguns capazes até de rivalizar com seus similares de Nova York - que cá entre nos, não são lá essas coisas. Mas a verdade é que mesmo em matéria de restauran-tes, está havendo um empobrecimento. Em primeiro lugar pelo desaparecimento dos restaurantes cujas etnias já se extinguíram: Húngaros, Alemães, Romanos, Es-lavos, Holandeses e outros. Quem da minha geração não se lembra do saudoso Holandês Voador com seu saboroso e diversificado *reischtafell* ou do sofisticado pato com molho de maçãs com repolho roxo do Kholbe, de Santo Amaro e de tantos outros como o insubstituível “Europa”, do Bom Retiro? É verdade que há outros patos e outros *chulents*<sup>24</sup>. Mas esses, enquanto saboreados, urram: - Eu já existi, de verdade! Em síntese, a consequência do caldeamento étnico foi o empo-brecimento cultural e gastronômico.

Mas este último não é um processo apenas brasileiro. Como aqui, esta ocor-rendo em Paris, onde o Marais<sup>25</sup> já não é mais aquele, ou muito mais acelerado

---

<sup>24</sup> *Chulent*, é uma espécie de *cassulet*, de feijões brancos, cevadinha, batatas e várias carnes de aves, típico da cozinha judia da Europa Central. É um desbunde glorioso!

<sup>25</sup> Bairro de Paris que até os anos de 1970 era considerado decadente e habitado princi-palmente por judeus, muçulmanos e outras minorias. De lá para cá, algumas minorias enriqueceram, outras foram expulsas para os subúrbios, e o bairro voltou a ser nobre, habitado por intelectuais bem sucedidos.

em Nova York, onde nada é mais como fora. Some-se a isso o fato de que como tudo mais no mundo da mercadoria, a comida de restaurante tornou-se uma moda como qualquer outra. A época da *nouvelle cuisine*, para nos que gostamos de sabores, felizmente passou. A moda hoje é *Fusion* (fusão, de diferentes tradições) ou como dizem outros, Cozinha Contemporânea. É a moda da globalização, a moda do vale tudo, a moda na qual aspargos temperados com rapadura podem tornar-se, repentinamente, uma sensação. Mas essa rapadura terá um sabor bem menos acentuado e os aspargos, em conserva, não terão sabor algum. Em São Paulo, como em outras partes este é o grito da moda, nos restaurantes mais badalados ! Talvez eu tenha exagerado nos aspargos com rapadura, mas depois das trutas com molho de maracujá, tudo é possível!

Mas não é preciso ser tão saudosista. Como já escrevi em outro texto, na cozinha não existem segredos, apenas tradição e inovação. Quando a inovação é boa, acaba sendo incorporada à tradição, quando é besteiro, acaba na lata de lixo da história. No começo dos anos 1980, um restaurante de Ferrara, na Itália, criou um *risotto* de morangos que de tão sublime clama aos céus. Se eu não fosse ateu, ofereceria um holocausto aos deuses do Olimpo, por terem me concedido a graça de tê-lo saboreado no restaurante original do seu preparo! Hoje, esse *risotto* já comparece nos restaurantes do mundo todo, inclusive em São Paulo e seguramente chegou para ficar<sup>26</sup>. Já os cansativos *Crepes Susette*, pretexto para um espetáculo de flambagem que resultava numa modesta panqueca com gosto de geléia de laranja, e uma fortíssima pancada no bolso do otário, estão desaparecendo. E assim caminha a humanidade!

---

<sup>26</sup> Senão nos Restaurantes, certamente nas ceias domésticas mais sofisticadas.

---

Gabriel Bolaffi é sociólogo, professor aposentado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Seu último livro é *A Saga da Comida*.

# Emancipação e colapso: 50 anos de literatura brasileira

Manuel da Costa Pinto

Uma análise da literatura brasileira que pretendesse contemplar a prosa e a poesia segundo critérios unificados deveria partir de uma espécie de “ponto de fuga” que organizasse a variedade dessa cena. Como se sabe, porém, todo enredo forte supõe protagonistas e coadjuvantes – por isso as leituras sociológicas de nossa tradição tendem a colocar os experimentalismos vanguardistas como fenômenos epidérmicos (na melhor das hipóteses) ou como modismos de importação (na pior), ao passo que leituras formalistas e transgressivas tendem a valorizar certas linhas de força, dentro da tradição, que violam os valores vigentes no passado (ou seja, ignoram o valor que certas obras tinham em seu tempo e valorizam obras que só são reconhecíveis em função de uma leitura retrospectiva, que as descreve como precursoras dessas vanguardas, numa espécie de teleologia às avessas).

Em ambos os casos (e para ficar nos limites da crítica hegemônica), o que se perde é a pluralidade de vozes que vêm caracterizando nossa produção literária. E, embora este artigo não tenha a pretensão (ou a ilusão) de abranger todos os seus matizes, uma das premissas da qual parte é a de que, para se ter uma visão minimamente satisfatória desse caleidoscópio, é preciso separar prosa e poesia.

A outra premissa, mais problemática, diz respeito aos marcos cronológicos. Onde começa nossa literatura contemporânea? No caso da poesia, seria

impossível pensar nas obras atuais sem falar de um movimento de vanguarda organizado (como a poesia concreta dos anos 50) ou de movimentos mais espontâneos (como a poesia marginal dos anos 70) – mas tampouco pode-se desvincular estes dois momentos do modernismo de 22, cujo espírito continuava vivo até o fim da década de 80 num poeta da magnitude de Carlos Drummond de Andrade.

No caso da prosa, a situação é ainda mais complicada. Não há marco fundador do romance ou da narrativa curta no século XX (a Semana de 22, reconhecidamente, deu mais frutos na poesia do que na prosa) e a prosa urbana que se pratica hoje parece ser estranha ao regionalismo dos anos 30 e 40. Mas como ignorar a referência representada por Graciliano Ramos ou presença de Guimarães Rosa – dois nomes identificados à realidade do nordeste?

Há porém um critério, válido tanto para a prosa quanto para a poesia, que traça nos anos 50 a linha de largada para o que chamamos de literatura contemporânea: a idéia de emancipação cultural que faz com que o Brasil (1) deixe de ser meramente receptor de tendências européias e norte-americanas e (2) rompa com os determinismos do discurso sobre a identidade nacional.

## Da poesia concreta ao pós-tudo

Muitos críticos consideram que a poesia concreta – lançada por Décio Pignatari e os irmãos Haroldo e Augusto de Campos – é o primeiro movimento genuinamente brasileiro da história da literatura. Essa afirmação é polêmica, mas a controvérsia se dá mais em função das rupturas surgidas posteriormente no interior do movimento e do tom polêmico, reivindicatório, típico das vanguardas, adotado pelo trio em intervenções públicas e textos teóricos.

Entretanto, se fizermos uma comparação com as artes plásticas, veremos que o neoconcretismo de artistas como Hélio Oiticica, Lygia Clark, Amilcar de Castro e Lygia Pape (todos ligados ao poeta Ferreira Gullar, “dissidente” do concretismo e autor *Manifesto Neoconcreto* de 1959) é considerado pela crítica, sem maiores problemas, o momento de eclosão de uma arte que não se faz a reboque de vertentes internacionais – e o mesmo se aplica, na literatura, ao grupo *Noigandres* (nome da revista publicada pelos concretos).

Reagindo ao beletrismo da Geração de 45 – que cultivava a forma fixa (sobretudo o soneto) e a dicção sublime, numa rejeição do coloquialismo irônico do modernismo de 22 –, os concretos propunham uma poética experimental, que explorava a dimensão “verbocovisual” da palavra, ou seja, a espacialidade do signo sobre a página e a expressividade não apenas verbal das palavras, com formantes (sílabas, letras, símbolos gráficos) compondo desenhos que ampliavam as possibilidades de significação da mensagem poética.

Dos poetas concretos iniciais, apenas Augusto de Campos continua fazendo um trabalho rigorosamente inscrito nessa tendência, agregando novas tecnologias (infopoemas, hologramas, poesia multimídia) que ampliam seu trabalho, levando-o para fora dos limites bidimensionais da página impressa. Haroldo de Campos (morto em 2003) derivou para uma poética barroquizante, que teria grande influência sobre poetas mais jovens (como Horácio Costa, Josely Vianna-Baptista, Claudio Daniel), e Décio Pignatari escreveu livros de uma prosa construtivista, como o volume de contos *O Rosto da Memória* e o romance *Panteros*.

Ao concretismo estiveram associados vários poetas (Affonso Ávila, Ronaldo Azeredo, Pedro Xisto, José Lino Grünwald) e dele nasceram tendências como o “poema-processo”, de Vlademir Dias Pino. Não tardou para que o experimentalismo dos anos 50 fosse acusado de esterilidade formalista – apesar de uma de suas decorrências mais profícuas, a “poesia práxis” de Mário Chamie, ser justamente uma proposta que associava a consciência metalingüística a uma dimensão engajada, com poemas em que as palavras (unidades mínimas da linguagem) eram justapostas segundo seu uso pragmático (vocabulários e sintaxes que correspondiam a contextos sociais investigados pelo poeta).

As restrições ao concretismo e seus correlatos, porém, só são compreensíveis em perspectiva histórica. Essa poética cerebral – calcada na intertextualidade, no trabalho de releitura, apropriação e recriação do alto modernismo (o que incluiu desde a revalorização de Oswald de Andrade e de poetas ásperos e explosivos como o romântico Sousândrade e o simbolista Pedro Kilkerry até a tradução de “precursores” como Mallarmé, Joyce, Pound e Cummings) – parecia defasada ou inócua perante a claustrofobia vivida pelo país no momento em que a ditadura atingia seu estágio mais repressivo.

O mote de Maiakóvski (“sem forma revolucionária não há arte revolucionária”), mobilizado pelos concretos para provar o caráter participativo de suas pesquisas formais, era uma palavra de ordem típica das vanguardas do início do século. A essa confiança irrestrita no poder transformador da arte, os poetas dos anos 60 e 70 contrapunham uma poética que dessacralizava a arte por meio de “contaminações” da alta literatura e da utopia modernista pelo vitalismo da contracultura, pelo “desbunde” da sociedade de massas: com o refluxo do triunfalismo político e estético, o eixo se desloca para um hedonismo individual e para uma vivência comunitária; a revolução social dá lugar à revolução dos costumes – último bastião de resistência na “geléia geral” que caracteriza o fracasso dos projetos modernizantes gestados nos anos 50 e pervertidos em “modernização autoritária” a partir do golpe de 64.

Surgem três tendências marcantes desse período: a Tropicália, correlato literário-musical do Cinema Novo de Glauber Rocha que inclui, além do poeta-compositor Caetano Veloso, autores como Torquato Neto, Duda Machado, Waly

Salomão, Antonio Risério e, em certa medida, Antonio Cicero; a poesia rebelde, de inspiração surrealista e *beatnik*, desenvolvida por nomes como Afonso Henriques Neto, Claudio Willer, Roberto Piva e Rodrigo de Haro; a “poesia marginal” de autores como Francisco Alvim, Ana Cristina César, Cacaso, Zuca Sardan, Charles Peixoto, Chacal e Glauco Mattoso, que retomava os referentes modernistas do poema-piada e da vida cotidiana, com escrita desinflada, irônica, muitas vezes tendo de recorrer a meios alternativos para fazer seus poemas circularem à margem dos canais convencionais e da censura (sendo por isso conhecidos também como “geração mimeógrafo”).

Com a abertura política e a anistia, os anos 80 se apresentam como período de síntese desses momentos em que se alternaram o otimismo modernista dos últimos movimentos de vanguarda e o desencanto pós-modernista. A precária estabilidade institucional e a permanente instabilidade socioeconômica se naturalizam: a cada poeta corresponde uma poética que é preciso forjar no meio desse caos em que o estado de exceção é a regra. Desaparecem as palavras de ordem ou o *ethos* geracional – e, à parte alguns revisionismos que pretendem restaurar a preceptiva vanguardista (uma contradição em termos!), a poesia brasileira parece entrar numa era de ecletismo estético que, a rigor, sempre esteve presente na singularidade de obras que se fizeram à margem das correntes hegemônicas (sendo impossível classificar Manoel de Barros, Adélia Prado, Bruno Tolentino ou mesmo Ferreira Gullar e Armando Freitas Filho, dois poetas que, após terem cortejado o concretismo e a poesia marginal, respectivamente, desenvolveram caminhos irredutíveis a qualquer camisa-de-força conceitual).

O termo “ecletismo” pode parecer pejorativo, mas o fato é que uma das características mais marcantes – e positivas – da produção contemporânea é o diálogo que cada poeta estabelece com uma das muitas linhagens possíveis de uma literatura cujos veios principais são (numa simplificação ostensiva) o lirismo que vem de Mário de Andrade e passa por Manuel Bandeira, Murilo Mendes ou Drummond e o construtivismo que parte de Oswald de Andrade e chega até os concretos pelo viés de João Cabral de Melo Neto (redundando na singularíssima combinação de erudito e *pop* presente em Paulo Leminski e Sebastião Uchoa Leite).

Poetas como Fernando Paixão, Carlito Azevedo ou Heitor Ferraz parecem pertencer àquela vertente lírica; autores como Arnaldo Antunes, Carlos Ávila ou Frederico Barbosa se alinham mais aos objetivistas. Nenhum esquema classificatório, contudo, é suficiente. Seria impossível ignorar o labor sintaxista de Drummond ou o lirismo mineral de Cabral, da mesma maneira que – saltando décadas – há ironia metalingüística nos sonetos lapidares de Paulo Henriques Britto, caos nas geometrias fenomenológicas de Júlio Castañon Guimarães, desespero ético na poesia fragmentária de Régis Bonvicino ou satanismo nos silogismos de Nelson Ascher. Sem falar de poetas que escrevem em sintonia com a poesia feita

na Europa (Age de Carvalho, Marcos Siscar) e de novíssimas gerações que retrabalham poéticas da França ou dos Estados Unidos (Tarso de Melo, Paulo Ferraz, Rodrigo Garcia Lopes, Eduardo Sterzi).

Esse elenco pode ser cansativo, mas é uma ínfima parte de nossa produção contemporânea. Na falta de movimentos poéticos, esses poetas vêm se reunindo em torno de revistas (*Azougue, Cacto, Coyote, Inimigo Rumor, Sebastião, Sibila*), que, para abreviar, são hoje um instantâneo do pós-tudo da poesia brasileira.

## Do Brasil profundo à neofavela

Do indianismo romântico de José de Alencar aos grandes ensaios de interpretação do Brasil escritos por Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr., a prosa brasileira sempre esteve em busca de um mito fundador que harmonizasse as contradições de nossa identidade cultural híbrida. Seja na forma rapsódica do *Macunaíma* de Mário de Andrade, na sociologia memorialística de *Casa Grande & Senzala* ou sob o aparato conceitual de *Raízes do Brasil*, sempre se procurou esse mito no “Brasil profundo”: as relações sociais arcaicas do mundo agrário seriam uma espécie de pano de fundo e celeiro para um imaginário estável; o binômio patriarcalismo escravista/miscigenação racial moldando um caráter ambíguo, porém essencial, marcado pela cordialidade, por uma violência temperada pela corrupção e pela malandragem.

Há muito tempo desconfiamos que não existe uma constelação social ou imaginária que seja o centro irradiador das veredas tomadas por essa cultura tão heterogênea; mais do que isso, tamanha obsessão com a busca de um mito que explique nossa identidade nacional sugere que ela mesma, a idéia de uma identidade para a multiplicidade, é o mito que nos move, nosso graal (ou nosso lamaçal, segundo os opositores desse discurso sobre o “instinto de nacionalidade”).

Há porém uma grande diferença (retomando a terminologia de Antonio Candido) entre a “consciência amena do atraso” dos românticos (uma visão eufórica ou idílica do Brasil rural) e a “consciência catastrófica do atraso”, veiculada por regionalistas como Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Rachel de Queiroz ou Jorge Amado, em que a compreensão da desigualdade endêmica, do conúbio fatal “coronelismo e seca”, era, simultaneamente, uma busca dos instrumentos de sua transformação.

De todo modo, o romance regionalista conserva um senso de utopia política (de resto comprovado pelo engajamento da maioria desses escritores) que só é possível a partir da descrição de um mundo razoavelmente compreensível. Atrás do pessimismo do diagnóstico há um otimismo pragmático, que sanciona a indignação ética: a catástrofe tem causa e, por maior que seja o incêndio, é possível forjar uma consciência resistente.



A exceção talvez seja Graciliano Ramos, o mais trágico e metafísico (embora de uma metafísica dura, agreste) dos regionalistas. Em Graciliano, miséria e violência são manifestações da solidão e do desamparo brutais do homem. Não há mistério, fábula ou heroísmo homérico nos seus nordestinos; e, como tampouco há possibilidade de redenção, seus livros jamais cultivam qualquer nostalgia desse mundo elementar que, em outros autores, sempre é mais ou menos idealizado como rincão de vivências a serem resgatadas.

Como observou José Lins do Rego (um cronista do engenho de cana-de-açúcar, com lendas mágicas e costumes luxuriosos a purgarem os males da terra), Graciliano “é o primeiro caso na literatura brasileira de um homem que não ama a natureza que o cerca”. E a influência que ele exerce sobre o brutalismo da prosa contemporânea comprovam: o autor de *Vidas secas* e *Angústia* já anuncia a superação do regionalismo e um desenraizamento da literatura brasileira que perdura até nossos dias.

O colapso irreversível da modernização mostra que a cidade não é mais um epifenômeno do Brasil profundo, e sim uma “segunda natureza”, cujas catástrofes não obedecem a determinismos telúricos (como em Euclides da Cunha, precursor dos regionalistas), mas à engrenagem oculta da história. (Nesse sentido, Graciliano Ramos percorreu o caminho inverso, levando para o agreste essa visão de uma história irreversível, que tudo contamina e destrói.)

A partir de final dos anos 50 e início da década de 60, surge tanto uma literatura de sondagem psicológica (os romances de Lúcio Cardoso e Clarice Lispector) quanto uma prosa dominada pelo tema da marginalidade e da violência (como nos contos de João Antonio e Rubem Fonseca). De um lado, portanto, um tipo de relato em que o processo de construção da estrutura narrativa e a consciência metalingüística das personagens mostram a falta de lastro do real, a insularização das personagens em vivências de um mundo parcial, atomizado, que coincide com a linguagem que o descreve; de outro lado, essa mesma atomização se desdobrando em um acúmulo de experiências traumáticas e a um gozo sádico com as peripécias de personagens (meganhas, putas, traficantes, bandidos desdentados, peruas maníacas e ricos pervertidos) que encarnam as fraturas sociais.

Apesar da presença maiúscula de Clarice Lispector, que tem reverberações na prosa de Hilda Hilst (muito mais densa do que sua produção poética), João Gilberto Noll e Juliano Garcia Pessanha, o romance de introspecção psicológica permanece sendo um veio subterrâneo da prosa brasileira das últimas décadas. Hoje, assistimos ao predomínio absoluto de narrativas que procuram flagrar momentos de esgarçamento do tecido social, trazendo novamente para a cena ficcional as personagens esqueléticas, torturadas, alienadas, da periferia do capitalismo.

Boa parte desses autores se reúne sob a rubrica “Geração 90”, mas seria injusto ignorar as singularidades das narrativas cinematográficas de Marçal

Aquino, do universo insólito de Nelson de Oliveira (um leitor de Murilo Rubião e Campos de Carvalho), da dicção “pop barroca” de Ronaldo Bressane e Joca Reiners Terron, dos deserdados da terra de Marcelino Freire, dos vultos anônimos de Luiz Ruffato, do degredo doméstico das mulheres de Ivana Arruda Leite ou do mundo claustrofóbico de André Sant’Anna e Marcelo Mirisola (cujos textos pornográficos e escatológicos, de feição autobiográfica e escrita incandescente, são expressão do horror econômico e do naufrágio dos valores – por si só degradantes – da classe média).

Em todos eles, enfim, certa homogeneidade temática jamais sufoca formas inventivas de mimetizar (no duplo sentido de *representar* e *apresentar*) essa realidade cada vez mais irredutível e fragmentária. Se fosse preciso eleger precursores, porém, estes seriam Dalton Trevisan (com seu universo em miniatura, povoado por pequenos vampiros e vítimas grotescas) e alguns protagonistas do *boom* vivido pelo conto brasileiro nos anos 70, como Sérgio Sant’Anna, Ignácio de Loyola Brandão e Ivan Ângelo. E, se fosse preciso marcar o momento de ressurgimento dessa prosa urbana como tendência homogênea, certamente seria o romance *Subúrbio* (1994), de Fernando Bonassi (em que, diga-se de passagem, nota-se aquela dureza obstinada de Graciliano Ramos).

E, assim como ocorre na poesia, há autores em que seria impossível identificar constantes presentes na produção geral, autores que demandam uma leitura específica, pois também criaram universos regidos por regras próprias – e essa proliferação de microcosmos se estende desde autores “consagrados” como Lygia Fagundes Telles, Zulmira Ribeiro Tavares e Moacyr Scliar até autores que começam a se consolidar, como Modesto Carone, Cristovão Tezza, Bernardo Ajzenberg e Bernardo Carvalho.

Eles assinalam de qualquer forma, o triunfo da cidade sobre o campo como *habitat* exemplar da experiência moderna, com uma linguagem que não carrega marcas de ancestralidade cultural e em que as crises de identidade nada têm que ver com uma suposta identidade nacional, radicando antes nas ambigüidades e instabilidades de biografias individuais (essa pluralidade de destinos sendo um índice de como a cidade foi minando a uniformidade das sociedades tradicionais).

Algumas obras que aparentemente derivam do romance nordestino dos anos 30 estarão impregnadas de um sentido mítico-fantástico. Veja-se, por exemplo, a continuidade que há entre dois grandes escritores como Guimarães Rosa e João Ubaldo Ribeiro, nos quais a reinvenção do universo do sertão e do nordeste assume proporções cosmológicas, épicas e, de todo modo, antinaturalistas. O mesmo pode-se dizer de relatos de feição memorialística de dois descendentes de libaneses, o paulista Raduan Nassar e o amazonense Milton Hatoum – cujos “romances familiares” têm uma dimensão alegórica, interpretando a realidade em que estão contidos.

Todavia, o mais importante fenômeno da literatura brasileira contemporânea (e não apenas da prosa contemporânea) foi o surgimento de autores oriundos da periferia das grandes cidades como Paulo Lins (*Cidade de Deus*) e Ferréz (*Capão Pecado*), fazendo das favelas – ou “neofavelas” segundo expressão de Lins para designar esse espaço de exclusão radical, muito distante do lirismo dos morros cariocas de outrora – um emblema das encruzilhadas literárias e sociais a que o colapso do Brasil nos conduziu.

---

Manuel da Costa Pinto, Jornalista, colunista da *Folha de S. Paulo* e mestre em teoria literária pela USP, é autor de *Literatura Brasileira Hoje* (Publifolha) e *Albert Camus – Um Elogio do Ensaio* (Ateliê Editorial)

# São Paulo de todas as novelas

Maria Adelaide Amaral

Durante anos relutei em trabalhar para a televisão. Tinha escrito um romance e várias peças de teatro, algumas delas de enorme sucesso como foi DE BRAÇOS ABERTOS. Além disso trabalhava na Abril Cultural, o que me garantia resistir a qualquer proposta sedutora que viesse da televisão. Mas então Fernando Collor assumiu a presidência e com ele veio aquele nefasto e nefando plano que nos confiscou a poupança. Foi por causa disso que, totalmente sem dinheiro, aceitei em 1990 o convite de Cassiano Gabus Mendes para escrever com ele MEU BEM MEU MAL. Bendito Cassiano que me ensinou a arte e a técnica de escrever novelas (um ano depois Sílvio de Abreu completaria a minha formação), bendito Cassiano que me contaminou com o prazer de trabalhar para a televisão.

Como todas as novelas do Cassiano, MEU BEM MEU MAL era ambientada em São Paulo. Como são as do Sílvio de Abreu e como seria também quase toda a minha futura produção. Afinal é importante um autor saber onde pisa. E a Moóca jamais será Vila Isabel, assim como a periferia paulista não tem nada a ver com o subúrbio carioca. Exceto a pobreza. Fora essa circunstância comum são diferentes os tipos, diferente linguagem, diferente a maneira de se colocar diante das situações.

E já que citei a Moóca, onde se ambientava a PRÓXIMA VÍTIMA, novela de Sílvio de Abreu da qual fui colaboradora, foi exatamente lá que fui morar quando aqui cheguei com a minha família em dezembro de 1954. É claro que a Moóca mudou muito, sobretudo a parte onde vivíamos, próximo à Avenida do Estado, mas o espírito ainda continua íntegro em outras partes do bairro. O sentido de solidariedade, a informalidade, um certo conservadorismo mesclado de uma

sempre hilariante maledicência, o orgulho de pertencer a uma comunidade onde todos se conhecem e se ajudam, razão pela qual muitos se mudam para os jardins e retornam pouco tempo depois.”É uma gente metida a besta”.O rico da Moóca não é metido a besta.Conversa com todo mundo e é bom pagador.É assim também os do Belém e do Tatuapé, bairros que foram basicamente operários e hoje têm bolsões com um nível de renda mais alto que o Morumbi.

E é porque sabemos como se comportam os pobres e os ricos da Zona Leste que o Cassiano, o Sílvio e eu sempre preferimos situar nossas histórias em São Paulo.Quem não se lembra de A GUERRA DOS SEXOS e da RAINHA DA SUCATA?Quem não se recorda de ANJO MAU também foi aqui que a ambientei.Houve quem dissesse na época que era uma maneira da Rede Globo agradar as agências e os anunciantes de São Paulo, quando a razão verdadeira foi a minha total e completa ignorância da vida nos subúrbios do Rio de Janeiro.

Em 1994 a revista *Desfile* resolveu dedicar o número de janeiro a São Paulo e quando a redação se reuniu para decidir quem escreveria o editorial, por unanimidade escolheram o meu nome.Não é que eu propriamente tivesse a cara de São Paulo, mas a minha obra teatral e literária a tinha. Lembro que fiquei muito lisonjeada com essa distinção. Assim como ficaria dez anos depois com o título de Cidadã Paulistana que me seria conferido pelos serviços prestados à cidade, agora através da televisão: com A MURALHA, tinha contado o início da saga bandeirante.

Em UM SÓ CORAÇÃO, Alcides Nogueira e eu, narramos outra saga: a da revolução modernista e a transformação da cidade na Capital cultural do Brasil. De passagem, outras revoluções (a de 24 e a de 32) e outras convulsões (crise de 29, Estado Novo) e a marcante presença em todos estes fatos da emigração. O título veio de um poema de Paulo Bonfim que fala sobre São Paulo, onde todos, qualquer que seja a origem, estão animados pela mesma vontade e unidos em um só coração. Onde quer que tenhamos nascido aqui somos todos paulistas. Foi por isso que tantos mineiros, gaúchos, baianos, italianos, portugueses, espanhóis, sírio-libaneses se alistaram como voluntários para combater na Revolução de 32.Foi por essa razão que tantos morreram por ela. Foi esse o espírito da minissérie. Talvez esse seja um dos fatores de seu enorme sucesso. Não apenas em São Paulo, mas em todo o Brasil.

---

**Maria Adelaide Amaral**, escritora, nascida no Porto (Portugal), no Brasil desde 1954, escreveu 20 peças de teatro, entre as mais recentes: “Inseparáveis”, “Chiquinha Gonzaga”, “Abre Alas”, “Tarsila” e “Mademoiselle Chanel”. Autora de diversos romances. Vencedora de inúmeros prêmios Molière, Governador do Estado, APETESP, Mambembe, Shell, APCA, entre outros. Na televisão seus trabalhos mais recentes foram: “Anjo Mau”, “A Muralha”, “A casa das sete mulheres” e “Um só coração”.

# Uma trajetória pela arquitetura paulista

Mônica Junqueira de Camargo

Em 1954, quando a cidade de São Paulo completava o seu IV Centenário, já era possível identificar uma arquitetura de corpo moderno e alma paulista, realizando o sonho há anos acalentado por Mário de Andrade, que em 1920 escrevia: *“São Paulo será a fonte dum estilo brasileiro. (...) Deixem-me crer que embora perturbado pela diversidade das raças que nele avultam, pela facilidade de comunicação com os outros povos, pela vontade de ser atual, europeu e futurista, o meu Estado vai dar um estilo arquitetônico ao meu Brasil. Ah! Deixem-me sonhar!...”*, e que infelizmente não viveu para ver. Faleceu em 1945, quando o movimento arquitetônico moderno paulista atingia ainda o estágio de prontidão. As idéias que foram lançadas pioneiramente em São Paulo, nas primeiras décadas do século XX, tiveram um longo e lento processo de maturação, sobre o qual Mário teve papel fundamental. Poucos anos mais tarde, vários fatores desencadeados de maneira muito rápida permitiram a consolidação da arquitetura paulista como um movimento autônomo, com identidade própria. A criação do Departamento São Paulo do IAB, em 1943 e o Primeiro Congresso Brasileiro de Arquitetos, aqui realizado no mesmo ano que Mário nos deixou, que divulgou amplamente a já consagrada produção carioca cumpriram importante papel na aceleração desse processo.

O incentivo, por parte do Estado, à industrialização no imediato pós-segunda guerra; a chegada de arquitetos estrangeiros, que buscavam escapar da guerra: Adolf Franz Heep, Lina Bo Bardi, Giancarlo Palanti, Lucjan Korngold e Victor Reif, com comprovada experiência nas questões da arquitetura moderna; a instalação dos dois museus, MASP em 1947 e MAM em 1949 ; a criação da Bienal em 1951; e a emancipação dos cursos de arquitetura das Escolas de Engenharia, Mackenzie em 1947 e USP em 1948 tiveram o poder de aglutinar as conquistas, que não eram poucas, e deflagrar uma produção arquitetônica de alta qualidade, uma importante contribuição à arquitetura da segunda metade do século XX. Diversa enquanto forma e sentido, tal como o cosmopolitismo de seu povo, essa arquitetura soube ser fiel a certos princípios e leis que lhe outorgaram um caráter facilmente reconhecível.

Essa rápida transformação quantitativa e sobretudo qualitativa da arquitetura paulista no panorama nacional pode ser aferida pelas publicações *Brazil Builds* de 1943: entre as 41 obras mencionadas apenas 8 são de arquitetos de São Paulo; e *Modern Architecture in Brazil* de 1956: entre os 117 projetos analisados, 31 eram de paulistas. O aumento de 6% pode numa rápida análise não ser tão expressivo, mas se levarmos em conta a expansão da arquitetura moderna pelo Brasil afora, essa cota não é desprezível e se nos ativermos à análise das obras o salto qualitativo é surpreendente, o que nos leva a crer que os anos de espera não foram em vão. O processo criativo arquitetônico, como toda forma de criação, requer um tempo de decantação e não é todo o tempo invenção. O amadurecimento das idéias, no sentido da correta definição de princípios, pode gerar soluções mais sofisticadas que as originais. A trajetória do arquiteto Oswaldo Arthur Bratke se identifica e se integra a esse processo, coincide no tempo e nos caminhos percorridos pela arquitetura moderna paulista, em estreita relação com a tradição construtiva racional. Foi uma conquista paulatina e consistente que se deu através da experiência prática, da acumulação de conhecimento e que constituiu um rico acervo que contempla os princípios da arquitetura moderna, os quais soube interpretar com criatividade segundo as condições locais. Compreendeu em toda a sua abrangência, a idéia de arquitetura baseada na economia e na sociedade industrial. Acompanhou a sua divulgação e adaptação na América e o seu particular desenvolvimento pelos colegas brasileiros.

Provavelmente foi o arquiteto que teve mais projetos construídos na capital paulistana entre os anos de 1940 e 1960. Assim, sua obra constitui um excelente acervo, uma fonte inesgotável de subsídios para o estudo da arquitetura moderna.

Bratke pertenceu a essa geração de arquitetos paulistanos que promoveu muitas e significativas transformações na arquitetura brasileira. Era ainda estudante quando foram construídos os primeiros exemplares que rompiam com as

tradições clássicas no país<sup>1</sup>. Viveu na prática o desenvolvimento das novas técnicas construtivas. Conviveu e atendeu a essa sociedade em transformação que adquiria novos hábitos e se lançava na busca de novos valores. Presenciou a cidade crescer e participou de sua transformação. Ajudou a construir o consagrado acervo arquitetônico brasileiro do período moderno.

Nascido em 1907 na cidade de Botucatu e falecido em São Paulo em julho de 1997, Bratke formou-se em 1931 engenheiro-arquiteto pela Escola de Engenharia Mackenzie. Diferentemente do Rio de Janeiro que já contava com uma escola de arquitetura desde 1826, ligada ao ensino das Belas Artes, os primeiros cursos de arquitetura na capital paulistana foram instalados junto às escolas de engenharia, o da Escola Politécnica em 1894 e o do Mackenzie em 1917. A arquitetura era então uma das opções ao lado da engenharia civil, mecânica ou agronomia e os seus alunos diplomavam-se engenheiros-arquitetos, constituindo uma minoria de não mais do que dois ou três ao ano, tendo alguns anos sem nenhum aluno. Como referência, vale mencionar que, entre 1899 e 1917 formaram-se 20 engenheiros-arquitetos, entre 220 engenheiros-civis. A falta de uma classe profissional representativa, em parte, justifica a lenta consolidação do movimento moderno paulistano, que apesar dos primeiros manifestos modernos<sup>2</sup> aqui lançados e das experiências que vinham sendo desenvolvidas por Warchavchik, Rino Levi e Flávio de Carvalho não havia em São Paulo o ambiente propício à sua propagação.

Até meados da década de 40 na cidade de São Paulo, praticamente não se vendia projeto isolado da construção, oferecia-se a obra acabada e o mercado de trabalho era, assim, dominado pelas firmas construtoras. Com Bratke não foi diferente, iniciou sua atividade profissional numa construtora em sociedade com Carlos Botti, a Bratke & Botti. Também os arquitetos Eduardo Kneese de Mello, Ícaro de Castro Mello e João Vilanova Artigas, projetistas de marcos emblemáticos da produção paulista começaram com uma construtora. Os projetos, nessa época, muitas vezes se restringiam a simples plantas de prefeitura e o detalhamento era todo resolvido durante a execução, na própria obra. O arquiteto Rino Levi foi o primeiro a se dedicar exclusivamente ao projeto arquitetônico, criando uma sistemática de projetar — plantas, cortes, fachadas, detalhamentos — que se tornou padrão para as gerações seguintes.

---

<sup>1</sup> A casa da rua Santa Cruz de Gregori Warchavchik data de 1927 e os polêmicos projetos de Flávio de Carvalho para os concursos do Palácio do Governo de 1928 e Assembléia Legislativa de 1929.

<sup>2</sup> Arquitetura e a estética das cidades. Rino Levi, O estado de S. Paulo, 15 out. 1925. e Acerca da Arquitetura Moderna, Gregori Warchavchik. Correio da manhã, Rio de Janeiro, 1º nov.1925.



O intenso convívio com os canteiros de obra proporcionou a Bratke um profundo conhecimento dos materiais e técnicas construtivas que lhe possibilitou desenvolver os princípios da racionalização da construção, propondo soluções economicamente adequadas ao custo das obras e explorando ao máximo os recursos plásticos que os materiais e as técnicas permitiam.

Com a morte de seu sócio, em 1942, Bratke optou por seguir o caminho aberto por Rino, abandonou a construção e passou a se dedicar exclusivamente ao projeto. O domínio do processo construtivo e das técnicas de representação gráfica lhe facilitou desenvolver uma sistemática para a produção de projetos, sobretudo de detalhamento que atendia prontamente a todas as exigências dos canteiros, em muito enriquecendo a cultura arquitetônica. A elaboração do projeto completo independente do cotidiano da obra lhe proporcionou uma revisão crítica da concepção arquitetônica, até então muito difícil, uma vez que boa parte do detalhamento era resolvida na própria obra. Mesmo quando deixou de ser o responsável pela execução, acompanhava sistematicamente o andamento da obra, nunca abriu mão da obra bem executada e bem construída como fator determinante da qualidade arquitetônica. Só assumia publicamente a autoria do projeto, colocando a placa na obra três meses antes desta ficar pronta, quando já era possível aferir se a execução atendia aos padrões técnicos estipulados por ele.

Autor de cerca de 1500 projetos espalhados pelo país, cuja maioria foi executada, Bratke manteve, até meados da década de 60, um dos mais ativos ateliês de arquitetura da cidade de São Paulo, por onde passaram vários estagiários que com ele aprenderam particularmente o prazer de fazer arquitetura. Não obstante tenha desenvolvido projetos para programas diversos, com complexidade variada, que incluem de objetos a planos urbanísticos, Bratke teve especial predileção pelos programas residenciais. Livre de preconceitos, ele se permitiu experimentar de tudo com o mesmo rigor e parcimônia, estilos, materiais e técnicas construtivas. Foi pioneiro no uso da laje plana para coberturas, da cortina de vidro para vedação de edifícios, criou elementos vazados e caixilharias para atender demandas específicas que vieram a ser adotados pela indústria.

Sem a preocupação de fazer uma revolução, ele foi trabalhando a essência das transformações, introduzindo paulatinamente as suas mudanças. Soube tirar proveito da topografia, implantando as residências ao longo dos desníveis e estabelecendo uma dinâmica relação entre interior e exterior. Trabalhou o arranjo programático com muita versatilidade: foi adequando as plantas às novas necessidades de acordo com as exigências dos lotes, setorizando-as em áreas de permanência diurna e noturna, e minimizando as áreas de circulação. Anexou a edícula ao corpo principal da construção, inverteu as áreas funcionais, até haver a completa rotação dos serviços e garagem para a frente do lote e a área social abrindo-se para os fundos, permitindo maior integração do interior e exterior sem prejuízo da privacidade do ambiente doméstico.

O seu talento associado ao seu agudo senso prático o libertou dos modelos formais e tecnológicos próprios de sua época, conferindo-lhe uma independência de pensamento e ação, que o destacou entre seus contemporâneos. Sempre utilizando formas simples, mas de grande efeito, Bratke criou volumetrias predominantemente horizontais definidas pelas molduras estruturais que permitiam um diversificado jogo de cheios e vazios, estabelecendo um interessante ritmo de composição, que lhe tornou característico. Não cultuou o concreto aparente, tampouco a forma livre e produziu arquitetura moderna.

A sua fase inicial, a da produção eclética que coincide com a sua atividade de construtor, de modo geral desprezada pela crítica e até por ele mesmo, constituiu um campo experimental de primeira grandeza. Explorou, nessas inúmeras obras que construiu, a potencialidade do racionalismo construtivo que permitiu o levantamento das questões experimentais, que por sua vez desencadearam as suas conquistas formais, cujo resultado demonstra um sereno equilíbrio entre experimentação e construção responsável.

No período mais maduro de sua obra, sua poética baseia-se na simplificação dos processos construtivos e, portanto, passível de ser construída em série com elementos padronizados e pré-fabricados. Infelizmente, por uma conjuntura nacional adversa, o processo industrial não se viabilizou para a construção civil daquela época. Contudo, é possível dizer que produziu em larga escala: graças à organização que criou, conseguiu atingir tal apuramento na sistemática de trabalho, que mesmo o elevado número de projetos que realizou em nada comprometeu a qualidade de sua arquitetura, pelo contrário exigiu constante aperfeiçoamento. Sempre trabalhando com uma equipe diminuta, Bratke conseguiu estabelecer uma linha de produção de projeto bastante eficiente, fruto da acumulação de experiência e da avaliação crítica dos resultados.

Bratke não optou pela eterna excepcionalidade criando obras de grande impacto, mas, desenvolveu um processo minucioso e exaustivo. Ao longo de sua trajetória é possível identificar um refinamento de forma e de detalhe de um projeto ao outro, caracterizando uma evolução sempre coerente que foi, gradativa e experimentalmente, incorporando os princípios da arquitetura moderna, os quais elaborou, interpretou e sempre se manteve fiel.

Seus projetos, independente da escala, de cidades a objetos, não são apenas modelos de economia funcional, de clareza distributiva e formal, de qualidade estética integrada à utilidade, mas também de respeito civil e democrático em relação à classe a que o projeto se destina, e a qual Bratke nunca pretendeu ensinar a viver ou a adquirir um direito à cidadania, mas respeitou a todos como sociedade. Esse cuidado e respeito no trato com o cliente foram os responsáveis pela sua crescente clientela. Eliminando qualquer implicação ideológica e qualquer intencionalidade reformista, sua arquitetura se aproxima da comunidade,

constituindo realmente um serviço e não um programa social. A Bratke pode ser atribuído o mérito de ter introduzido a arquitetura moderna para a classe média, no início restrita à elite intelectual e aos artistas, os poucos iniciados nas questões modernas. Atingiu um grande público, não teve a preocupação de fazer uma arquitetura apenas para arquitetos.

Bratke trabalhou numa outra dimensão, diferente daqueles que ergueram a arquitetura moderna como uma causa ou missão, nem por isso, menos importante sob o ponto de vista social. O que o preocupava não era como enfrentar a grande questão do destino da humanidade, mas pragmaticamente buscava resolver a questão da coexistência dos homens entre si, dos homens com o ambiente edificado e com a natureza. Para ele, a arquitetura não se resolvia ditando regras e princípios, mesmo os mais liberais; resolvia-se vivendo e interpretando a realidade.

A busca da organização dos programas segundo as necessidades, as disponibilidades de espaço e dos recursos econômicos colocaram-no frente à questão funcional. O seu espírito investigativo expresso na sua disposição de experimentar novos materiais e desenvolver métodos de trabalho mais eficientes, econômicos e dinâmicos que interferissem diretamente no tempo e conseqüentemente no custo da obra levou-o a desenvolver um racionalismo construtivo, que lhe permitiu explorar com muita particularidade a estrutura e a modulação. As conquistas tecnológicas por ele promovidas não foram mera demonstração de ousadia formal, mas comprovadamente abreviaram o tempo de obra e baratearam o seu custo. A sua preocupação com os princípios de modulação e reprodução dos elementos construtivos e com as facilidades de execução determinou uma arquitetura que poderia facilmente ser transportada para uma escala industrial, o que foi verdadeiramente demonstrado nos núcleos habitacionais do Amapá.

Desenvolvida de maneira empírica, sua arquitetura foi resultado da correta observação dos problemas face à idéia de arquitetura veiculada naquele momento, o que demonstra sua capacidade de compreensão do fenômeno arquitetônico em toda sua extensão. Traduziu os problemas sociais em termos de economia e técnica, não só a economia de gastos supérfluos, mas, sobretudo o emprego racional do espaço sem nunca ter deixado seduzir-se pela originalidade inventiva ou pelas acrobacias estruturais.

Artista, habilidoso e criativo, desenvolveu o senso do equilíbrio e da harmonia numa linguagem condizente com as suas conquistas funcionais e racionais. Acreditando pouco em soluções geniais e desprovido de preconceitos, permitiu-se experimentar de tudo nessa sua grande paixão que foi a arquitetura. Bratke nunca se preocupou em justificar seu trabalho através de discursos teóricos. Seus projetos, porém, são registros precisos das várias conquistas que não foram fatos isolados e sem conseqüências, muito pelo contrário, constituíram o acervo básico para seu amadurecimento profissional.

Presença freqüente na historiografia da arquitetura moderna brasileira, bem como nas revistas especializadas seus trabalhos também foram publicados na Europa, nos Estados Unidos e no Japão. Três edifícios seus estão listados no inventário dos bens arquitetônicos da cidade de São Paulo, um de seus projetos residenciais é hoje um museu. Entre as suas obras mais conhecidas podem ser destacadas a Fundação Oscar Americano (1952), o Edifício Jaçatuba (1942), o Edifício ABC (1949), o Hospital Infantil do Morumbi (1951), a AACD (1958), a Escola de Minas e Metalurgia da Universidade de São Paulo (1962), o Grande Hotel de Campos de Jordão (1940), as Termas de Lindóia (1952), as Estações da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro em Ribeirão Preto e Uberlândia (1962) e os Núcleos urbanísticos Vila Amazonas e Vila Serra Navio (1955).

Bratke soube manter uma trajetória independente, na atitude e na forma. Sem a preocupação de querer fazer uma arquitetura moderna ou brasileira, mas com o firme propósito de fazer boa arquitetura conseguiu atingir resultados adequados a seu tempo e lugar. Sua produção configura-se como uma conquista, resultante de um processo de permanente investigação, que o levou a uma ruptura com as soluções ecléticas que vinha desenvolvendo a favor de uma arquitetura que atendessem com maior eficiência as necessidades daquele momento. Da formação clássica herdou, mais do que o conhecimento dos estilos históricos, a moral do trabalho bem feito, bem acabado, de que a estética acadêmica era a expressão.

Uma arquitetura que se caracterizou pela criatividade, leveza e simplicidade, cuja qualidade estética foi compatível à qualidade construtiva, é, portanto, digna da atribuição — moderna e paulista.



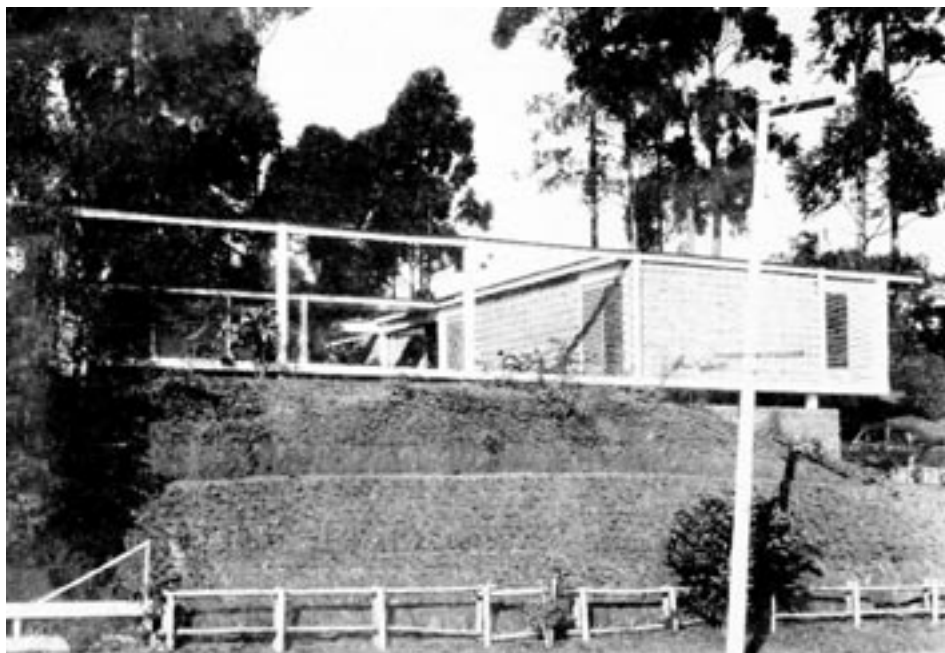
*Grande Hotel, Campos de Jordão - 1940*



*Residência do Arquiteto, (demolida) av. Morumbi - 1950*



*Residência Oscar Americano (hoje Fundação Maria Luísa e Oscar Americano) - 1952*



*Residência Joly (demolida) av. Morumbi - 1954*



*Os três edifícios localizados nas esquinas da rua Major Sertório com rua Araújo foram projetados por Bratke em diferentes momentos: à esquerda Ed. Renata Sampaio Ferreira -1962; ao centro Ed. ABC - 1949; à esquerda Ed. Jaçatuba - 1942*



*Hospital Infantil do Morumbi - 1951*



*Termas de Lindóia - 1952*



*Universidade de São Paulo - Escola de Minas e Metalurgia - 1962*





*Núcleo habitacional Vila Serra do Navio - 1955*



*Residência operária - Núcleo habitacional Vila Serra do Navio - 1955*

---

Mônica Junqueira de Camargo, arquiteta, professora doutora da FAU/USP, autora de Joaquim Guedes, Cosac@Naify, 2000.

# A publicidade de São Paulo precisa parar. E pensar

Washington Olivetto

Francesc Petit, José Zaragoza e Javier Llussá são paulistanos da Catalunha, Jens Olesen é paulistano da Dinamarca, Andrés Bukwinski é paulistano da Polônia, Helga Miethke é paulistana da Alemanha, Javier Talavera é paulistano do México, Ruy Lindenberg é paulistano dos EUA, Rui Branquinho é paulistano de Moçambique e Magy Imobedorf é paulistana da Suíça.

Roberto Dualibi é paulistano de Mato Grosso, Ricardo Freire é paulistano do Rio Grande do Sul, Duda Mendonça e Nizan Guanaes são paulistanos da Bahia, Marcelo Serpa e Fabio Fernandes são paulistanos do Rio de Janeiro e a família Salles é paulistana de Pernambuco.

Estes são apenas alguns nomes da publicidade de São Paulo, a mais internacional das publicidades do mundo, feita por paulistanos de todos os lugares do planeta. Até mesmo de São Paulo.

Como Alex Periscinoto que é paulistano do Belém, Julio Ribeiro que é paulistano do Jardim Paulistano, Luiz Lara que é paulistano do Pacaembu, Gabriel Zellmeister que é paulistano do Itaim e os primos Boni e Julio César Xavier da Silveira que são paulistanos de Osasco.

São Paulo fez a pré-história dessa história e colocou o Brasil no mapa da publicidade mundial.

Foi aqui que se instalaram as primeiras multinacionais como a Thompson e a McCann Erikson.

Foi aqui que surgiu a Norton, a primeira grande agência 100% brasileira.

Foi aqui que foram feitas as duas grandes revoluções criativas : a da DPZ que é a mãe de todas e a da W/Brasil que é a filha da mãe.

Foi aqui que foi criado e produzido o primeiro leão de ouro da publicidade brasileira, em Cannes.

Foi aqui que foi criado e produzido o Garoto Bom Bril.

Desde 1994, no Guinness Book of Records, como a campanha há mais tempo no ar da publicidade em todo mundo.

Foi aqui que foi criado e produzido o único Grand Prix da publicidade brasileira no Clio.

Foi aqui, foi aqui, foi aqui, foi aqui, mas foi aqui é passado.

Vamos pensar no futuro.

São Paulo pode fazer a pós-história dessa história e manter o Brasil no mapa da publicidade mundial.

É aqui que recordes mundiais de inscrições nos vestibulares para publicidade são batidos todos os anos. E é aqui que despontam novos talentos e surgem novas agências todos os dias.

Só que existem alguns fatores fundamentais para que isso aconteça, e os novos paulistanos de todos os lugares do planeta, que fazem a publicidade de São Paulo, precisam ter consciência disso.

É aqui que a ética precisa voltar a ser praticada em vez de discutida.

É aqui que o popular precisa ser novamente exaltado e o vulgar combatido.

É aqui que o talento verdadeiro precisa ser revalorizado e o artificial combatido.

É aqui que a consciência de que a fama tem de vir depois do trabalho precisa ser reacesa.

Porque cabe a São Paulo dar o exemplo e porque só assim os próximos 450 anos da publicidade desta cidade amada poderão ser tão fascinantes quantos os primeiros, que na verdade não foram 450, mas valeram como se fossem.

---

**Washington Olivetto**, Paulistano de São Paulo, nascido no Hospital Matarazzo, na Avenida Paulista.

# A música de São Paulo (uma memória pessoal)

Zé Rodrix

Só posso falar do que vi e ouvi: o contrário disso seria impor a quem me lê uma idéia falsa do que pretendo dizer. Meninos, eu vi, mas apenas o que vi, e não falo do que não vi nem relato o que não experimentei. Se existe alguma verdade sobre a música de São Paulo, esta verdade só pode ser a sua escandalosa diversidade, tão imensa que seria impossível tentar abarcá-la, e por isso devo narrar exclusivamente os acontecimentos e as experiências musicais que assisti com meus próprios olhos, das quais participei como artista ou platéia, dando notícias de seus resultados. Aquilo que essas experiências causaram em meu caminho por esta Paulicéia desvairada, desvirada e devorada, foi-se insinuando vagarosamente em meu coração a ela avesso, tomando-o permanentemente quando eu menos esperava e tornando-se parte de mim mais do que qualquer outro lugar desse mundo.

São Paulo era menos que um retrato na parede, no início da década de 60. Em minha casa carioca no bairro de Botafogo era mencionada apenas como “a cidade para onde seu pai queria ir quando saiu da Bahia”, marcando a partir dessa súbita mudança de planos, a minha naturalidade tão distante da Bahia original quanto da metrópole pujante que nunca fora alcançada. Tinha notícias vagas da existência de parentes nessa cidade, primos paulistas, como eu também fruto de uma viagem da Bahia para o sul, só que sem a desistência causada pelo encanta-

mento da Cidade Maravilhosa que acometera meu pai à primeira visão da Praia de Copacabana. Meu tio Cantídio, quando vinha do sertão baiano para renovar o estoque de seu bazar em Brumado, sempre visitava nossa família, tão pequena aos moldes do clã dos Trindade, em que ninguém alguma vez teve menos que 11 filhos. Em casa éramos apenas três, e quando meu tio chegava com notícias dos inúmeros primos do sertão, essas notícias só tinham contraponto nas narrativas sobre os primos de São Paulo, também muitos, e da mesma forma fora de meu alcance, pela distância.

Em 1961 vim a São Paulo pela primeira vez, para um Campeonato Nacional de Judô, esporte que tanto eu quanto meu pai praticávamos: minha mãe nos fez companhia nessa vigem de ônibus, por uma Dutra bem diferente da de hoje, atravessando cidades estranhas e subitamente chegando a um lugar gigantescamente avassalador. A impressão que me deu, à época, só a explico hoje: se soubesse disso, teria certamente dito estar em uma cidade só centro, sem periferia nem bairros. A temperatura, a luz invernal, as pessoas vestidas de maneira tão diversa da que eu conhecia, me puseram imediatamente em um país estrangeiro, que eu sequer tentei compreender, mas do qual me admirei muito.

Meus primos moravam numa transversal da rua da Cantareira, Pedro Álvares Cabral, perto do Mercado Central, e quando lá cheguei descobri um fato alucinante: O mais velho deles, Jurandir, mais um dos inúmeros tipos meio-malucos em que a família Trindade é próspera, revelou inesperadamente ser o baterista de um conjunto de rock n'roll chamado Jet Blacks. Foi, à moda de Manoel Bandeira, o meu primeiro alumbramento: eu era fã do grupo, um conjunto instrumental de guitarras tipo Ventures, do qual eu possuía um LP denominado TWIST COM OS JET BLACK'S, que ouvia sem parar na vitrola de casa. Jurandir se tornou, imediatamente, meu ídolo, contando histórias de artistas, shows e gravações, relatando tal intimidade com gente famosa que eu nem piscava. O mais terrível é que tudo era verdade: no meio da conversa bateram à porta e era Tony Campelo, o irmão da Cely, querendo falar com ele sobre a gravação de um disco nos dias seguintes. As roupas, os cabelos, as botas dos paulistas, eram inacreditavelmente mais fascinantes que o sotaque carregado, só antes ouvido na voz de Isaurinha Garcia, e o Campeonato de Judô se desvaneceu de minha mente como que por encanto. Não me recordo de nenhum detalhe das lutas, nem mesmo de como eu e meu pai conseguimos as medalhas que trouxemos para casa: a música que se fazia em São Paulo, a vida que vibrava em torno dessa música, passou a ser tudo que me interessava.

No dia seguinte, uma sexta-feira, saímos pela tarde para “dar uma banda”, como meus primos diziam, me ensinando uma expressão nova que eu raras vezes tive coragem de usar, por considerá-la possível apenas em São Paulo. Entrei pela primeira vez na vida em um estúdio de gravação, o da antiga RGE, se não me en-

gano, na Rua Dna. Veridiana, onde Cely Campello gravava mais um disco, lá encontrando os Titulares do Ritmo, seis cegos musicalíssimos que faziam os vocais de apoio, o saxofonista Bolão, e pude ver meu primo Jurandir abafando a caixa da bateria com a gravata que usava, para que o som ficasse mais surdo, como o Tony queria. Na saída de lá, ainda tonto, comi o primeiro hambúrguer de minha vida, numa lanchonete americanizada da Av. Angélica chamada Gonçalito. No sábado experimentei as delícias da culinária paulistana: mais um hambúrguer no Burdog, uma lanchonete do lado do cemitério do Araçá, que meu primo Biguá fez questão de afirmar ser a fonte da carne do hambúrguer que eu estava comendo. Pelo sim, pelo não, não pedi o segundo. No domingo, nosso último dia, enfrentamos uma inesquecível comida italiana em um restaurante chamado Jardim di Napoli, do qual sou freguês até hoje, acompanhando-o desde essa sede original no Viaduto Maria Paula até o lugar que hoje ocupa, em Higienópolis. Jurandir não nos acompanhou: tinha que estar na televisão, no programa do Roberto Carlos, e eu só fiquei pensando amargamente porque não tínhamos ido com ele. Nessa época nem tudo era possível, como hoje.

Não posso dizer que sim nem que não, mas de alguma maneira essa experiência de quatro dias em São Paulo deve ter marcado a minha vida, porque da próxima vez que voltei a São Paulo, cinco anos depois, já era semiprofissional de música, cantando em um grupo vocal chamado Momento Quatro, mais um dos inúmeros quartetos vocais que o MPB4 tinha deflagrado em todo o país. A primeira vez que entrei no Teatro Record, na rua da Consolação, quase rolei as escadas: era O Fino da Bossa, se não me engano, e a viagem de trem até São Paulo revelara a presença de muitos famosos, que insistiam em tomar o “avião dos covardes”, como era conhecido entre eles: lá estavam Vinicius de Moraes, Aracy de Almeida, Cyro Monteiro, e eu comi o mesmo filé-a-cavalo que eles haviam pedido, queimando nas papilas gustativas da minha memória o seu sabor inacreditável jamais reencontrado. No Teatro Record cruzei com gente que até então era apenas um retrato nas revistas, uma voz nos discos, uma imagem nas TVs, e à noite, saindo do programa, fomos levados a um restaurante chamado Patachou, num segundo andar de um prédio na inacreditável Rua Augusta, onde essas mesmas pessoas estavam bem diferentes, naturais, sem as roupas chiques com que tinham feito o programa, rindo, conversando, cantando, numa intimidade invejável.

Noto com certo prazer o quanto essas memórias estão unidas aos sabores da comida de São Paulo: não há nenhum momento de que me recorde que não esteja intimamente ligado a um sabor único, inesquecível, recuperado de vez em quando no próprio lugar onde foi experimentado pela primeira vez, ou então na minha própria cozinha, quando o paladar aguçado pela saudade me faz ir em busca do sabor perdido. Os sabores da música de São Paulo são tão ou mais variados que os gastronômicos. Nesse Patachou cada um tinha seu prato preferido,

e se o enevoamento progressivo da mente não me permite recordar quais seriam eles, pelo menos me faz ver claramente em seu salão a nata da música popular brasileira da época: Elis, Vinicius, Baden, um jovem e ansiosíssimo Vandrê, um animadíssimo Jair Rodrigues, um caladíssimo Chico Buarque de Holanda. Havia recém acontecido o Festival da Record de 1966, em que DISPARADA havia empatado com A BANDA, e nunca houve um momento como esse: a música que se fazia no Brasil era a coisa mais importante que o Brasil tinha, mobilizando multidões em todo o território nacional, e São Paulo se tornara a Meca de quem quer que se achasse possuidor de talento suficiente para pretender um lugar ao sol. A cidade fervia, com inúmeros bares e boates onde essa música era tocada, cantada, dançada, vendida, comprada, gerando um cabedal astronômico de lucros. Nunca participamos do programa de maior sucesso do momento, o campeoníssimo ESTA NOITE SE IMPROVISA, onde tanta gente acabou por destacar-se antes de poder mostrar musicalmente aquilo a que tinha vindo, mas a programação da TV Record era realmente o que havia de melhor e mais importante para a música feita no Brasil.

Ficávamos hospedados no Hotel Danúbio, e à época do Festival de 67, do qual participamos com Edu Lobo, Marília Medalha e o Quarteto Novo na defesa de PONTEIO, de Edu Lobo e Capinan. Meu quarto, dividido com Ricardo Villas, era parede-meia com o de Gilberto Gil, que rodava sem parar numa vitrola o disco SGT. PEPPER'S LONELY HEARTS CLUB BAND, dos Beatles, sem que entendêssemos porque. No dia do festival ficou tudo claro: era a mudança radical da chamada MPB que se prenunciava naquele quarto de Hotel onde ele morava com Nana Caymmi, com quem estava casado à época, e que explodiria no palco da Record com DOMINGO NO PARQUE, fazendo par com ALEGRIA, ALEGRIA, mudando definitivamente a forma como enxergaríamos o fenômeno da música daí em diante.

A vitória de PONTEIO hoje me parece uma vitória de Pirro: o júri, simpático e incompetente como todo e qualquer júri de festival, premiara o que estava por vir, mas garantira a supremacia do que já estava estabelecido dando o primeiro lugar a PONTEIO. Para nós, que vínhamos do nada quase absoluto, foi inacreditável: a viagem que deveria levar apenas um fim de semana se multiplicou enormemente, e passamos mais de duas semanas em São Paulo, fazendo TODOS os programas musicais da TV Record, que sempre apostava todas as suas fichas nos festivais que produzia. Rendeu-nos, no entanto, uma deliciosa noite: o poeta suíço Simon Tygel, pai do David, nosso companheiro de quarteto, resolveu propiciar-nos uma noite de reis. Levou-nos primeiro a um restaurante em outra unidade da federação, tal a distância que percorremos: atravessamos rios, pontes de madeira, estradas escuras sem calçamento, até chegar a um estranho lugar que ele disse ser o bairro dos imigrantes alemães de São Paulo. O restaurante? O Köbbes, que

fechou faz pouco tempo, e ficava logo ali, em frente à estátua do Borba Gato, tão perto e tão longe, hoje em dia, graças ao trânsito da região. Depois de um jantar digno dos imperadores do planeta, atravessamos de volta a escuridão selvagem que nos separava do centro de São Paulo e fomos literalmente jogados dentro do Kilt Club, onde já nos esperavam quatro profissionais do amor, contratadas pelo Simon para dar-nos o melhor de todos os prêmios. Do meu, nada tenho a reclamar: era uma profissional de primeiríssimo time, com sabedoria suficiente para não só controlar, mas também se aproveitar com sucesso de minha sofreguidão adolescente. Sabores da música, da gastronomia e do sexo, santíssima trindade dessa cidade nem um pouco santa.

Contratados por Marcos Lázaro, que na verdade era o fornecedor de atrações artísticas da TV Record, passamos a frequentar São Paulo cada vez mais amiúde. Devo dizer que detestava a cidade: o ar cansado das construções, os raríssimos dias de sol, os quartos de hotel, os estúdios de TV, os restaurantes, bares e boates que frequentávamos não eram suficientes para mostrar a alma da cidade, ao mostrar só uma parte dela. Chegou um dia em que a pizza do ZiTeresa, ao lado do Teatro Record, não descia mais: o Patachou ainda era a melhor opção, depois dos programas, e eu me acostumei a pedir o Filé a Torquato Neto, inventado pelo próprio: Filé alto, arroz com passas e champignons, batatas portuguesas e compotas quentes, uma mistura de doces de goiaba, morango, abacaxi, que adicionados ao prato deixavam-no incredivelmente exótico e saboroso. Os ânimos ferviam, e eu assisti à briga de Caetano e Vandrê quando Caetano, acompanhado de Gal, mostrou-lhe a música que havia feito para que ela gravasse, uma delicadeza em 3/4 chamada BABY. Quando Vandrê ouviu a frase “você precisa saber da piscina, da margarina, da gasolina”, bateu a mão na mesa, interrompendo a canção e gritando: - Mas isto é uma merda! Caetano já não gostava de não ser adorado por todos: quase voou no cangote de Vandrê, que se escafedeu rapidinho.

Éramos contratados do Marcos Lázaro, e ele, muito sabiamente, não nos exclusivizara na Record: por isso um dia fizemos um programa de domingo na TV Excelsior, e eu decidi almoçar no Gigetto, onde o papo com alguns amigos e amigas me fez atrasar para o programa. Sai em disparada, entrei num táxi e disse:- Por favor, amigo, rapidinho para TV Excelsior! O motorista abaixou a bandeira, ligou o carro, deu uma marcha-à-ré de 20 metros, se tanto, e parou do outro lado da rua. Eu não fazia a menor idéia de que a TV Excelsior fosse na mesma rua, ali onde hoje funciona o Teatro Cultura Artística.

Foi Torquato Neto quem me ensinou a amar essa cidade: uma noite estávamos em sua casa, um micro-apartamento no prédio dos cines Metro – S.João (onde eu uma vez fui barrado por estar sem paletó nem gravata) e ele percebeu meu desgosto com a metrópole que eu não conseguia entender. Levantou-se, pegou um casaco e disse: - Vem comigo. Saímos andando por uma madrugada pau-



listana típica, com garoa, passando por todos os ícones dela, restaurantes, bares, boates, prédios, praças, pessoas, enquanto ele mansamente me explicava a cidade e suas idiossincrasias. Quando o sol nasceu estávamos de volta ao prédio, e eu já estava em paz com minha futura morada.

Nessa época gravamos em São Paulo o primeiro (e único) LP do Movimento Quatro, exatamente naquele estúdio da Rua Dna. Veridiana, que agora se chamava Scatena e era o melhor que havia em todo o Brasil. Nosso produtor era Manoel Barembein, produtor dessa nova música tropicalista, desse som universal que São Paulo vinha produzindo, escolhido por nós exatamente para possibilitar o exercício da modernidade que desejávamos, ainda que na maior parte do tempo fossemos exatamente aquilo do que queríamos escapar. Os Mutantes, também produzidos pelo Barembein, dividiam o estúdio conosco, na gravação de seu primeiro e mais fascinante disco. Tecnologia novíssima, as fitas de quatro canais eram raras, e quando terminamos de gravar uma delas, fixando metade das bases instrumentais que Rogério Duprat e Damiano Cozzella nos haviam escrito, passamos para uma segunda fita para gravar o resto. Na hora em que tudo estava terminado, a descoberta terrível: a segunda fita era a primeira, tínhamos gravado sobre uma fita usada, e a gravação da segunda metade apagara os primeiros arranjos gravados. Tudo acabou sendo refeito, sem maiores danos, a não ser a meu senso de destino, mas esse apuro me deixou com a certeza de que a tecnologia é excepcional quando ajuda, mas péssima quando atrapalha.

O fato de todos termos sido tradicionalistas em 67 e tropicalistas em 68 mostrava nosso paulistaníssimo pragmatismo, mas também nossa esquizofrenia invertida, pois começáramos como bombeiros e nos transformáramos em incendiários, sem que isso desse qualquer resultado. No Festival da Record de 68 conheci uma dupla de compositores cariocas interessantíssimos, Rô e Carlinhos, que haviam sido classificados com sua FESTA É FESTA no balaião, mas que, como eu mesmo com a minha A CHARRETE, não foram reconvocados para a finalíssima. Sem problemas: o Hotel Danúbio estava tão cheio que ninguém se preocupava mais em saber quem estava hospedado e quem não estava, e o trânsito nos corredores durante a madrugada era maior que o trânsito entre as boates de prostituição da Major Sertório e os hoteizinhos baratos que delas se serviam como fornecedoras de matéria-prima. Juntos fomos ser hippies em Porto Alegre, não me perguntem porque exatamente em Porto Alegre, e em 69 eu e Rô voltamos a São Paulo, ficando definitivamente hospedados durante meses na biblioteca da casa de Márcia Pedroso Horta, uma figuraça que tinha sido casada com o Carlos Thyré, pai de sua filha Bárbara, e que agora estava morando com Flavio Porto, irmão de Sergio Porto, o famoso Fifuca. Com ela penetramos os desvãos da iniciante TV Cultura, onde fizemos alguns programas esperando uma efetivação, que nunca veio.

Daí em diante eu só retornei a São Paulo no final da década de 70, quando já no Som Imaginário fizemos duas temporadas: uma com Gal Costa no antigo Teatro Vereda, na rua Frederico Steidel, e outra com Milton Nascimento no Teatro Gazeta, hoje auditório da TV do mesmo nome. Na época do Vereda encontrávamos a turma da meia-noite, que eram Aracy de Almeida acompanhada pelo que mais tarde viria a ser o Joelho de Porco, nesse instante ainda reduzido à figura de seu criador e mentor espiritual, Tico Terpins. A cidade fervia: estavam em cartaz os espetáculos mais fascinantes, Hair, O Balcão, os shows mais famosos, e depois do espetáculo eu sempre ia pegar meu amigo Cláudio Mamberti no Teatro Ruth Escobar, de onde partíamos para pegar mais alguns amigos e amigas na porta do Teatro Aquarius, de onde íamos invariavelmente para um arremedo de boate na Rua Santo Antonio, onde pontificava o fenomenal Roberto Luna, de quem me tornei admirador incontestado. Nos hospedávamos no Hotel Rojas, que depois se tornou meu ponto fixo em diversas temporadas paulistanas, e quando da temporada com Milton, indo mal das pernas em matéria de dinheiro, acabamos por nos mudar para o Amália Hotel, onde eu, várias vezes em anos anteriores havia ido visitar Lennie Dale, vizinho de porta de Geraldo Vandré. Do Rojas fugimos sem pagar a conta, e do Amália quase, porque pagamos a metade, mas eu fiz questão de retornar sempre que possível ao Rojas como forma de ressarcir as despesas que certamente havia dado.

Em 72 estava de volta, aparentemente em definitivo, porque Rogério Duprat, num laivo de genialidade vanguardista, resolvera contratar compositores jovens para produzir músicas de publicidade em sua produtora PAUTA, um antigo estúdio que tinha sido propriedade dos Titulares do Ritmo e que agora Rogério tocava com seu sócio Luis Botelho. Ele fez uma proposta interessantíssima ao trio Sá, Rodrix e Guarabyra, e nós nos mudamos de mala e cuia, começando o que seria uma carreira mais ou menos constante na vida dos três, e que eu abraçaria com exclusividade durante quase 20 anos. Fui morar em um delicioso apartamento de dois quartos na rua Saint Hilaire, aquela sem saída que acaba numa escada na Brigadeiro Luis Antonio onde tem (ou tinha) o Judô Ono. Ali criamos obras-primas da publicidade brasileira, e quando o trio terminou, acabei saindo da PAUTA e indo para a concorrente PROVA, do José Scatena, onde já trabalhavam o Tavito, o Hareton Salvanini e muitos outros, todos comandados pelo Maugeri Neto, um genial criador de jingles, autor dos famosos “varre, varre, vassourinha” e “a pulguinha dançando o ye-ye-ye...”

O trabalho de publicidade era fenomenalmente interessante, porque lidava com categorias imponderáveis e um estilo de música que era flagrante quando a gente ouvia no rádio: não havia maneira de confundir um jingle com uma música, mesmo sabendo que os grandes instrumentistas que trabalhavam conosco eram os mesmos que davam sua contribuição inestimável a música que se fazia em São

Paulo. Nessa lida conheci figuras inacreditáveis, como por exemplo, Boneca e Capacete, verdadeiros gênios da música, e como verdadeiros gênios que eram, absolutamente exóticos, incontroláveis, engraçadíssimos. Era contrabaixista o Chu Viana, a partir de seus permanentes atrasos se inventou a expressão "mandar o Chú", usada sempre que um músico não comparecia a um trabalho e se esquecia não só de avisar que não ia, como também de designar um substituto. Uma vez o Gabriel, também contrabaixista, tinha uma gravação conosco, e não chegava. Ficamos todos dizendo: - Mas o Gabriel "mandando o Chu?" Gabriel não é disso... será atraso ou está "mandando o Chu", mesmo? Três horas depois do horário marcado, abre-se a porta do estúdio e entra o Chu Viana, com a seguinte frase: - Desculpem o atraso. O Gabriel me mandou no lugar dele... O mais alucinado era sem dúvida o Boneca, guitarrista extraordinário, multi-instrumentista, inventor, merecedor de urgente biografia, de quem a memória só registra o carro que se movia à água e o carro que tinha duas caixas de marcha, uma pra frente e outra pra trás. Ele ia para a Marginal, desafiava os "boyzinhos" para um pega, só que de costas, e quando os carinhas topavam ele metia primeira, segunda, terceira, quarta e sumia na curva, deixando a moçada boquiaberta.

Meu primeiro show solo foi no Teatro 13 de Maio, ali na Rua do mesmo nome, onde hoje é o Café Piu-Piu. Era um show metido a fantástico, com efeitos de magia e prestidigitação, e uma banda deliciosa denominada AGÊNCIA DE MÁGICOS, com a qual gravei meu segundo disco solo. Nesse teatro já estavam ensaiando os Dzi Croquettes, a genial invenção de Wagner Mello e Lennie Dale, que lançou em nossa terra as bases do que depois desembocaria nos Secos e Molhados: a androginia como ferramenta da arte. O Teatro 13 de Maio nunca mais foi o mesmo, depois do sucesso dos Dzi Croquettes, mais de um ano em cartaz, com casas cheíssimas. Os Secos e Molhados, ainda sem Neyzinho, eu conheci numa casa muito louca chamada Kurtiço Negro, nos baixos da Rua Santo Antonio, da qual, ninguém se lembra, e eu só tenho certeza de que existiu porque tenho fitas raríssimas de shows dessa casa, com Secos, Luli (mais tarde da dupla Luli & Lucina) e o Alfa Centauri, do Edu. Se não fossem esses registros, eu certamente duvidaria de minha sanidade mental.

Tempos loucos, muito loucos: Moracy Do Val esteve em minha casa, e eu lhe mostrei o LP de uma banda americana chamada Grand Funk Railroad, que despontara para o sucesso subitamente, vindo de um anonimato absoluto, com o expediente de aplicar 1.000.000 de dólares na compra de seu próprio disco, chegando ao primeiro lugar na lista dos mais vendidos, e daí em diante vendendo pelo menos mais cinco milhões de dólares, tornando-se sucesso instantâneo. Moracy Do Val fez o mesmo com os Secos e Molhados, aplicando uma grana sentida nos discos do próprio grupo, dando o start necessário ao que foi o maior fenômeno do disco de que o Brasil já teve notícia. Mas o destino tanto dá quan-

to cobra: nesse mesmo apartamento conheci dois amigos americanos de Lennie Dale, que ficaram fascinados com a idéia de uma banda de rock que só aparecia maquiada, e cujos rostos limpos ninguém jamais conhecia. Chamavam-se Gene e Paul, e não foi sem surpresa que algum tempo depois surgiu uma banda americana chamada KISS, ambos filhos das New York Dolls, que certamente eram a inspiração visual dos Dzi Croquettes.

Negócios, necessidades, mais uma mudança para o Rio de Janeiro, de onde só retornei, dessa vez em definitivo, em 1983, para a montagem do musical BANGAGE! meu e de Miguel Paiva, no Teatro Cultura Artística. Mas minha vida já se renunciava paulistana, desde o dia em que na Via Dutra, chegando ao Rio de Janeiro, cruzei com o carro do Joelho de Porco. Trocamos telefones ainda em movimento, e mais tarde, quando cheguei ao Rio, me ligaram perguntando como eu poderia ajuda-los a destrinchar as necessidades documentais para que o show se realizasse. Coloquei imediatamente o meu secretario Tim à disposição, o show aconteceu, Tico Terpins ficou imensamente agradecido, pondo sua casa à minha disposição sempre que eu estivesse em São Paulo.

E aí começa a minha permanência cada vez mais constante em São Paulo, até a mudança definitiva para essas plagas. O Rio de Janeiro começava a dar sinais de deterioração, pelo menos em matéria de música e gravadoras. A Odeon ia sair do prédio onde fizera toda a sua vida, onde o melhor que o Brasil produzira em matéria de música havia sido gravado, e as paredes daquele espaço no Edifício São Borja, ali na Rio Branco, em cima do famoso Paisano, estavam impregnadas pela arte de tantos que nos antecederam. Temi pelos resultados, e meus temores se concretizaram: os estúdios novos eram frios, gelados, sem nenhuma vibração artística. Além disso, a onda mais uma vez havia se direcionado para São Paulo, e a tal ponto que eu, mesmo morando em minha casa no Rio, trabalhava e estava baseado em São Paulo. A amizade com o Tico começou a ser cada vez mais intensa. Na casa que foi de seus pais, ali em frente à porta dos fundos da TV Tupi, vivemos momentos de prazer musical- gastronômico-sexual inesquecíveis, como apenas São Paulo podia nos propiciar. O Joelho de Porco estava em seus estertores, e o Tico resolveu acabar com ele de chofre, ficando em casa curtindo. Curtimos todos, pois: era divertido demais. Minha carreira pessoal estava em franco declínio: problemas pessoais e profissionais se avolumavam, minha fenomenal arrogância dando dezenas de sinais de que não era suficiente para manter-me vivo, e em contato com tanta coisa interessante que acontecia no panorama musical de São Paulo comecei a me perceber insatisfeito, inadequado, incontrolável, a ponto de explodir, e eu sempre explodia. Mudei de gravadora, por incompatibilidade de gênios com os gênios da EMI, fui para a RCA, que era sensivelmente pior do que a anterior comecei a tropeçar em meus próprios pés, e a única coisa que ainda me dava alguma satisfação era gravar coisas interessantes no porta-studio

do Tico, com o qual se iniciou o que seria a nossa vida em comum durante os vinte anos seguintes. São Paulo havia se tornado meu refúgio, a casa do Tico meu porto seguro, os novos amigos a minha referência em matéria de arte.

Estava a cada dia mais insatisfeito com o que fazia como profissão: meu momento de sucesso havia passado, e eu não me preparara para isso. Shows cada vez piores, cachês cada vez menores, começamos eu e Tico (que também não estava sabendo bem o que fazer da própria vida) a planejar uma forma de usar nossa tão decantada criatividade, que saia pelos poros, mas não nos rendia nada. Em vez de ficar ouvindo executivos de gravadoras dizerem a frase-chave de suas vidas: - “Porque vocês não fazem uma música mais comercial?”, deveríamos partir direto para a música mais comercial que havia, e que era a música para publicidade. Essa tinha vantagens sensacionais: era paga, aliás, bem-paga, e sempre contra entrega: já no mundo do disco tudo era feito em consignação, ou seja, você gravava e esperava pacientemente para ver o que ia acontecer, se acontecesse... Iniciamos a invenção de nossas personas-publicitárias, baseadas visualmente nos Blues Brothers, e para exibir aos executivos de agências de publicidade o quanto éramos criativos, criamos um monte de clientes fictícios e um monte de jingles inexistentes, que gravamos e começamos a levar às agências da época. Era um susto: quando entrávamos nas empresas, ainda muito tradicionais. ninguém entendia aquele par de loucos, um alto e um baixinho, vestindo ternos pretos, chapéus, óculos escuros, e com pastas 007 algemadas aos pulsos. Um desses diretores de criação, conhecido seca-e-meca por sua ousadia, ouviu nossa fita e decretou: -não tem lugar para vocês na publicidade. Vocês são criativos demais!

Na casa do Tico a vida era uma festa continua, como as sessões passatempo do Cineac Trianon: o espetáculo começava quando você entrava, e terminava na hora em que você ia embora. Uma festa atrás da outra, e no meio desse processo contínuo chegamos a inventar um grupo novo chamado CARECA & PENTEADO, imensa banda & Grupo coral, que se apresentou numa festa-à-beira-da-piscina na recém-inaugurada casa do Sergio Terpins, irmão do Tico, corintiano tão doente que morreu do coração no dia em que o Corinthians original veio jogar em São Paulo. Essa banda tinha dois vocalistas: Tico Terpins e o ator Ricardo Petraglia, que já havia sido João da Fúria em umas das versões anteriores do Joelho de Porco, e foi a primeira a fazer uso da linguagem desabrida e pornográfica que mais tarde diversos grupos-descendentes tornaram corriqueira.

O Joelho foi seminal para essas bandas: no teatro Lyra Paulistana, ali num porão da rua Teodoro Sampaio, dirigido pelo Wilson “Gordo” Souto Jr., surgiram movimentos, grupos, artistas, os verdadeiros criadores da nova música paulistana: recordo do Língua de Trapo, do Premeditando o Breque, do Rumo, de Cida Moreyra, de quem produzimos o primeiro show (dirigido

por José Possi Netto) e gravamos o primeiro disco, um raríssimo LP selo Áudio-Patrolha.

O tempo passando, eu cada vez menos interessado em minha vida de artista/cantor e cada vez mais ficando em São Paulo vendo se dava para experimentar a realidade da música de publicidade, junto com o Tico, mas sem coragem para encarar aquilo com a exclusividade e o empenho que a coisa merecia. Um dia, estávamos almoçando no Jardim de Napoli, em Higienópolis, junto com Renato Viola, que à época era diretor da Band Records e estava gravando um interessante LP chamado BEATLES IN CHORO, com arranjos de Mozart Terra e a participação do inacreditável Carlos Poyares. O Jardim de Napoli era quase que nosso refeitório: ali íamos quase todo dia, inclusive fins de semana. levantei-me para ir ao telefone e no aparelho estava um homem dizendo: - Mas a Elis Regina morreu? Com um calafrio, voltei à mesa e falei do que tinha ouvido.- Tolice! disse um, - Estive com ela ontem! disse outro, e até eu mesmo, que a tinha visto dois dias antes, pretendi duvidar. Sempre alegamos a visão da vida como impossibilidade da morte, como se para morrer não fosse suficiente estar vivo. Tico, acostumado ao mundo de boatos que a mídia já impunha, foi mais racional: - Se ao sairmos daqui o rádio estiver tocando músicas dela, ela morreu. Dito e feito: quando saímos do restaurante, as rádios de São Paulo só tocavam suas músicas. No estúdio o rádio ligado confirmou a notícia, e eu gelei. pela primeira vez na vida uma pessoa próxima atravessava para o outro lado. Elis tinha sido quem me justificara como compositor, quando gravou CASA NO CAMPO, minha e do Tavito, e nossos encontros eventuais sempre tinham sido intensos em matéria de amizade. Sua imagem acenando para nós na porta da casa que tinha na Cantareira se repetia incessantemente em minha memória.

Não sei bem porque esta morte tomou tal volume dentro de mim, tornando-se a gota d'água que fez transbordar minha taça de amargores. Sei que fui ao velório no Teatro Bandeirantes, observando com distanciamento crítico o circo de abutres que se movia em torno do caixão, ficando calado quando os repórteres se aproximavam: sei que sai de lá meio nas nuvens, e que caminhei toda a extensão da Brigadeiro e depois da Av. Paulista debaixo de um céu estrelado de verão, fazendo pela primeira vez na vida um balanço de mim mesmo. Não gostei do que encontrei. Eu tinha sido até esse dia um ser-humano-de-segunda-classe, inconsciente de mim mesmo, movido por impulsos incontrolláveis e delírios de grandeza sem nenhuma solidez. A morte de Elis, como um sinal específico do que poderia ser meu fim, me fez mudar radicalmente. No dia seguinte, já no Rio de Janeiro, desmontei a minha vida artística, cancelando contratos, shows, gravações, programas de TV, até mesmo um casamento, e mudei definitivamente, ou quase definitivamente, para São Paulo, onde iniciei o que foi a minha carreira

mais importante durante 20 anos: tornei-me um criador de fonogramas publicitários, um “jinglista”, profissão que teve sua ascensão e decadência exatamente durante o tempo em que a pratiquei. Minha mudança verdadeira só aconteceu no fim de 82, e em 83 eu já era cidadão paulistano, cada vez mais paulistano, descobrindo em mim a verdade desse estilo de vida como verdadeira forma de ser, enraizada em minha alma exatamente da maneira como Torquato Neto programara e antevira.

Os anos de 82 a 98 passaram com rapidez imensa, hoje percebo: quando se está fazendo o que nos agrada e que rende frutos visíveis, a sensação é a de um carrossel que gira sem parar, levando-nos cada vez mais a um estado de euforia extremamente criativo, cada vez mais vertiginoso, fazendo-nos esquecer da única grande verdade que existe: no Universo vivo, a única coisa permanente é a mudança. Mudamos muita coisa no panorama da música de publicidade: o que antes era um planeta totalmente separado do planeta musical se tornou idêntico a ele, influenciando-se mutuamente, graças ao nosso desejo intenso de usar no mundo comercial as conquistas artísticas de que tínhamos conhecimento. O mundo da publicidade se enriqueceu muito com essa interpenetração de mundos, e não foram poucas as colaborações que demos a campanhas publicitárias que efetivamente mudaram o rumo da publicidade brasileira, modificando inclusive a autoestima dos profissionais da área, subitamente elevados ao patamar que sempre haviam desejado ter. Nasce daí a confusão que os publicitários fazem entre seu ofício e a Arte, tentando ser mais do que realmente são, certamente por insegurança de seu próprio valor real.

Lidamos intensamente com os dois mundos, e ao mesmo tempo em que criamos campanhas inesquecíveis para C&A, Coca Cola, McDonalds, Chevrolet, Fiat, entre muitos outros, cedemos nossos estúdios e nosso conhecimento da área para que muitos representantes da música paulistana registrassem suas obras. Os Titãs do “iê-iê-iê”, hoje apenas TITÃS, gravaram conosco seu primeiro disco, assim como o Língua de Trapo, o Tokyo e seu cantor Supla, e Tiago Araripe, e Cida Moreyra, e Edson Alves, e a Banda Mantiqueira, e até mesmo Aracy de Almeida, para quem produzimos um show no teatro Lyra Paulistana, só para gravar este que foi o último registro de sua verve e talento. Envolvidos no mundo mutável e variadíssimo da publicidade, em que a cada dia se enfrenta desafios totalmente diversos, a memória específica se torna apenas um registro básico: de nada me recordo, naturalmente, mas ao ser citada uma obra minha certamente me lembro, com espanto, dizendo a mim mesmo: - Puxa, fui eu que fiz isso? Fomos a primeira produtora a fazer uso da nova tecnologia de computação para geração de música, e o que hoje é corriqueiro em inúmeros estúdios já foi motivo de visitas e olhos arregalados por parte dos amigos. Além de produzir dois LPs-terapia do Joelho de Por-

co, que além de nos aliviar a alma alugada também serviam para renovar a atenção do mercado publicitário sobre nossa criatividade, agora já aceita e até exigida pelo mesmo diretor de criação que a acusou de ser excessiva alguns anos antes, fizemos trilhas para cinema e novelas, participamos de inúmeros eventos e festivais, sempre dando nossa contribuição à tradução de São Paulo, tentando torná-la mais-que-perfeita. Casei-me, tive filhos, plantei arvores, escrevi livros, de certa maneira para não perceber a passagem do tempo e a mudança que se avizinhava.

Seu primeiro sinal foi o próprio mercado de publicidade, inchado até o ponto de quase-ruptura pelos que dele se aproximaram exclusivamente por razões materiais, o que significa a quase totalidade dos que se dedicam a esse ofício. Outro foi a mudança de postura dos clientes, finalmente entendedores do processo de ilusão a que os publicitários os vinham submetendo, e que se profissionalizaram a ponto de entender mais do negócio que os próprios publicitários. Outro sinal mais poderoso foi a profissionalização da contravenção no mercado de música, com os bandidos amadores de vinte anos antes se profissionalizando e galgando degraus inacreditáveis no comando de empresas para quem a música passou a não importar, numa analogia com o mercado de pizzas, pois para o pizzaiolo o recheio não importa, desde que ele venda a pizza que o público não consegue deixar de comprar. Empresas começaram a fechar, gravadoras começaram a não ter mais controle sobre seus produtos, e eu via isso com crescente espanto, e muita preocupação. O sentimento de que os ventos da mudança começavam a soprar, e a perplexidade de ser aparentemente o único que percebia isso, já que os outros que também sentiam isso não tocavam no assunto, fazendo-o desaparecer ao esconder a cabeça na areia, foi-me gerando imensa preocupação. Infelizmente, não apenas em mim. Uma quinta feira de Julho de 1998, depois de um jogo do Brasil na Copa do Mundo, meu sócio, irmão, amigo Tico Terpins pôs a mão no peito e morreu.

Ficar sem o amigo de tantos anos, minha referência em matéria de publicidade, música e vida, não foi fácil: o que me sustentou foi a beleza de São Paulo, e os outros amigos que venho fazendo nesse tempo todo, sinceros e verdadeiros. Em todo o caso, já que a mudança se apresentara, resolvi encará-la sem medo e me atirei de volta a coisas que não fazia desde quase 20 anos atrás: aceitei a proposta de meus antigos parceiros Sá e Guarabyra e reativamos nosso trio. Nossa reestréia se deu no Rock in Rio, mas foi em São Paulo que gravamos nosso CD/DVD, chamado OUTRA VEZ NA ESTRADA, perpetuado para a posteridade no palco do Teatro Mars, como prova cabal de mais um reinício.

Tenho o vício do reinício constante: a qualquer momento em que algo termine, com um estrondo ou um sussurro, eu já ponho o pé no caminho novo que se me apresenta à frente. Não sei se é a São Paulo que não pode parar que me faz ser



assim, da maneira como está enraizada em meu próprio ser. Mas a cada instante que passa surgem novas opções, e a música de São Paulo, que tem o saudável hábito de fingir-se de morta quando as condições históricas não lhe são agradáveis, pôs novamente de fora sua bela cabeça, de um jeito inesperado e nada sutil, quando fui convidado a comparecer a um clube de compositores que se reúne em um bar de Perdizes, mais exatamente na Rua Caiubi, 420.

A partir de uma certa idade, as homenagens são sempre agradáveis, e a gente não consegue perdê-las. Pois essa resultou em imenso e inesperado prazer: nesse dia conheci uma nova e criativíssima geração de compositores completamente livres das velhas leis de mercado, da equivocada arte de massa, de ideologias-como-camisas-de-força, do abandono da Arte como forma de ganhar o próprio sustento. Em um período de duas horas, não mais, ouvi pelo menos 20 músicas fenomenalmente bem feitas, daquelas que cutucam a nossa emoção por dentro e não nos deixam espaço para racionalizar o que elas nos causam. A música de São Paulo, que me parecia morta, estava vivíssima, atuante, dando claros sinais de uso positivo da mudança que a gerara, Passei a freqüenta-los, a me abismar com sua forma de trabalhar, acabando por tornar-me curador de seu movimento, que tem dado bons e deliciosos frutos. Além disso, vejo a cada dia surgirem novos compositores e intérpretes, uma realidade muito parecida com a que eu vivi em meus tempos de pré-profissional, onde a alegria de estar a serviço da arte que se traz no coração é mais importante que tudo.

Como era de se esperar, a música de São Paulo, aqui do meu ponto de vista, renasce a cada instante, apoiando-se nos ombros dos gigantes que a fizeram para subir cada vez mais em direção as estrelas. Ou melhor: a música de São Paulo é como o Monumento às Bandeiras, de Victor Brecheret, ali em pleno Ibirapuera. O barco há de seguir, e se tem quem o puxe também tem quem o empurre, porque o trabalho conjunto é feito por todos, cada um de seu jeito. O barco tem que seguir sempre em frente, desbravando o futuro, apontando sua proa para o desconhecido que causa menos temor do que desejo. Os remadores que já não estão mais entre nós, e que em meu peito têm as caras de Torquato Neto, Elis Regina, Tico Terpins, seguem conosco, porque só desaparecem aqueles de quem não nos lembramos mais, e esses três, pelos motivos mais óbvios, têm a cara do futuro, que nunca é incerto: incerto é apenas o que ele nos trará, e por isso mesmo fascinante.

Vi o que vi, e só falo do que vi, vivi e experimentei: em meu peito, contudo permanece a grande ansiedade pelo que virá na próxima curva, no próximo dia, no próximo século. A música de cada época comporta imensas variações, seja por obra da evolução seja por obra da transformação, e seria equivoco julgá-la com base no critério que estiver atualmente imperando, pois este é apenas uma fase histórica mais ou menos duradoura, e que inevitavelmente desaparecerá algum

dia, como já desapareceram as tantas que a antecederam, deixando o caminho livre para uma outra fase onde haverá outro critério completamente diverso, que nenhum de nós é hoje capaz de pressentir qual será. E nesse dia certamente surgirá alguém como eu que, com a mesma emoção à flor da pele, diga do que viu e viveu: - Meninos, eu vi!

---

**Zé Rodrix**, músico, publicitário e escritor. Membro dos grupos: *Momento Quatro*; *Som Imaginário*; *Sá, Rodrix e Guarabyra* e *Joelho de Porco*. Nascido no Rio de Janeiro, mora definitivamente em São Paulo desde 1982.

## REVISÃO

Liliane Schrank Lehmann

Guido Gustavo Venturini Flud Alvarenga

## PROJETO GRÁFICO

Seção Técnica de Divulgação e Publicações - DPH

*Coordenação:* Ligia Paula Silber

*Arte e Diagramação:* Alexandre Cyro Pereira

## COMISSÃO EDITORIAL

Elaine C. Mesquita, Eduardo Alberto Cusce Nobre, Ligia Paula Silber, Liliane Schrank Lehmann, Manuella Marianna Carvalho Rodrigues de Andrade